



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MESTRANDO

Antonio Felipe da Costa Monteiro Machado

**Forjas da Liberdade: Educação Operária, Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário
na Niterói da Primeira República**

Rio de Janeiro
2017

Antonio Felipe da Costa Monteiro Machado

**Forjas da Liberdade: Educação Operária, Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário
na Niterói da Primeira República**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
graduação em Educação da Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Educação.
Orientador: Prof. Dr. José Damiro de Moraes

RIO DE JANEIRO

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Antonio Felipe da Costa Monteiro Machado

**Forjas da Liberdade: Educação Operária, Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário
na Niterói da Primeira República**

Aprovado pela Banca Examinadora

Rio de Janeiro, ____/____/____

Prof. Dr. José Damiro de Moraes

Orientador – UNIRIO

Prof. Dr. Angela Martins Roberti – UERJ

Prof. Dr. Carlo Romani – UNIRIO

MACHADO, Antonio Felipe da Costa Monteiro.

Forjas da Liberdade: Educação Operária, Anarquismo e Sindicalismo

Revolucionário na Niterói da Primeira República. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2017.

Resumo

A questão da educação de trabalhadoras e trabalhadores foi objeto de debate e reflexão durante nos espaços de mobilização operária na Primeira República brasileira, resultando em uma série de projetos e experiências educacionais. Nesse contexto, a influência do pensamento anarquista foi fundamental para impulsionar a organização e estratégia desenvolvidas no seio dos trabalhadores. No entanto, poucos estudos buscam relacionar esse projeto de educação à estratégia sindical adotada no período. Esta pesquisa pretende estudar a experiência da *Escola da Liga Operária da Construção Civil* da cidade de Niterói, associada a *Federação Operária do Estado do Rio de Janeiro*. Junto a isso, as atividades educacionais do anarquista Ruy Gonçalves na referida escola, e posteriormente em sua iniciativa própria, a escola *A Forja*, ambas nos anos 1920. Através de periódicos, atas de congressos operários e cartas do próprio educador, percebemos com nitidez as intenções estratégicas que tais iniciativas carregam. Longe de serem entendidas como um fim em si mesmos, os sindicatos e escolas operárias eram defendidos como ferramentas de transformação social pelos militantes que a construíam. A escola *A Forja* surgirá como uma tentativa de avançar esse projeto transformador através da educação.

Palavras Chaves: Anarquismo. Educação Operária. Instrução Integral. Sindicalismo Revolucionário.

MACHADO, Antonio Felipe da Costa Monteiro.

Forges of Liberty. Workers' Education, Anarchism and Revolutionary Syndicalism in Niterói during the First Republic. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2017.

Abstract

The issue of workers' education was an object of debate and reflection in spaces of working class mobilization in the First Republic, resulting in a series of educational projects and experiences. In this context, the influence of the anarchist thought was fundamental to boost the organization and strategy developed in the heart of workers. However, few studies try to link this educational project to the syndicalist strategy adopted in that period. This research aims to study the experience of the *Escola da Liga Operária da Construção Civil* from Niterói (*Civil Construction Workers' School*), which was associated to the *Federação Operária do Estado do Rio de Janeiro* (*Workers' Federation of the State of Rio de Janeiro*). Also, we analyse the educational activities of the anarchist Ruy Gonçalves in the forementioned school, and later in his own initiative, the school *A Forja* (*The Forge*), both in the 1920's. Through newspapers, minutes of workers' congresses and the educator's own letters, we can clearly see the strategic intentions those initiatives bear. Far from being understood as a purpose on itself, the workers' schools and syndicates were defended as tools for social transformation by the militants who built them. The school *A Forja* comes as an attempt to advance this transforming project through education.

Keywords: Anarchism. Workers' Education. Integral Education. Revolutionary Syndicalism.

Agradecimentos

À minha família, especialmente Lícia Maria, José Antônio, Carolina, Walda Maria e Beto, que pelo incentivo e suporte que me deram a possibilidade de pensar além.

À minha companheira Livia, que pelo amor e apoio me traz a felicidade de acreditar todo dia em um mundo melhor.

À todas e todos companheiros da Federação Anarquista do Rio de Janeiro, que com sua prática pautada na ética, compromisso e liberdade caminham juntos pela estrada da emancipação social.

À militância do Movimento de Organização de Base, e todas aquelas com quem convivi no universo da educação, que me mostram cotidianamente que uma educação emancipatória e livre é possível e real.

Aos grupos que tanto contribuíram para expandir meus horizontes e focar minha atuação: Núcleo de Pesquisas Marquês da Costa, Centro de Cultura Social do Rio de Janeiro, Biblioteca Social Fábio Luz, Cooperativa Jataí, Movimento Passe Livre.

Especificamente, gostaria de agradecer à Milton Lopes, Renato Ramos, Rafael Viana, Pedro Prado, Robledo Mendes e José Damiro.

LISTA DE SIGLAS

ADS – Aliança da Democracia Socialista

AEL – Arquivo Edgar Leuenroth

AGE – Anarquismo em Grupo de Estudos

AMORJ – Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro

BSFL – Biblioteca Social Fábio Luz

CELIP – Círculo de Estudos Libertários Ideal Perez

CETC – Comissão Executiva do Terceiro Congresso

COB – Confederação Operária Brasileira

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

FORJ – Federação Operária do Rio de Janeiro

FOSP – Federação Operária de São Paulo

FTRJ – Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro

LOCC – Liga Operária da Construção Civil

NEPHEB – Núcleo de Estudos em Política e História da Educação no Brasil

NPMC – Núcleo de Pesquisas Marques da Costa

PCB – Partido Comunista do Brasil

PPGEdu – Programa de Pós-Graduação em Educação

UGT – União Geral dos Trabalhadores

UOCC – União dos Operários em Construção Civil

UOFT – União dos Operários em Fábricas de Tecido

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – 1º Congresso Operário Brasileiro. Fonte: RODRIGUES, Edgar. “Alvorada Operária”, p. 49.

Figura 2 – Greve Geral de 1917. Fonte: LOPREATO, Christina R. “O Espírito da Revolta”, p. 30.

Figura 3 – Deoclecio Augusto de Azevedo. Arquivo do Estado do Rio de Janeiro. Prontuário RJ notação 1433.

Figura 4 – Antonio Augusto de Azevedo - Arquivo do Estado do Rio de Janeiro. Prontuário RJ notação 805.

Figura 5 – Capa do Boletim da Liga Operária da Construção Civil nº 4, maio de 1921.

Figura 6 – Ruy Gonçalves - Arquivo do Estado do Rio de Janeiro. Prontuário RJ notação 5617.

Figura 7 – Capa do Boletim da Federação do Estado do Rio nº 8, agosto de 1921.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. CLASSE TRABALHADORA, EDUCAÇÃO E ANARQUISMO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA	17
1.1. A Carestia da Vida: A Situação Econômica e Educacional do Operariado na Primeira República Fluminense	18
1.2. Sindicalismo e Anarquismo no Primeiro Congresso Operário Brasileiro	35
1.3. Niterói na Alvorada do Movimento Operário (1913-1920)	46
2. A LIGA OPERÁRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SUAS EXPERIÊNCIAS PEGAGÓGICAS EM 1921	68
2.1. A Greve Geral de 1921 e a Composição da Classe Trabalhadora Niteroiense	69
2.2. O Debate Sobre Educação e Sindicalismo no Boletim da Liga: A Questão da Consciência Operária	91
2.3. A Escola da Liga: A Educação Operária Enquanto Projeto Sindical	108
3. RUY GONÇALVES E A “FORJA”: EDUCAÇÃO RACIONALISTA E ANARQUISMO EM NITERÓI (1917-1928)	119
3.1. Ruy Gonçalves: A Incidência do Anarquismo no Movimento Operário	120
3.2. “A Forja”: As Perspectivas Transformadoras de uma Escola Moderna	128
3.3. Lutas, Disputas e Repressão no Movimento Operário Fluminense (1921-1928)	144
CONCLUSÃO	159
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	162

INTRODUÇÃO

Pela nossa parte compreendemos de muito diversa maneira a história de civilização: pegando nos homens à sua aparição sobre a terra, esforçamo-nos em reconstituir a vida real com todas as suas lutas, com todos os seus sofrimentos e progressos; também procuramos pôr a nu a maldade de todos os exploradores: guerreiros, legisladores, sacerdotes; e de todo e conjunto de ludíbrios que sofrem os povos, os verdadeiros, os que trabalham; deduzimos uma ensinança completa e severa que instrua as novas gerações no conhecimento dos seus verdadeiros deveres: que seja uma escola de fraternidade universal, um penhor de paz para os homens honrados e um motivo de terror e espanto para todos aqueles que intentarem avassalar seus irmãos.

Clemência Jacquinet

A passagem acima, encontrada no livro de História Universal de Clemência Jacquinet, nos serve de elemento inspirador que irradia sobre duas dimensões deste trabalho: a construção de um discurso da história e acerca do projeto educacional construído pelos socialistas libertários.

No campo da produção da história, a professora faz uma profunda crítica à história tradicional. Já no prefácio de seu trabalho, ela reflete sobre o *modus operanti* que vigorava de maneira predominate na produção historiográfica. Denunciando o papel de classe que essa narrativa histórica constrói, à serviço das classes dominantes, Jaquinet questiona a utilidade destes trabalhos. Segundo José Damiro,

Em seu prefácio no Compêndio de História Universal, Jacquinet alerta para o objetivo e metodologia utilizada no livro, seus apontamentos criticam a história entendida como “relato das guerras, cronologia dos reis, relato que se reduzia à glorificação da força, a que se juntava oportunamente uma apologia religiosa”. Para a autora, isso não representava um ensino útil, “pelo contrário, muitos cérebros juvenis se apaixonaram pela fama dos conquistadores, cujas virtudes e glórias tanto se exaltava” o que revelava que o estudo da história estava destinado a “ilustrar as novas gerações com a experiência das já mortas” (Jacquinet, 1901 p.3)¹

1 MORAES, Joés Damiro de. “Leituras que recomendamos – o que todos devem ler”. Cadernos de História da Educação – v. 12, nº 1 jan/jun 2013, p. 54.

Em contrapartida, o trabalho realizado por Jaquinet procura ir em um sentido completamente oposto, apontando para a importância da construção de narrativas históricas relacionadas diretamente com a história do povo. Buscando construir uma história univesal que coloque o trabalhador como epicentro das transformações sociais, Jaquinet tenta inverter a lógica dominante da produção historiográfica. Damiro comenta que

Por sua vez, a obra *Compêndio de História Universal*, propunha uma nova forma de tratar a história. Deslocava o eixo dos heróis para a das lutas dos povos, seus conflitos e contradições. Assim, nessa proposta do ensino de história anarquista procurou-se deslocar o pêndulo para as lutas populares e uma nova possibilidade de fazer história.²

Inegavelmente revolucionário para a época, o trabalho de Jaquinet permanece pouco conhecido. Sua obra é tão inovadora que parece anteceder alguns argumentos que ficariam marcados na historiografia somente décadas depois. Ao deslocar o foco de sua produção da história das classes dominantes para as classes dominadas, Jaquinet nos ajuda a refletir o papel da história em nossa sociedade.

Para esse trabalho, que pretende tratar das experiências desenvolvidas pelos trabalhadores em seus próprios espaços de construção política, a obra de Jaquinet ajuda a refletir como estes viam sua própria experiência histórica.

A History from Below (História Vinda de Baixo), a partir, principalmente, das elaborações de Edward Palmer Thompson, também será uma referência fundamental para nossa abordagem metodológica neste trabalho. Considerando a atividade humana como crucial para a compreensão da estrutura e a dinâmica do ser social na estrutura capitalista, a história social, sob a égide da história vinda de baixo, busca enfatizar o papel da atividade humana a partir de seus costumes e valores, construindo o seu próprio *making* (fazer-se)³.

Analisando a história da classe trabalhadora, Thompson parte da experiência social dos próprios homens e mulheres que formaram esta classe, contrapondo-se à história tradicional, que os observa de cima, apenas como consequência de uma estrutura estabelecida. Jim Sharpe, ao apresentar essa abordagem, enfatiza que

a história vista de baixo preenche comprovadamente duas funções importantes. A primeira é servir como um corretivo à história da elite (...) A segunda é que, oferecendo esta abordagem alternativa, a história vista de

2 MORAES, Joés Damiro de. “Leituras que recomendamos – o que todos devem ler”, p. 56.

3 Ver: THOMPSON E. P. *Formação da classe operária inglesa*. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

baixo abre a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais da história.⁴

Assim, preenchendo uma lacuna na historiografia e desenvolvendo uma nova compreensão histórica, Thompson contribui com a reflexão sobre determinados conceitos que podem ajudar-nos a pensar com mais propriedade elementos-chave desse projeto. Um deles é o conceito de experiência. Thompson refere-se à sua noção de experiência como

Um termo médio necessário entre o ser social e a consciência social: é a experiência (muitas vezes a experiência de classe) que dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento: é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades: e é pela prática que a produção é mantida.⁵

A partir dessa reflexão acerca do papel da experiência social que buscaremos analisar o desenvolvimento de determinadas iniciativas em meio ao movimento operário brasileiro.

Retomando o trabalho de Clemencia Jaquinet, é fundamental contextualizar o campo social no qual ele se produz e as intenções práticas com as quais ele dialoga. Amiga pessoal do educador catalão Francisco Ferrer y Guàrdia, Clemencia Jaquinet teria sido sua aluna de espanhol quando este se encontrava em exílio na França. Aderindo desde o primeiro momento ao movimento educacional proposto por Ferrer, ela torna-se diretora da Escola Moderna desde a sua fundação até 1903, e o primeiro livro publicado pela escola seria o volume I de sua obra da História Universal.⁶

Sendo usado como instrumento didático não apenas nas escolas modernas da Espanha, mas também sendo traduzido para outros idiomas, o trabalho de Jaquinet nos ajuda a refletir acerca do conteúdo lecionado nessas diversas experiências educacionais de matriz libertária. Damiro afirma que

Essa obra, utilizada pela Escola Moderna de Barcelona de Ferrer a partir de 1901, foi impressa em português pela editora Guimarães & Cia. em 1914, na coleção “Biblioteca de Educação Racional”. Esse compêndio nos oferece uma visão detalhada do que os anarquistas, dentro do pensamento pedagógico do racionalismo, entendiam como o ensino de história. Segundo

4 SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In: A Escrita da História: Novas Perspectivas. Org. Peter Burke. Tradução: Magda Lopes. Editora UNESP. São Paulo, 1992, p. 53-54.

5 THOMPSON, E. P. A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 112.

6 MORAES, Joés Damiro de. “Leituras que recomendamos – o que todos devem ler”, p. 53.

Batista, compêndios seria um conjunto de textos por meio dos quais se expunham, de forma resumida, os conteúdos dos programas da disciplina (Batista, 2009, p. 54). Nesse caso, os temas desenvolvidos procuravam abarcar as temáticas de forma objetiva e sintética buscando facilitar a mediação entre professores e alunos.⁷

Nesse sentido, a obra de Jaquet também dialoga com o objeto aqui estudado, onde trataremos de construir uma narrativa de experiências educacionais que ocorreram em Niterói nos meios operários impulsionados por militantes anarquistas.

A escola fundada pela *Liga Operária da Construção Civil* em 1921 se localizou no Centro da cidade de Niterói, na rua São João número 95, no prédio que servia como sede para a Liga, bem como para outros sindicatos. O Prof. Ruy Gonçalves lecionava na escola, e posteriormente prosseguiria suas atividades na Rua do Telhado, nº 412, Fonseca, pelo menos até o ano de 1924, em uma escola de nome “*A Forja*”.

Esse trabalho visa aprofundar a pesquisa sobre essas iniciativas, a fim de debater a prática educativa nas escolas operárias, situando essas iniciativas pedagógicas em seu universo sindical e suas aspirações ideológicas intrínsecas.

O estudo do anarquismo, como ideologia advinda da experiência social da classe trabalhadora, será portanto elemento central nesse trabalho. Como Felipe Corrêa reforça, “os anarquistas estiveram profundamente vinculados a contextos históricos que foram marcados por movimentos populares e lutas das classes dominadas, os quais exerceram sobre eles significativa influência”⁸

Nesse sentido, a investigação acerca da cultura popular e do cotidiano dos trabalhadores niteroienses no período estudado é fundamental, bem como os costumes diretamente relacionados ao sindicalismo, como os festivais operários, os atos, passeatas e passeios. Assim, trabalhar com a história social dos trabalhadores propicia a compreensão do quadro que favoreceu o surgimento das iniciativas escolares.

Para essa pesquisa histórica, como fonte primária fundamental, pretendemos analisar o *Boletim da Liga Operária da Construção Civil*, que viria a se tornar o *Boletim da Federação Operária do Estado do Rio*. Ali encontramos o processo de preparação e inauguração da escola, bem como são apontados alguns elementos relevantes de seu desenvolvimento. Esses boletins contam com uma série de artigos sobre educação escritos pelo próprio professor Rui Gonçalves e outros militantes do sindicato, como Antonio e

7 MORAES, Joés Damiro de. “Leituras que recomendamos – o que todos devem ler”, p. 53-54.

8 CORRÊA, Felipe. “Bandeira Negra: Rediscutindo o Anarquismo”. Editora Prismas. Curitiba, 2015. p. 107.

Deoclecio Augusto de Azevedo, Angelo J. Liguori e Antonio Marques.

Alguns desses operários foram delegados em congressos operários e faziam parte de articulações que a Liga compunha. Assim, as resoluções dessas associações são fundamentais para analisar a estratégia sindical e educacional na qual as experiências estudadas se inserem. Muitas dessas fontes foram registradas pelas obras do memorialista Edgar Rodrigues. O jornal *A Voz do Povo*, organizado pela *Confederação Operária Brasileira* (COB) também se torna uma rica fonte para esse estudo. Os jornais *Spártacus* e *Na Barricada* também são uma rica fonte que dialoga com o período abordado.

Alguns outros impressos contam com artigos de Ruy Gonçalves, como o “*Liberdade*” e “*O Clarim*”, ambos organizados por Pedro Matera, outro educador anarquista de grande relevância no Rio de Janeiro.

Todos esses periódicos podem ser encontrados na *Biblioteca Social Fábio Luz* (BSFL), no *Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro* (AMORJ/UFRJ), no Centro de Documentação e Memória (CEDEM/UNESP) e no *Acervo João Penteado* (USP).

Além de periódicos, encontramos nos prontuários da polícia da época informações importantes sobre os militantes envolvidos com o objeto estudado, uma vez que muitos deles foram presos por motivos políticos. Esses prontuários do Departamento de *Ordem Política e Social* (DOPS) foram encontrados na *Divisão de Acesso à Informação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro*.

Outras fontes emergem nesse trabalho de pesquisa, como a carta que Ruy envia à “*Plebe*”, jornal operário paulista, no qual o professor relata a experiência de sua escola, também registrado por Edgar Rodrigues.

Este trabalho será dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo procura contextualizar o objeto da pesquisa, primeiramente apresentando o quadro econômico e educacional vivido pelos trabalhadores urbanos durante a Primeira República e como este era compreendido pelo movimento operário da época e pelos militantes anarquistas que neste se inseriam.

Faz-se necessário contextualizar minimamente o quadro econômico, social e político em que esses movimentos e iniciativas se desenvolvem. Localizando-o em uma esfera de construção social mais ampla, é importante compreender a situação econômica da época e o processo de industrialização e imigração marcantes. Compreender o arcabouço político da Primeira República é fundamental para compreender como o sindicalismo se desenvolvia, e

como se relacionava com seus limites materiais e a repressão do Estado. Analisar o processo de formação da classe trabalhadora em Niterói e no Brasil como um todo também é central para o entendimento das atividades por ela desenvolvidas.

Depois, busco traçar um mínimo histórico das movimentações operárias que precederam as experiências estudadas, buscando colher as influências e referências em que se apoiam. Esta também é uma oportunidade para localizar historicamente essas iniciativas educacionais, bem como de identificar a intenção estratégica na qual se inserem, investigando os elos que possui com as experiências que as precederam e aquelas que com ela coexistem. Assim, é preciso levantar alguns elementos fundamentais para a formação do movimento operário brasileiro e sua organização, correlacionando-o com a ideologia anarquista e com enfoque às suas aspirações no campo da educação. Principalmente, buscarei construir um histórico de lutas que haviam se realizado em Niterói e no Estado do Rio de Janeiro, tendo como foco também a história da Liga Operária da Construção Civil.

Francisco Foot Hardman nos aponta a importância de contextualizarmos as iniciativas escolares libertárias com o contexto de militância na qual elas se inserem:

Dada a quase inviabilidade de reconstruir a vida interna dessas escolas, é interessante tentar estabelecer os elos dessa prática cultural com o próprio movimento operário. Nesse sentido, tratar-se de perseguir o molecular movimento de mobilização em torno da necessidade de criação das Escolas Livres, processo aberto após o assassinato de Francisco Ferrer, em outubro de 1909, e que se estende, numa fase de refluxo e percalços, até a inauguração, no final de 1913; e, também, acompanhar fechamento dessas escolas pela repressão de 1919 (embora contassem, juntas, cerca de 150 alunos por essa época), como momento particular da reação burguesa e governamental indiscriminada contra o conjunto do movimento operário e suas instituições de classe.⁹

Nesse sentido, faz-se necessário levantar os estudos de referência utilizados, bem como a compreensão dos conceitos utilizados, principalmente no que tange ao anarquismo, à estratégia do sindicalismo revolucionário e à concepção de pedagogia libertária encontrada neste estudo.

Apesar do estudo tratar mais centralmente das escolas, estudar também os trabalhos de imprensa e cultura operária na época se torna central para a compreensão do movimento operário e seu projeto político. Dessa forma, pretendo situar a construção histórica de uma

9 HARDMAN, Francisco F. *Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 81.

forma de sindicalismo inserido em uma rica história de lutas sociais e atividade política.

No segundo capítulo, analiso centralmente o processo de concepção, planejamento e da criação de uma escola operária por parte da *Liga Operária da Construção Civil*, buscando delimitar os referenciais teóricos e práticos que levaram os militantes desse sindicato a optarem por essa iniciativa. Para isso, o *Boletim da Liga* se mostrará como uma rica fonte de estudo para compreender os pressupostos e fundamentos dos sindicalistas engajados no projeto escolar. Compreender os processos de luta que se seguiam no mesmo momento em que a escola era fundada também merece destaque nesse movimento.

Nesse capítulo também pretendo retratar minimamente a prática educacional encontrada na *Escola da Liga*, buscando compreender seu cotidiano e a tentativa de aplicação da pedagogia pretendida. Para compreender a criação da escola em Niterói é preciso também ter em vista as limitações materiais e sociais da época estudada para a construção de uma alternativa educacional autônoma e popular, organizada e financiada pelos trabalhadores e para os trabalhadores.

No terceiro capítulo, pretendemos construir a história de vida e militância do professor Ruy Gonçalves, que lecionou na *Escola da Liga* e depois desenvolveu uma iniciativa própria, chamada *A Forja*.

Neste capítulo, mais diretamente focado no campo da educação, pretendemos também relacionar as elaborações que os pensadores clássicos construíram sobre a questão educativa com o pensamento de Ruy Gonçalves, bem como outros pensadores a ele contemporâneos, tentando assim destrinchar suas influências.

O papel da repressão estatal, bem como as disputas internas nesse momento do movimento operário – sobretudo entre os anarquistas e o Partido Comunista do Brasil, que é fundado em Niterói nessa época – também serão elementos importantes de análise para assimilarmos o ambiente político ali encontrado.

Portanto, este trabalho pretende relacionar três elementos fundamentais: educação, sindicalismo e anarquismo, a partir da ótica dos trabalhadores organizados na *Liga Operária da Construção Civil* de Niterói e do Prof. Ruy Gonçalves.

1. CLASSE TRABALHADORA, EDUCAÇÃO E ANARQUISMO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

O governo compreende demasiado bem o interesse do Estado e não abrirá às massas as portas da ciência viva e libertadora. Quanto à ciência morta, a ciência falsificada, cujo único objetivo é introduzir no povo todo um sistema de falsas noções e concepções, ela seria para este último verdadeiramente funesta; ela lhe inocularia o vírus social oficial e, de todo modo, o desviaria, ao menos por um tempo, do que é hoje a única coisa útil e salutar: a revolta.

Mikhail Bakunin

1.1. A Carestia da Vida: A Situação Econômica e Educacional do Operariado na Primeira República Fluminense

O advento do regime republicano não significou, à priori, uma ruptura com a ordem econômica brasileira. Pelo contrário, a concentração do poder político nas elites locais significou, também, a manutenção do sistema agroexportador dependente, o que definia, em grande medida, os rumos da economia nacional. Jorge Nagle salienta que

Do ponto de vista da economia, a história da Primeira República compõe-se de uma série de acontecimentos ligados a processos de produção e comercialização do café, o principal produto, não apenas quanto à economia brasileira, mas em termos mais amplos, quanto à sociedade brasileira como um todo.¹⁰

Nesse contexto, a industrialização do país caminhava a passos lentos, porém constantes, encontrando diversos obstáculos estruturais e conjunturais. O próprio modelo econômico, voltado para o latifúndio e a exportação, pouco favorecia qualquer avanço industrial. As elites brasileiras, intimamente ligadas ao campo, em geral viam as iniciativas industriais com maus olhos, e estas permaneciam fracassadas ou isoladas.

Ainda assim, a própria economia cafeeira, em determinado momento, acaba por desencadear uma das condições fundamentais para o amadurecimento industrial: a acumulação de capital. Segundo Nagle,

A história da industrialização brasileira mostra a existência de várias tentativas abortadas. Antes do século XX apareceram períodos nos quais se processaram acanhados surtos industriais, logo frustrados. No entanto, a nova fase que se inaugura durante a década de 1910, e que continua no decênio seguinte, constituirá a “fase de consolidação”, atingida graças a uma multiplicidade de condições. Uma dessas, porém, será ressaltada: a presença de processo já adiantado de concentração de renda, fruto da economia cafeeira. Já se mostrou que, pelo mecanismo econômico adotado desde o Convênio de Taubaté, se introduziu um instrumento regulador e de proteção à cultura cafeeira e que, pelo processo de “socialização das perdas”, os grupos que faziam parte desse ramo de produção apropriavam-se de parte da renda real de outros setores econômicos. Na acumulação ou concentração de renda, encontrava-se um dos elementos fundamentais para dar à industrialização condições de desenvolvimento, nos meados da década de 1910. Por isso mesmo, a desvalorização cambial, durante a Primeira Grande Guerra, e a dificuldade de importação de mercadorias, devida ao encarecimento dos preços, não foram causa do novo surto industrial, mas uma outra circunstância favorável, estimuladora ou aceleradora, como se

10 NAGLE, Jorge. “Educação e Sociedade na Primeira República” 2ª Ed. - Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 21.

queira.¹¹

Dessa forma, paulatinamente, o processo de industrialização vai ganhando força, transformando o quadro social e econômico do país, à medida que determinadas condições fundamentais para sua consolidação vão se estabelecendo. Ainda de acordo com Nagle,

Na verdade, não poderia haver surto industrial duradouro sem a presença de relativo grau de acumulação de capital. À condição fundamental – acumulação de capital – se vêm juntar muitas outras, de modo a formar um conjunto propício de condições estimuladoras de novo surto industrial – a disponibilidade de mão de obra livre, a elevação dos preços de mercadorias importadas, o mercado de consumo interno em expansão e mesmo algumas facilidades para importação de materiais necessários à indústria.¹²

Essa consolidação industrial, como já foi citado, não se deveu apenas à acumulação de capital, mas a diversos fatores. Dentre eles, destacamos a oferta de mão de obra, intimamente relacionada ao fim da escravatura e ao aumento do fluxo imigratório.

O Brasil havia recém-saído de um regime político monárquico e escravocrata, ainda sendo governado por uma elite latifundiária herdeira do antigo modo de vida da casa grande nos engenhos e nas fazendas de café e que pouco acostumada estava a lidar com trabalhadores livres. Porém, o novo século abria-se para um ciclo social diferente, marcado pela nascente industrialização e crescente urbanização.

Foi nesse contexto de mudanças na última década do século XIX e nas duas primeiras do seguinte que se expandiu continuamente a imigração ao Brasil, particularmente aquela de trabalhadores para as regiões agrícolas do sul e sudeste. Logo, a difícil vida na colheita de café, um trabalho ainda influenciado pelos modelos escravistas, levou muitos imigrantes e libertos a procurarem oportunidades nas cidades. Notadamente em São Paulo, que crescia freneticamente movida pelas indústrias criadas através do capital arrecadado com as exportações do café, mas, também no Rio de Janeiro, capital da República, assim como em Curitiba, Porto Alegre, ou Santos, tivemos um rápido incremento populacional trazido por essa imigração que modificou o perfil social das cidades. Uma comunidade de trabalhadores imigrantes, antes minúscula, agora crescia e se misturava aos trabalhadores brasileiros já estabelecidos, muitos deles descendentes de escravos.

Bóris Fausto aponta algumas determinações estruturais para a formação da classe operária no Brasil¹³: A primeira se dá a partir da viabilidade de oferta de mercado de trabalho,

11 NAGLE, Jorge. “Educação e Sociedade na Primeira República”. p. 25.

12 NAGLE, Jorge. “Educação e Sociedade na Primeira República”. p. 26

13 FAUSTO, Bóris. “Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)”. São Paulo: DIFEL, 1976, p. 23.

e a segunda está relacionada à composição étnica da classe, com o predomínio de estrangeiros. Um terceiro estaria relacionado ao fato do Brasil permanecer com sua economia totalmente focada no modelo agroexportador, contendo a esmagadora maior parte de sua população no campo. O Carlos Addor afirma que a formação da classe operária no Brasil é um

processo marcado por algumas importantes determinações estruturais. (...) Em primeiro lugar, a classe operária em formação se insere numa sociedade eminentemente agroexportadora, na qual, como mencionamos, a grande maioria da população ainda vive no campo. Em segundo lugar, essa classe operária em formação compreende uma grande heterogeneidade étnica e cultural, proveniente da diversidade de nacionalidades que a compõem: brasileiros, (aí incluídos brancos pobres e negros libertos ou descendentes de escravos) e imigrantes, principalmente europeus (aí destacadamente italianos, portugueses e espanhóis, mas também franceses, alemães e outras nacionalidades), trazem suas marcas específicas no processo de constituição dessa nova classe urbana. Em terceiro lugar, uma oferta tendencialmente superabundante da força de trabalho (formação de um exército industrial de reserva) num mercado onde – vigorando até 1918/1919 a mais rigorosa ortodoxia liberal – as condições de negociações da força de trabalho são amplamente favoráveis ao capital e desfavoráveis ao trabalho.¹⁴

Em um primeiro momento, a industrialização tinha sua dinâmica de crescimento na incorporação cada vez maior de volume de trabalho. Em um segundo momento, dois fenômenos produzem a crescente disparidade entre a oferta de força de trabalho; o setor agrícola se moderniza e passa a liberar mão de obra; de outro, a grande indústria se expande com altas densidades de capital.

O suprimento de trabalhadores sobretudo até os primeiros anos deste século foi bastante abundante em razão de três fatores: a crise crônica no campo, em várias regiões da Itália; o fato de que a imigração para o Estado de São Paulo foi em larga medida subsidiada, permitindo aos fazendeiros adequar a oferta a seus interesses; a consciência cristalina destes interesses por parte da burguesia do café.¹⁵

A composição étnica da classe é outro elemento apontado como estruturalmente essencial na formação da classe operária brasileira. O aumento crescente do fluxo migratório para o Brasil desde meados do século XIX já apontava a transformação do perfil da população brasileira. Ainda que quantitativamente os imigrantes constituíssem uma parcela menor entre os trabalhadores, eles viriam a influenciar decisivamente a sociedade da época. “A imigração

14 ADDOR, Carlos. “A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro”, Rio de Janeiro: Achiamé, 2002, p.43/44.

15 FAUSTO, Bóris. “Trabalho Urbano e Conflito Social”, p. 23/24.

foi elemento importante na alteração do mercado de trabalho e leis trabalhistas, e representou nova modalidade de força de trabalho, qualitativamente diferente daquela formada nos quadros da produção escravagista.”¹⁶

Os imigrantes vindos para o Brasil o fizeram, em sua maioria, para fugir de uma realidade de aguda exploração e das difíceis condições de vida que suportavam em suas terras natais. Grande parte dos governos de seus países de origem incentivavam esta migração, com o objetivo de aliviar as tensões sociais e, simultaneamente, desenvolver a manutenção de relações com um mercado em potencial na América do Sul.

A composição étnica da classe operária incidiu contraditoriamente no comportamento operário em geral e nas concepções ideológicas da classe. Bóris Fausto enfatiza: “É desnecessário ressaltar o imenso significado da imigração no surgimento de ideologias negadoras do sistema vigente no país e na adoção de modelos organizatórios pela classe operária.”¹⁷

No interior de cada grupo de trabalhadores a identidade de classe tendeu a superar uma identidade nacional. Vivenciando a mesma realidade de esmagadora exploração, carência constante de moradia, alimentação, educação, saúde e bem-estar em geral, a massa operária percebe a necessidade de sua união. Bóris Fausto conclui que

Sem subestimar o papel das divisões nacionais como elementos limitadores da organização da classe operária, não penso entretanto que se deva privilegiá-lo em demasia. (...) Ao lado dos exemplos de divergências, ao menos no nível dos setores organizados, abundam as expressões de mútua solidariedade.¹⁸

Assim, para além das necessidades econômicas materiais que pressionam a classe a se unir, também vemos uma solidariedade operária que aproxima os trabalhadores de diversas etnias. O operariado brasileiro mantém fortes laços e contatos constantes com operários do resto do mundo, especialmente aqueles que compartilhavam a língua de origem latina.

No entanto, aos olhos dos agentes policiais da época, tal solidariedade adquire um tom conspiratório. Formava-se o argumento paranóico de atribuir esses contatos estrangeiros como maquinações, “planos externos” para inviabilizar o progresso nacional. Samis afirma: “A solidariedade operária era interpretada pelos policiais como um plano “maligno” para a saúde da economia social. Com esse argumento, o poder público, no sentido do poder emanado do Estado, pretendia distorcer os princípios internacionalistas do movimento

16 NAGLE, Jorge. “Educação e Sociedade na Primeira República”. p. 37.

17 FAUSTO, Bóris. “Trabalho Urbano e Conflito Social”, p. 32.

18 FAUSTO, Bóris. “Trabalho Urbano e Conflito Social”, p. 32.

proletário.”¹⁹

Nesse contexto, iremos notar ao longo da Primeira República um crescimento significativo do setor industrial, onde, “dos 636 estabelecimentos industriais com 54.169 operários existentes em 1889, passam-se, respectivamente, em 1907, a 3.250, com 150.841; em 1920, a 13.336, com 275.512, enquanto entre 1920 e 1929, o número de estabelecimentos aumenta em 4.697”.²⁰

Esse aumento significativo do operariado urbano industrial, além de expandir a oferta de mão de obra e assim desenvolver as condições para o aumento industrial, irá transformar o próprio quadro das cidades, provocando intenso inchaço demográfico no espaço urbano.

A urbanização é outro elemento importante que deve ser considerado, devido a seus efeitos sociais. (...) Os dados censitários obtidos nas duas datas [1890 e 1920] revelam que a população urbana passou de pouco mais de 1,200,000 – a população total em 1890 era de 14,300,000 – para pouco mais de 3 milhões – a população total em 1920 era de aproximadamente 30,600,000 – embora, nesses dois momentos, a relação entre população urbana e total tenha permanecido praticamente a mesma. O que deve ser salientado, no momento, é o incremento da população urbana no espaço de trinta anos, que foi da ordem de duas vezes e meia; tudo leva a crer que tal incremento tenha sido superior entre 1920 e 1929.²¹

No caso específico de Niterói, outro elemento fomentaria o seu crescimento urbano: sua elevação à categoria de Capital da Província do Rio de Janeiro, através do Ato Adicional de 12 de outubro de 1834. Segundo a Prefeitura Municipal de Niterói,

Quando a cidade do Rio de Janeiro foi transformada em Município Neutro e a sede do Governo Imperial, em 1834, tornou-se necessário escolher o local para instalar o Governo Provincial. Assim, a Vila Real da Praia Grande foi elevada à categoria de cidade, denominando-se Nictheroy, passando a ser capital da Província do Rio de Janeiro. A importância político-administrativa deu novo impulso a cidade e o seu crescimento tornou-se cada vez mais visível com a multiplicação das edificações públicas, comerciais, residenciais e também a abertura de novas ruas. No final do século XIX e também a abertura de novas ruas. No final do século XIX e início do século XX novos caminhos vieram interligar os futuros bairros de Nictheroy.²²

Atrelado à esse aumento urbano, há necessidade do capital de construir vias de

19 SAMIS, Alexandre. “Moral Pública e Martírio Privado” Editora Achiamé: Rio de Janeiro, 1999, p. 34/35

20 NAGLE, Jorge. “Educação e Sociedade na Primeira República”. p. 26.

21 NAGLE, Jorge. “Educação e Sociedade na Primeira República”. p. 38-9.

22 Niterói – Bairros. Prefeitura Municipal de Niterói. Consulta Especial de Ciência e Tecnologia. Niterói, março de 1996, p. 23.

acesso que interligassem os bairros da cidade, bem como à cidade do Rio de Janeiro e com os municípios do interior do estado. Sonia Santos lista algumas companhias de serviços que formam-se nesse processo:

A condição de capital estabelecida à cidade determinou uma série de desenvolvimentos urbanos, dentre os quais, a implantação de serviços básicos como a barca a vapor (1835) efetuado pela Companhia Cantareira de Viação Fluminense, a iluminação pública a óleo de baleia (1837) e os primeiros lampiões a gás (1847), abastecimento de água (1861), o surgimento da Companhia de Navegação de Nictheroy (1862), bonde de tração animal da Companhia de Ferro-Carril Nictheroyense (1871), Estrada de Ferro Nictheroy, ligando a cidade com localidades do interior do estado (1972), bondes elétricos (1883), entre outros.²³

A grande massa de trabalhadores que vinha se formando em torno dessas novas companhias e no setor da construção civil, que cresce com as reformas, passava por um acentuado regime de exploração e estava submetida a péssimas condições de moradia, saúde e alimentação.

Entre os elementos mais sentidos pelos trabalhadores, o aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade – em contraposição ao diminuto aumento salarial – dificulta seriamente a subsistência das famílias proletárias. O movimento operário da época refere-se frequentemente a esse fator como “carestia da vida”.

Com o advento da Primeira Guerra Mundial, em 1914, o aumento dos preços dos produtos iria agravar-se significativamente. O custo de vida, já alto para os trabalhadores, iria chegar a valores cada vez mais absurdos.

O início da guerra tinha agravado a crise econômica, a indústria ressentindo-se da queda brusca dos preços no mercado internacional do principal produto brasileiro de exportação, o café. Para compensar a perda, o Brasil, a partir de 1915, passara a exportar para os aliados alguns gêneros básicos para a dieta popular, como arroz, feijão, açúcar, etc. A consequente elevação dos preços desses produtos no mercado interno tornou ainda mais difícil a vida dos trabalhadores.²⁴

Ao passo que as circunstâncias econômicas geradas pela guerra pioraram a vida dos trabalhadores, elas acabaram por estimular um rápido crescimento industrial no Brasil. Os fabricantes locais beneficiaram-se muito com as dificuldades de importação de produtos e bens de consumo, abrindo novos mercados internos e externos. A classe operária aumentava

23 SANTOS, Sonia M. S. B. “Niterói Através dos Tempos. Das Sesmarias aos Bairros de Hoje”. Niterói, 2003, p. 25.

24 SANTOS, Sonia M. S. B. “Niterói Através dos Tempos. Das Sesmarias aos Bairros de Hoje”, p. 66.

quantitativamente cada vez mais, porém sua situação econômica só parecia piorar.

Podemos citar como exemplo a *Liga Operária da Construção Civil*, associação de classe localizada na cidade de Niterói, que mantinha em seu boletim uma coluna denominada “A Carestia da Vida”. Neste, publicado no ano de 1921, denunciava:

Um dos problemas mais graves da atualidade, principalmente para o proletariado a quem ele mais afeta, é a carestia dos gêneros de primeira necessidade e das habitações.

Hoje, o proletariado, ainda o melhor remunerado, não pode absolutamente satisfazer a todas as suas necessidades e de sua família, porque o que ganha muito mal chega para a sua alimentação.

Um trabalhador não pode alimentar-se de acordo com as suas necessidades, habitar uma casa higiênica e vestir-se com decência, porque para isso seria necessário ganhar um salário quatro a cinco vezes superior aos atuais.²⁵

Vemos aqui que apesar dos trabalhadores terem conquistado melhores salários, como veremos mais à frente, esse aumento não acompanha o encarecimento dos custos de vida, não possibilitando uma melhora na qualidade de vida. Enfatizando a seriedade desse fato, a Liga também denuncia como falsas as justificativas dadas pela burguesia para essa situação, lembrando aos trabalhadores o quanto ela é recorrente:

Quando fazemos a mais pequena reclamação, os burgueses gritam que somos exigentes e nos acusam de sermos os causadores da carestia da vida, sem lembrarem-se que em 1914, diziam eles próprios que tudo encarecia em consequência da guerra e entretanto, não somos nós os trabalhadores, os causadores da guerra...

Não reconhecem também, que enquanto os nossos salários tem tido aumentos quase insignificantes, que variam de 25% a 50%, os gêneros, principalmente os que são mais consumidos pelos trabalhadores, tem sido em alguns anos aumentados de 80% a 200%.²⁶

José Oiticica, militante anarquista brasileiro de bastante prestígio na época, escreve em 1925 em seu livro *A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos* que “A falta de recursos da família proletária manifesta-se logo na deficiente alimentação de todos. No Brasil, mormente nos campos, o trabalhador come pouco e mal.”²⁷

No entanto, como podemos ver no texto da Liga, a “carestia da vida” aqui não se refere somente ao encarecimento dos produtos de primeira necessidade, e sim, em um sentido mais amplo, à toda dificuldade que o proletariado passava para sobreviver.

É notável que a alimentação, direito inalienável de qualquer ser humano e elemento

25 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 3, p. 4, abr. de 1921.

26 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 3, p. 4, abr. de 1921.

27 OITICICA, José. “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”, Editora A Batalha. Lisboa, 1976. p. 48.

primário para sua sobrevivência, seja uma das urgências que ocupava o topo da lista das necessidades dos trabalhadores. Mas esta relação segue, incluindo moradia, saúde e educação, todas deficientes entre aqueles que são operários, e que são os produtores de todas as riquezas de fato. O *Boletim da Liga* afirmava veementemente:

Os produtores de toda a riqueza social; os que através de uma infinidade de séculos e gerações passadas tem desenvolvido o progresso, criando tudo o que de mais belo existe sobre a terra; são ainda hoje, em pleno século XX, os que não tem direito de gozar aquilo que eles mesmos produziram!
Aqueles que constroem os palácios habitam choupanas ou quartos sem higiene; os que fabricam melhores tecidos, os mais aperfeiçoados calçados e vestuários, andam rotos e quase descalços; os que cultivam a terra, arrancam dela os gêneros alimentícios com que são confeccionadas as melhores iguarias, sofrem os horrores da fome; enfim, as classes produtoras não podem gozar daquilo que produzem, porque, uma classe mais esperta – a dos parasitas – apoderou-se de tudo em seu proveito único.²⁸

Declarando que os trabalhadores não podem continuar a viver em tais condições, a Liga anuncia: “apesar de ser esta a situação normal da atual sociedade; - de fartura para alguns e miséria para a maior parte – como consequência lógica da sua iníqua organização econômica: a situação tende a tornar-se de dia para dia mais intolerável”.²⁹

Outro elemento também abordado de maneira recorrente e com grau de centralidade é a questão da moradia. A região metropolitana do estado não estava preparada estruturalmente para o crescimento urbano das últimas décadas. Desde o final do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro passa por um processo de expansão demográfica acelerada. A população da capital parte de 274.972 habitantes em 1872 e chega a 1.157.873 habitantes em 1920.³⁰ Com isso as populações de baixa renda foram as mais afetadas, pois com inchaço populacional aliado à insuficiência de moradia, ocorreria então uma maior aglomeração de pessoas dentro dos cortiços e estalagens já existentes, e a concentração de um maior número destes no centro, o que consequentemente levava à queda da qualidade de vida dentro dessas residências. Superpovoada, e sem condições de abrigar tantos novos habitantes, os trabalhadores amontoam-se no centro da cidade em condições inabitáveis. Addor narra este processo:

As condições de moradia eram extremamente precárias, concentrando-se a população pobre no Centro da Cidade velha, superpovoando “promiscuamente” cortiços, estalagens, avenidas e casas de cômodos –

28 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 4, mai. de 1921, p. 4.

29 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 4, mai. de 1921, p. 4.

30 ADDOR, Carlos. “A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro”, p. 51

muitos dos quais antigos casarões coloniais transformados por seus proprietários em fonte de renda através do aluguel – verdadeiras colmeias humanas.³¹

Com a negligência do poder público, que ao invés de resolver o problema alarmante de moradia no estado, investe em reformas urbanas que tentam arrastar a maior parte da população para as regiões periféricas, acentuando-se o problema de moradia no estado, como a famosa reforma Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro. De maneira análoga, uma reforma urbana é realizada em Niterói pelo prefeito Feliciano Sodré. Sonia Santos relaciona as reformas:

A urbanização empreendida teve forte influência da reforma feita por Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro, contemporânea à de Feliciano Sodré no lado oriental da Baía, foi chamado período da “Renascença Fluminense”, sendo a tentativa de criação de uma identidade própria para Niterói. A principal concepção era a aproximação entre o centro comercial e o centro político. As obras de “saneamento/aterro” da enseada começaram em aproximadamente 1917/18, prolongando-se por dez anos, dado o aterro de grandes proporções que quase duplicou a área urbana.³²

Diversas medidas voltadas para o impedimento da proliferação dessas habitações insalubres eram tomadas, mas de maneira antagônica aos interesses dos trabalhadores. Entre essas medidas tinha-se a delimitação das áreas de estabelecimento de cortiços e estalagens. Centenas de casas são demolidas no bota-abixo e milhares de pessoas se veem subitamente desabrigadas. Dessa forma, o fechamento de cortiços também trazia à tona o problema da habitação na capital. O processo de remodelação do espaço urbano se acentuava, expulsando a população mais pobre do centro, e levando-a a ocupar o entorno ou os morros centrais da cidade.

Assim, na década de 1920 o problema não só persiste como se torna ainda mais evidente. No interior, a situação demonstra-se ainda mais trágica. Oiticica enfatiza:

A míngua de recursos impede ainda ao proletário habitação passável. Nas fazendas e engenhos, habitam casas de palha, quando muito, atijoladas, sem soalho nem forro; na cidade, não podendo pagar aluguéis caros, ajuntam-se em grupos e moram em cortiços famílias inteiras, às vezes numa sala só, como entigeladas, respirando vinte pessoas o ar cubado para três ou quatro. Isso influi poderosamente para a desoxigenação do sangue, miséria física, raquitismo, tuberculose.³³

31 ADDOR, Carlos. “A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro”, p. 51

32 SANTOS, Sonia M. S. B. “Niterói Através dos Tempos. Das Sesmarias aos Bairros de Hoje”, p. 25.

33 OITICICA, José. “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”, p. 49

Sede de modernidades urbanísticas, o centro convive com imensas contradições sociais, mantendo as residências mais miseráveis da cidade, cujos moradores providos de nenhuma mobilidade espacial, dependiam exclusivamente da proximidade com o centro, onde havia maior oferta de trabalho.

As questões da alimentação e da moradia conectam-se intrinsecamente à questão da saúde. Com uma renda diminuta, sem se alimentar decentemente ou comprar remédios e morando em condições enfermizas, o proletariado está sujeito a todo tipo de doença. Os índices de mortalidade, sobretudo infantil, são alarmantes:

Não podendo comprar remédios, nem pagar médicos, dentistas e o mais, não se tratam os proletários convenientemente e estão sujeitos a devastação das moléstias. É incalculável o número de crianças proletárias mortas por moléstias intestinais, efeitos de alimentação deficiente, primeiro, e depois, da ignorância no tratamento ou impossibilidade material médico e dieta. As mães proletárias, tendo de ir para a roça, para a fábrica, para o tanque de roupa, ou entregam os filhos a pessoas desinteressadas, ou os abandonam num quarto até voltarem.³⁴

Dessa forma, epidemias hediondas infestam a região metropolitana do estado. O número de moléstias e doenças, destacando-se entre estas a febre amarela, a varíola e a tuberculose, é tão grave que a capital federal ganha a fama de “cidade empestada”.³⁵

Assim, a questão da saúde pública não saía da ordem do dia do movimento operário. O triste quadro da classe era visto como uma consequência direta do acentuado nível de exploração do trabalho da época. *A Federação Operária do Estado do Rio* escreveria em seu boletim:

É necessário que os trabalhadores compreendam que a maioria das moléstias de que são vítimas, principalmente a tuberculose, que é a maior ceifadora das nossas vidas, são provenientes do excesso de energia que consumimos no trabalho, da nossa má alimentação, da falta de higiene e comodidade dos casebres ou casas de cômodos em que habitamos, enfim, da pavorosa miséria em que se debate o povo que trabalha para enriquecer a burguesia insaciável.³⁶

Nos sindicatos, parte central das reivindicações estava relacionada diretamente com as relações de exploração que estes sofriam nas fábricas. As jornadas de trabalho cada vez mais extensas, os diminutos salários, a falta de qualquer benefício empregatício, férias ou

34 OITICICA, José. “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”, p. 48/49

35 ADDOR, Carlos. “A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro”, p. 52

36 Boletim da Federação Operária do Estado do Rio, nº 5, jun. de 1921, p. 2.

remunerações.

Sem o advento de qualquer legislação reguladora das relações de trabalho na época, com abundância da oferta de mão de obra e com o setor industrial ainda em formação, os trabalhadores estavam submetidos aos mandos e desmandos dos patrões, que impunham um ritmo de trabalho cada vez mais intenso aos seus empregados. Addor chama atenção para as jornadas de trabalho, colocando que “Inicialmente, inexistindo legislação trabalhista, não havia uma regulamentação a respeito da jornada de trabalho. Esta podia ser de 10, 12 ou 14 horas, chegando mesmo em situações-limite a 15 ou 16 horas diárias de trabalho.”³⁷

O ambiente fabril, assim como a moradia dos trabalhadores, também mostrava condições de trabalhos deploráveis, insalubres e sem segurança de trabalho alguma. Além disso, cada empresa possuía seu próprio regulamento, supervisão e gestão, deixando os trabalhadores à completa mercê de seus patrões, sendo estes submetidos a multas, reduções de salários, descontos e demissões sem a necessidade de qualquer justificativa.

Antonio Augusto de Azevedo, militante da Liga, anos depois escreveria um texto sobre a importância das associações operárias intitulado “A Organização”, onde narra de maneira bastante detalhada a vida fabril que passavam, antes do nascimento da entidade de classe: “Se todos os trabalhadores compreendessem a força que lhes dá o serem organizados em associações de classe, de bases sindicalistas, de certo não observaríamos a miséria em que se debatem todos aqueles que para viver tem necessidade de alugar o seu braço a este ou aquele patrão”³⁸. Nesse artigo, ele também descreve o contexto em que se encontravam os trabalhadores nessa época:

Não havia horário nas obras e oficinas. Começava-se o trabalho as seis horas da manhã, muitas vezes noite ainda e largava-se as cinco horas, cinco e meia e assim por diante, tendo para o almoço 30 ou 45 minutos.

Além disso os empreiteiros obrigavam os operários a trabalhar horas extraordinárias com o pretexto de gastar o material que a última hora mandavam fazer, ou guardar o que propositalmente quase a hora de largar chegava a obra.

Nenhum operário tinha o direito de reclamar o cumprimento do horário, pois, só os empreiteiros ou seus encarregados, eram soberanos.

Só regulava o seu relógio “tocado a dedo”, que pela manhã adiantava e a tarde atrasava...

E ai daquele que protestasse. Era imediatamente despedido, o seu minguado salario ficava preso por longo tempo e dificilmente encontrava outra colocação, pois, todos os patrões eram do mesmo estofo.³⁹

37 ADDOR, Carlos. “A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro”, p. 53

38 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 1, jan. de 1921, p. 1.

39 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 1, jan. de 1921, p. 1.

Para auxiliar a renda familiar, e tentar garantir o mínimo das já difíceis condições de vida da família operária, era comum toda a família inserir-se no trabalho fabril. Afinal, “sendo os salários dos trabalhadores insuficientes para o atendimento das necessidades básicas do consumo familiar, os pais são compelidos a mandar seus filhos para as fábricas.”⁴⁰ O trabalho infantil não possuía qualquer regulamentação, onde as crianças operárias sofrem o mesmo ritmo de exploração que seus pais. O patronato defendia, hipocritamente, que os filhos dos operários estavam sendo “educados” no trabalho fabril.

No entanto, mesmo aqueles que não possuíam menor idade, viriam a ser tratados de forma mais abusiva, de acordo com a função assumida no trabalho. Assim, haveriam diversos recortes presentes em cada categoria. No caso dos operários da construção civil, por exemplo, os ajudantes eram os mais precarizados:

Os ajudantes foram sempre os mais explorados. A sua situação era de verdadeiros escravos, pois eram obrigados a fazer todos os trabalhos: serventes, nas obras; de recados ou criados em casa dos patrões, para em troca ganharem a insignificância de 2\$ a 3\$ por dia!
E a maioria desses homens tinham família para sustentar!
Como viveriam eles? Suicidando-se lentamente na mais hedionda miséria que jamais olhos humanos contemplaram!
O tratamento dispensado pela maioria dos empreiteiros aos operários que para eles trabalhavam, era o mais grosseiro possível. Olhavam os operários por cima dos ombros e eram gritos e palavras indecentes pelos mais fúteis motivos, chegando alguns a ter a audácia de ofender fisicamente aos operários mais covardes, que viam no “patrãozinho” um novo Deus, sem o qual não podiam passar...⁴¹

Dentre os setores da classe trabalhadora que sofriam uma exploração mais acentuada, estavam as mulheres proletárias. Inserindo-se no trabalho fabril para complementar a renda familiar, em geral elas cumpriam a dupla função de operária e dona de casa. Apesar de trabalharem mais, o salário recebido era menor, e ainda assim nenhum benefício recebiam, como licença maternidade. Além disso, a mulher operária estava submetida a todo tipo de opressão e assédio moral e sexual em seu trabalho, principalmente por parte dos seus diretores, mestres e contramestres nas fábricas.

Margareth Rago enfatiza que “Às mulheres pobres e miseráveis, as fábricas, os escritórios comerciais, os serviços em lojas, nas casas elegantes ou na Companhia Telefônica apareciam como alternativas possíveis e necessárias.”⁴²

Também não haveria preocupação por parte do governo com assistência social. O

40 ADDOR, Carlos. “A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro”, p. 57

41 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 1, jan. de 1921, p. 1.

42 RAGO, Margareth. “Do Cabaré ao Lar.” p. 63.

Estado mantinha-se alinhado a uma política ortodoxamente liberal nesse sentido, e era alvo de denúncia constante por parte dos descontentes. De acordo com Oiticica,

As creches, os asilos, as casas proletárias, os dispensatórios, as policlínicas e mais ridículos paliativos da caridade e assistência, insuficientíssimas para remediar o mal, apenas testemunham a incapacidade da organização social burguesa para resolver o problema do bem-estar humano. Evidentemente não passarão bem os não-possuidores enquanto nas mãos dos possuidores se concentrarem, cada vez mais, com a progressiva centralização das riquezas, os recursos materiais da vida produzidos pelos trabalhadores.⁴³

No que tange à educação, elemento fundamental para este trabalho, suas necessidades eram quase que totalmente negligenciadas pelo poder público da época. Na Primeira República brasileira, havia uma demanda educacional absurda entre as classes mais exploradas.

Como já vimos, a instauração do regime republicano representou o fortalecimento da já hegemônica economia cafeeira no país, enquanto que, na esfera política, significou um agravamento da descentralização do poder político. Tal quadro irá refletir-se no campo educacional, pois “Com a Proclamação da República em 1889 e o conseqüente advento do regime federativo, a instrução popular foi mantida sob a responsabilidade das antigas províncias, agora transformadas em estados”.⁴⁴

O poder central republicano desta forma, não assumia para si a responsabilidade pela educação do país, da mesma forma que ignorava as outras demandas sociais. No geral, o Estado brasileiro mantinha uma postura ortodoxamente liberal. Maria Elizabeth Xavier debate a questão, dizendo que

Pareceres de Rui Barbosa, que vinculam a escola ao trabalho, progresso a democracia. Refletiam, ao que tudo indica, uma preocupação com a adequação do discurso educacional ao discurso político e pareciam expressar, mais que uma proposta de renovação social, o desconforto das elites intelectuais “progressistas”, diante de um índice de analfabetismo que punha a descoberta do “atraso” do país.⁴⁵

Dessa forma, ainda que alguns setores apontassem a necessidade de uma transformação desse quadro, isso pouco se refletia na prática. O sistema brasileiro de educação encontrava-se diminuto e desorganizado, sem qualquer tipo de organicidade

43 OITICICA, José. “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”, p. 49

44 SAVIANI, Dermeval. “História das Ideias Pedagógicas no Brasil”. Campinas, SP: Autores Associados, 2007, p. 161.

45 XAVIER, Maria Elizabeth S. P. “Capitalismo e Escola no Brasil”. Papirus: São Paulo, Campinas, 1990 p. 61.

político-pedagógica:

Até a década de 30, a estrutura do ensino existente não estava organizada à base de um sistema nacional. Herdeiro da descentralização imperial, o ensino estava organizado em sistemas estaduais, sem articulação legal com o sistema central, funcionando relativamente independente de uma política nacional de educação.⁴⁶

Isso não significava, no entanto, que não havia um projeto nacional de educação. O que ocorria era que uma série de obstáculos se colocava para sua materialização. Primeiro, no âmbito material, não havia um financiamento suficiente para sua implementação. Segundo, em uma época de grande efervescência ideológica e de eminência de diversas teorias, como era a virada dos séculos, não havia um consenso mínimo necessário para vigorar qualquer um desses projetos. Saviani conclui que

as dificuldades para a realização da ideia de sistema nacional de ensino se manifestaram tanto no plano das condições materiais como no âmbito da mentalidade pedagógica. Assim, o caminho da implantação dos respectivos sistemas nacionais de ensino, por meio do qual os principais países do Ocidente lograram universalizar o ensino fundamental e erradicar o analfabetismo, não foi trilhado pelo Brasil. E as consequências desse fato projetam-se ainda hoje, deixando-nos um legado de agudas deficiências no que se refere ao atendimento das necessidades educacionais do conjunto da população.⁴⁷

Não havendo interesse nem de ordem política nem econômica no investimento e implementação de uma política educacional no país, a chamada “República Velha” não altera o quadro da educação pública ao longo de sua existência. Essa situação, no entanto, não é fruto apenas dos empecilhos colocados pelas elites ou por uma mera negligência ao longo dos anos. Ela encontra-se na base que constituiu o regime republicano, como analisa Saviani:

O certo é que o novo regime não assumiu a instrução pública como uma questão de responsabilidade do governo central, o que foi legitimado na primeira Constituição republicana. Ao estipular, no artigo 35, que incube ao Congresso Nacional, ainda que não privativamente, “criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados” (inciso 4º), a Constituição, embora omissa quanto à responsabilidade sobre o ensino primário, delegava aos estados competência para legislar e prover esse nível de ensino.⁴⁸

Se o ensino primário, do qual as camadas mais humildes da sociedade tanto

46 XAVIER, Maria Elizabete S. P. “Capitalismo e Escola no Brasil”. p. 82-83.

47 SAVIANI, Dermeval. “História das Ideias Pedagógicas no Brasil”. p. 168.

48 SAVIANI, Dermeval. “História das Ideias Pedagógicas no Brasil”. p. 171.

necessitavam, permanecia intocado e negligenciado, o mesmo não acontecia com a educação das elites. Maria Elizabete afirma que

A demanda educacional efetiva, que cresceu nas regiões urbanas, em especial no centro econômico administrativo do país, foi atendida pela União que cuidou de ampliar a oferta de ensino de elite, o médio e o superior, para as classes médias em ascensão. Não se verificou, mesmo nesses centros, uma pressão social significativa em favor da formação técnico-científica, apesar do relativo crescimento do parque industrial local, cuja demanda de mão de obra era atendida basicamente por imigrantes.⁴⁹

Essas modalidades da educação, no entanto, ficariam cada vez mais inacessíveis para as camadas da classe trabalhadora. A organização do ensino superior, dirigida pelo poder central, permanecia desestruturada e pouco diferente daquela encontrada em tempos imperiais. Ainda assim, ela era capaz de pautar, minimamente, os conteúdos trabalhados no ensino secundário, que passava a abarcar as camadas médias em ascensão. Sobre isso, Maria Elizabeth diz que

O ensino secundário, em especial, constituía-se em cursos preparatórios, de duração variável, unificados apenas pela função de qualificar os candidatos do ensino superior, o que lhes conferia uma certa uniformidade de conteúdo. E o ensino superior, criado há mais de um século e controlado diretamente pelo poder central, não lograva atingir a organização universitária almejada.⁵⁰

Mesmo com o crescimento industrial e o desenvolvimento urbano, o quadro educacional brasileiro permaneceu praticamente inalterado durante quase toda a Primeira República. Na prática, a maioria esmagadora da população permanecia analfabeta, com pouco acesso sequer à educação básica.

O nível de analfabetismo era alarmante, e as políticas públicas não correspondiam à real necessidade dos trabalhadores. Dentre os trabalhadores, a maior parte permaneceria analfabeta, como aponta o jornal *A Voz do Povo*, em 1920:

De vinte e cinco milhões de habitantes, o Brasil tem 18.750.000 completamente analfabetos. São indivíduos que nada leem, nem mesmo um jornal: detém-se até o abecedário como os ignorantes em hieroglífica permanecem diante dos caracteres egípcios; respeitosos, submissos, admirados.
75% de completamente analfabetos!⁵¹

49 XAVIER, Maria Elizabete S. P. “Capitalismo e Escola no Brasil”. p. 62.

50 XAVIER, Maria Elizabete S. P. “Capitalismo e Escola no Brasil”. p. 83.

51 Jornal *Voz do Povo*, nº 15, 21 fev. de 1920, p. 2.

Não havia interesse na formação educacional da classe trabalhadora, uma vez que o trabalho fabril exigia pouca especialização e a oferta de mão de obra não especializada em abundância, como sabemos, era extremamente vantajosa à burguesia industrial da época.

Oiticica ressalta o problema acentuante do ensino, questionando: “Se não há meios para comer e morar razoavelmente, menos ainda os há para estudar. Ao proletário, mesmo nos centros mais bem organizados, só chega o ensino primário, o que baste para formar operários hábeis e capazes de instrução profissional.”⁵²

Assim, os operários engajados não se preocupavam apenas com o ensino primário, ler e escrever, mas também com a qualidade desse ensino. Sobre isso, *Voz do Povo* comentou:

Só 25% sabem ler. E como leem! E o que leem! 20% no mínimo arrastam-se na leitura, têm péssima dicção, leem inexpressivamente, e deliciam-se em silabar Paulo de Kock, Montépin, Zé-Vasco, Escrich e tantos outros romancistas de mórbida imaginação. É mister uma reação enérgica e desassombrada e firme, firme e imediata. Sem tibiezas nem vacilações.⁵³

A questão da instrução parecia afetar ainda mais as mulheres trabalhadoras. Se todos os trabalhadores possuíam pouca instrução, isso se evidenciava ainda mais para as mulheres, cujo papel social sempre era reduzido aos afazeres domésticos e aos cuidados de sua prole, enquanto aos homens, em tese, estaria incumbido o papel de gerar e gerir a riqueza da família. Isso se manifestará desde a sua infância, tendo qualquer tipo de instrução negada. Sobre isso, Margareth Rago afirma:

Também não se abrem amplas perspectivas profissionais para ela, como se poderia supor num primeiro momento. Afinal, a preocupação com sua educação visa prepará-la não para a vida profissional, mas sim para exercer sua função essencial: a carreira doméstica. Os conhecimentos que adquirisse deveriam, portanto, auxiliar a dissipar os antigos preconceitos que povoavam sua mente fraca e torná-la uma companhia mais agradável e interessante ao homem.⁵⁴

Esse contexto geral de negligência do poder público para com a instrução básica das trabalhadoras e trabalhadores não passaria despercebido pelo movimento operário.

Um extenso artigo publicado por Palmeira em *A Voz do Povo* ilustra de maneira precisa como a militância da época mantém-se cética de mudanças advindas por parte do

52 OITICICA, José. “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”, p. 49

53 Jornal a Voz do Povo, nº 15, p. 2, 21 fev. de 1920 .

54 RAGO, Margareth. “Do Cabaré ao Lar.”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 63.

governo:

A solução poderia vir pelo governo ou pelo povo. Não creio que o governo faça qualquer coisa de bom, nesse sentido. O governo preocupa-se de outras coisas e, sobretudo, de resolver os inumeráveis casos de tricas e nicas, chicanas e trapaças políticas. O bem popular fica, como naquela história do padre e do jejuador, - sempre para amanhã... Se assim não fosse, os governantes já teriam notado que não dá resultados a descentralização do ensino ou o ensino a cargo dos municípios, porque se ha, no Brasil, alguns municípios ricos que podem facilmente manter escolas, há, porém, muitos e muitos outros incapazes de prover às necessidades da instrução primária; é o caso, por exemplo, dos municípios de S. Paulo, de Pernambuco, de Minas Gerais, do Rio Grande, relativamente aos municípios de Goyaz, Amazonas, Espirito Santo, Sergipe.

Por isso, a centralização do Ensino, no Brasil, afigurasse-me uma necessidade urgente e inadiável.

Centralizar o Ensino para combater a IGNORANCIA, - como também se deve centralizar a Higiene para combater a DOENÇA.

Isso cumpria ao governo fazer; ele, porém, não trabalha. Então, que surjam iniciativas populares.⁵⁵

Assim, o movimento operário, não obtendo resposta dos governantes, e pautado na estratégia da ação direta, assume para si a tarefa de superar essa demanda perante o conjunto da classe trabalhadora:

Uma propaganda persistente contra o analfabetismo surtiria efeito: conferências, folhetos, reclames, emblemas... tudo serve. E o trabalho prático - a fundação de escolas nenhuma fábrica sem escola, nenhuma oficina sem colégio. Por toda parte onde houver um campo a iniciativa particular organize as caixas escolares de socorros aos alunos.

Com isto se fará alguma cousa. Ainda mais: atualmente as organizações operárias reivindicam o direito, que lidimamente lhes assiste, de partilhar do banquete da vida. Por que não exigem elas, como ponto de reivindicação, a instrução primária obrigatória?

Deve-se lançar mão de todos os meios para a difusão da instrução primária. É preciso ensinar o Brasil a ler.

-Urge igualmente melhorar o que já existe sobre instrução. Em nossas escolas, a instrução é livresca e artificial.

É isto um dano imenso à mentalidade infantil. Necessário é reformar a escola. Miremo-nos neste espelho: - "Nosso fim é levar as crianças a fazer a aprendizagem da vida e não a passividade. Preparar futuros produtores que saibam servir-se de suas mãos, de seus olhos, de sua inteligencia, fazer nossos filhos serem fortes, melhores e mais livres que nós. Para esse fim, não empregamos, é evidente, coação de espécie alguma; a ordem, deve impôr-se pelo interesse, pelo trabalho, pelo prazer do esforço, pela intensidade das ocupações."⁵⁶

55 Jornal Voz do Povo, n. 15, 21 fev. de 1920, p. 2.

56 Jornal Voz do Povo, n. 15, 21 fev. de 1920, p. 2.

O artigo chega a refletir sobre o método de ensino a ser aplicado, defendendo:

Como método de ensino, servimo-nos naturalmente do que há de mais concreto; a leitura é ensinada pelo jogo das letras, a aritmética por exercícios práticos e coleções de objetos feitos pelas crianças; uma lanterna mágica com numerosas vistas ensina a transformação da vida e a visita aos museus prepara-as para o ensino da história. Faz-se sobretudo muito desenho, pois o desenho é a arte da observação por excelência e desenvolve a habilidade da mão. Mas, o que a distingue claramente das escolas oficiais e até das diversas escolas novas, é dar-se fora das aulas muitas lições, pois que não é entre quatro paredes que se aprende a conhecer a vida. Para que provocar uma indigestão pelos conceitos abstratos dos livros sobre botânica e zoologia, quando é tão simples, tão interessante ir ver as plantas e os animais nos lugares onde eles se acham, nos campos, nos currais, nos galinheiros? Ali se encontram também profissionais, especialistas, operários, camponeses, que mesmo sem ser interrogados dizem muito e melhor que todos os outros e teóricos.⁵⁷

Assim, imaginando uma educação que parte das necessidades concretas da classe trabalhadora, Palmeira defende de maneira muito concisa outro projeto educacional. E conclui:

Queremos iniciar os alunos na indústria mecânica, na construção das embarcações, nos materiais de construção, nos trabalhos de tipografia? – Queremos conhecer os gêneros alimentícios, as diferentes espécies de tecidos? Nas usinas, nas instalações, nas oficinas, nos depósitos, nas granjas é onde se darão as lições, lições úteis entre todas, porque mais tarde cada um terá que escolher um ofício, cada um deverá procurar uma habitação, comprar alimentos, roupas, e importa saber dirigir-se sem ter que passar pelas desastrosas experiências que tanto custaram a todos nós.
A. Palmeira.⁵⁸

Dessa forma, neste quadro perverso de dominação, com grande exploração do trabalho, péssima qualidade de vida e quase nenhum acesso à educação, é que o movimento operário irá começar a se desenhar e onde nascerão os projetos e iniciativas educacionais promovidas pelos próprios trabalhadores através do movimento sindical.

1.2. Sindicalismo e Anarquismo no Primeiro Congresso Operário Brasileiro

É no início do século XX, em um período de profunda recessão marcado pelo ascenso das lutas, greves e revoltas, que os sindicatos operários brasileiros irão tomar maiores

⁵⁷ Jornal Voz do Povo, n. 15, 21 fev. de 1920, p. 2.

⁵⁸ Jornal Voz do Povo, n. 15, 21 fev. de 1920, p. 2.

contornos organizativos. Farinha Neto contextualiza o período:

Por volta de 1902, a economia brasileira saía de um período de recessão. Na esteira das greves que se avolumavam, aparecem os primeiros sindicatos. Para superar a dispersão de forças trabalhosas, os grupos interessados na organização operária passam a preconizar a reunião das associações existentes.⁵⁹

Já em outubro de 1903 surgiu a *Federação das Associações de Classe*, logo após uma tentativa de greve geral que, embora tenha gerado conquistas para algumas categorias, não atendeu às expectativas do movimento. No entanto, a experiência de luta aponta para a necessidade de uma maior articulação geral entre os sindicatos. Assim, durante todos os primeiros anos desta década, os trabalhadores mais engajados seguem em um esforço para articular estas associações de classe. Este esforço organizativo virá a se materializar de maneira mais significativa no *Congresso Operário Brasileiro*, em 1906.

Essa articulação, no entanto, não fora feita apenas em uma dimensão nacional. Também é notório o esforço de se criar laços com as associações de classe de outros países. Em 1904, dois portuários argentinos desembarcam no Distrito Federal brasileiro, representantes da *Federação Operária Regional Argentina* (FORA). No ano seguinte, marcado por diversas greves e comícios, surge a *Federação Operária Regional Brasileira*, com uma clara referência à FORA, que também é notada no congresso, cujo nome originalmente foi *Congresso Operário Regional Brasileiro*. A experiência organizativa da FORA sem dúvida apresentou ao operariado brasileiro elementos para se pensar em uma articulação nacional, com ferramentas de luta e organização necessárias a uma federação que envolvesse a classe trabalhadora em países de grandes proporções, como é o caso do Brasil e da Argentina.

Edgar Rodrigues comenta o Congresso:

Participaram do Congresso Operário Regional Brasileiro 43 delegados, representando 28 sindicatos operários de vários estados do país. Dezesesseis destas associações eram do Distrito Federal, sendo a maioria pertencente aos ramos industriais e alguns estivadores, ferroviários, trabalhadores em trapiches e café, integrantes do setor de serviços.⁶⁰

O congresso, realizado enfim em abril de 1906, demonstrou ser a primeira iniciativa organizacional operária no país em larga escala, tornando-se inclusive uma referência

59 FARINHA NETO, Oscar. “Atuação Libertária no Brasil”, p. 19.

60 FARINHA NETO, Oscar. “Atuação Libertária no Brasil”, p. 26.

histórica para o movimento dos trabalhadores durante os anos seguintes. O evento ocorreu no *Centro Galego*, na Rua da Constituição, 30/32, localizado no centro da cidade, dos dias 15 à 20 de abril⁶¹. Apresentou entre suas resoluções finais:

Todas as teses básicas do **sindicalismo revolucionário** – neutralidade sindical, federalismo, descentralização, antimilitarismo, antinacionalismo, ação direta, greve geral, violência, etc. – estão contidas nas declarações dos congressistas, ainda que algumas delas apenas referidas de passagem.⁶²

Esses apontamentos gerais são capazes de nos revelar muito sobre a estratégia utilizada pelo operariado da época. A defesa da neutralidade sindical em relação à correntes religiosas ou partidos políticos encontra-se logo na primeira resolução do Congresso:

SOBRE ORIENTAÇÃO:

TEMA

-A sociedade operária deve aderir a uma política de partido ou conservar a sua neutralidade? Deverá ter uma ação política?

“Considerando que o operariado se acha extremamente dividido pelas suas opiniões políticas e religiosas;

que a única base de acordo sólido e de ação representa os interesses econômicos comuns a toda classe operária, e dos mais a clara e pronta compreensão;

que todos os trabalhadores, ensinados pela experiência e desiludidos da salvação vinda de fora de sua vontade e ação reconhecem a necessidade iniludível da ação econômica direta de pressão e resistência, sem a qual, ainda para os mais legalitários, não haja lei que valha;

O “Congresso Operário” aconselha o proletariado a organizar-se em **sociedades de resistência econômica**, agrupamento essencial e, sem abandonar a defesa, pela ação direta dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a pôr fora do Sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam na adoção, pela **associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral**.⁶³

Essas orientações fazem coro com a política defendida pelos trabalhadores reunidos na *Associação Internacional dos Trabalhadores*, nascida em 1864. Bakunin, em 1869, irá apontar a importância do papel dessa forma de organização e luta, e da neutralidade sindical, em *A Política da Internacional*:

Pensamos que os fundadores da Associação Internacional agiram com uma grande sensatez ao eliminar, desde o início, todas as questões políticas e

61 RODRIGUES, Edgar. “Alvorada Operária”. Mundo Livre. Rio de Janeiro, 1979. p. 95.

62 FARINHA NETO, Oscar. “Atuação Libertária no Brasil”. Achiamé: Rio de Janeiro, 2007, p. 49. Grifos nossos.

63 RODRIGUES, Edgar. “Alvorada Operária”. p. 101. Grifos nossos.

religiosas do programa desta associação. (...) Se tivessem erguido a bandeira dum sistema político ou antirreligioso, longe de unir os trabalhadores da Europa, eles teriam se dividido ainda mais (...).⁶⁴

É a partir da experiência de luta e organização no interior da AIT que Bakunin irá amadurecer sua compreensão de sindicalismo e elaborar, de maneira mais sólida, uma estratégia sindical. Dessa forma, a adoção da neutralidade sindical, encontrada desde os documentos de fundação da AIT, será objeto de reflexão pelos membros da *Aliança Internacional da Democracia Socialista* (ADS) – organização que Bakunin integrava – e passa a se configurar como uma estratégia defendida por diversos militantes anarquistas ao longo da história do movimento operário.

Vemos que grandes semelhanças podem ser encontradas entre as resoluções do *Primeiro Congresso Operário* e a defesa da neutralidade sindical encontrada no interior da AIT.

Expandida para diversos países e associações, podemos considerar a experiência da *Confederação Geral do Trabalho francesa* (CGT), ainda em fins do século XIX, como uma daquelas determinantes para o amadurecimento da estratégia do sindicalismo revolucionário. Na Carta de Amiens, onde a Confederação declara seus princípios, é afirmado que “A CGT agrupa, fora de toda escola política, todos os trabalhadores conscientes da luta a conduzir para o desaparecimento do salariado e do patronato” e conclama a “todos os trabalhadores, quaisquer que sejam suas opiniões ou suas tendências políticas ou filosóficas, um dever de pertencer ao grupamento essencial que é o sindicato.”⁶⁵

Ao comentar a influência do pensamento de Bakunin nesta associação, Gaston Leval afirma que “Pelo menos, os pensamentos que ele emitiu são os que presidiram à constituição e à orientação desse movimento. E sem pensamento, sem doutrina, a atividade conduz aos cimões do mesmo modo que conduz aos abismos.”⁶⁶

De maneira semelhante, podemos entender que a CGT francesa exerceu uma influência significativa no *Primeiro Congresso Operário Brasileiro*. Rogério de Castro ressalta essa inspiração:

Dentre os princípios do sindicalismo revolucionário reivindicados pela CGT que podemos verificar nas resoluções do I COB, destacamos a defesa da

64 BAKUNIN, Mikhail. “A Política da Internacional”. In: *O Socialismo Revolucionário*. Global Editora: São Paulo, 1979, p. 55.

65 PELLOUTIER, Fernand. “O Anarquismo e os Sindicatos Operários”. Editora Imaginário: São Paulo, 2013, p. 27.

66 LEVAL, Gaston. “Bakunin, Fundador do Sindicalismo Revolucionário”, BAKUNIN, Mikhail. “A Dupla Greve de Genebra”. Editora Imaginário, Faísca Publicações Libertárias. São Paulo, 2007, p. 44.

ação direta enquanto modelo de relação a ser estabelecido entre os sindicalizados e seus organismos de classe, assim como a ênfase dada à questão econômica em detrimento da partidária.⁶⁷

Fernand Pelloutier, militante anarquista que participou da CGT desde sua fundação e tornaria-se uma das figuras mais marcantes, escreve em 12 de dezembro de 1899:

Peço, em segundo lugar, aqueles que, como nossos camaradas de *Homme Libre*, pensam diferente de nós em relação ao futuro das uniões operárias, a neutralidade benevolente a qual temos direito, e toda a tenacidade e todo ardor dos quais são capazes 'aqueles que admitem, em diversas proporções, a utilidade da organização sindical.⁶⁸

Podemos então traçar um histórico da constituição do sindicalismo revolucionário como uma importante estratégia defendida e construída por diversos anarquistas. Felipe Corrêa afirma que

(...) pode-se sustentar que o berço do sindicalismo revolucionário é a AIT e que as experiências dos anos 1870 e 1880 não se diferenciam significativamente do sindicalismo revolucionário que seria praticado e defendido pela CGT nos anos 1890. Assim, as origens do sindicalismo revolucionário estariam na AIT e nas experiências sindicais que tomaram corpo, dentro de uma perspectiva revolucionária, na Espanha, em Cuba, nos EUA e no México, independente do termo “sindicalismo revolucionário”, que apareceria somente na França anos mais tarde.⁶⁹

Assim, a experiência de luta da CGT francesa influenciaria diversas iniciativas ao redor do mundo. Corrêa ainda afirma: “O modelo sindicalista revolucionário da CGT francesa, a partir de 1895, fortalecido em 1906, inspirou organizações como a CGT portuguesa, a COB brasileira e outras, em países como Japão, Moçambique”.⁷⁰

No Brasil, tal influência expressaria-se decisivamente no *Primeiro Congresso Operário*, o que podemos inferir a partir de suas resoluções e publicações. Embora, como foi dito, tenha também havido uma influência organizativa da FORA no *Congresso Operário*, podemos aqui perceber uma diferença entre a estratégia adotada por esta que a distingue daquela optada no Congresso. Em um momento anterior, o anarquismo e o sindicalismo construído na Argentina tornam-se tão íntimos que passam a conjugar completamente entre si.

67 CASTRO, Rogério Cunha de. “Nem Prêmio, Nem Castigo! A Escola Moderna Como Ação Revolucionária dos Sindicatos Operários Durante a Primeira República. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2014, p. 99.

68 PELLOUTIER, Fernand. “O Anarquismo e os Sindicatos Operários”. Editora Imaginário: São Paulo, 2013, p. 27.

69 CORRÊA, Felipe. “Ideologia e Estratégia”, p. 61.

70 CORRÊA, Felipe. “Bandeira Negra: Rediscutindo o Anarquismo”. p. 275.

Assim, a FORA assumiria o contorno próprio do anarco-sindicalismo, abandonando em suas instâncias internas a neutralidade sindical defendida pelo sindicalismo revolucionário e vinculando seu posicionamento ideológico à política da federação. Felipe Corrêa narra brevemente este processo:

No III Congresso de 1903 a FORA rejeita o socialismo reformista e nos fins de 1904 busca conjugar sindicalismo e anarquismo. No V Congresso de 1905 (...) a aprovação congressual que endossa uma vinculação consciente e explícita ao anarquismo, incentivando sua difusão, e o finalismo determinado pelo comunismo anarquista, evidenciam, para mim, o anarco-sindicalismo da FORA.⁷¹

Por anarco-sindicalismo, entendemos aqui uma estratégia que vincula explicitamente o espaço social dos sindicatos e o espaço organizativo político da ideologia anarquista. “Acredito que o termo anarco-sindicalista aplica-se mais aos anarquistas que defendiam esse vínculo explícito e consciente do sindicalismo com o anarquismo, do que aos anarquistas que defendiam a atuação nos sindicatos”.⁷²

É importante ressaltar que para além dessa diferença fundamental, a maior parte das estratégias de luta sindical eram comuns entre o sindicalismo revolucionário e o anarcosindicalismo. Jacques Toublet reforça esse argumento: “Visto que em outros grandes temas as duas organizações juntavam-se: luta de classes, duplo trabalho reivindicativo e revolucionário, necessidade da luta cotidiana, independência e autonomia, ação direta até a greve geral, autogestão coletiva pelo sindicato.”⁷³

Ainda que ambas estratégias carreguem diversos pontos em comum no que tange à luta sindical, diferentemente da FORA, os operários reunidos no Congresso defendiam claramente uma diferenciação entre o espaço sindical e o espaço partidário. Rogério de Castro enfatiza que “em nenhum momento a direção da *Confederação Operária Brasileira*, criada em 1908 a partir dos debates realizados no Centro Galego em 1906, assumiu publicamente o anarquismo como orientação daquela entidade.”⁷⁴

É importante ressaltar essa diferença, pois frequentemente o movimento operário brasileiro na Primeira República é tomado pela alcunha de anarco-sindicalista, simplesmente por conter em seu seio uma predominância significativa de militantes anarquistas. “E entendo

71 CORRÊA, Felipe. “Ideologia e Estratégia”, p. 84/85.

72 CORRÊA, Felipe. “Ideologia e Estratégia”, p. 86.

73 PELLOUTIER, Fernand. “O Anarquismo e os Sindicatos Operários”. Editora Imaginário: São Paulo, 2013, p. 126.

74 CASTRO, Rogério Cunha de. “Nem Prêmio, Nem Castigo! A Escola Moderna Como Ação Revolucionária dos Sindicatos Operários Durante a Primeira República”, p. 99.

que é nessa diferença – no nível de vinculação explícita e consciente do sindicalismo ao anarquismo – que se dá a diferença entre sindicalismo revolucionário e anarco-sindicalismo.”⁷⁵ Corrêa também alerta que

chamar o que houve no Brasil de anarco-sindicalismo e todos os anarquistas que atuavam nos sindicatos de anarco sindicalistas é certamente um equívoco, que vem sendo muito cometido ao se tratar da história brasileira do movimento operário. No entanto, isso não significa, em momento algum, que o sindicalismo revolucionário deve ser afastado ou desvinculado do anarquismo (...).⁷⁶

A partir da orientação de agrupar no meio sindical todos os trabalhadores, independentemente de corrente ideológica, é evidente que defensores de outras matrizes políticas que não o anarquismo se inseriram nesses espaços de organização. No entanto, tal fato não deve ofuscar o papel do anarquismo como impulsionador deste projeto.

Percebemos, inclusive, que os pressupostos estratégicos defendidos pelos sindicalistas revolucionário conviveram com aqueles reivindicados pelos anarco-sindicalistas. Algumas associações presentes no Congresso, como a *Federação Operária de Santos*, defenderia a adesão explícita dos sindicatos ao anarquismo. Samis comenta que:

No meio organizacionista, que em tese aceitava o sindicalismo como campo tático, ainda assim não havia unanimidade. Partilhavam dessa posição duas correntes: uma, a qual estava filiado Neno, sempre fiel a Malatesta, que defendia a neutralidade dos sindicatos e a não subordinação destes ao anarquismo ou a qualquer doutrina social; e outra que, apoiada em experiências como o FORA do V Congresso, na qual o anarquismo havia tacitamente sido recomendado como ideologia aos congressistas, via no “finalismo” uma atitude mais consequente”.⁷⁷

A opção adotada pelo *Congresso Operário Brasileiro*, portanto, parece pender significativamente para a estratégia do sindicalismo revolucionário.

Portanto, à partir das resoluções do Congresso aqui observadas, podemos entender que este marca a opção por parte significativa do movimento operário organizado naquele espaço pela estratégia do sindicalismo revolucionário de neutralidade sindical, unindo os trabalhadores em torno das lutas econômicas e adotando a ação direta como uma ferramenta política de luta para sua futura emancipação.

75 CORRÊA, Felipe. “Ideologia e Estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular. São Paulo: Faíscas Publicações Libertárias, 2011”, p. 82.

76 CORRÊA, Felipe. “Ideologia e Estratégia”, p. 86.

77 SAMIS, Alexandre. “Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos”. Lisboa: Letra Livre, 2009.

Ainda que outras formas de concepção da estratégia sindical continuassem a existir no movimento operário, estas não possuíam força predominante nesse momento. Corrêa afirma que “O debate entre sindicalistas revolucionários e anarco-sindicalistas, distintamente, teve alguma importância, ainda que os primeiros tenham sido hegemônicos em todo o período”.⁷⁸

Outro desdobramento do Congresso foi a criação de um jornal, que passa a circular dois anos depois, sob o nome de *A Voz do Trabalhador*. Em seu primeiro número, ele intitula-se “órgão de uma coletividade formada com a intenção de agremiar e reunir as associações que tenham uma orientação nitidamente revolucionária, e com um programa claro e preciso, elaborado no Congresso Operário, exposto e difundido sempre que se apresentou oportunidade e não faltaram meios”.⁷⁹ Ainda neste número, o jornal afirma que “Como meio prático, como método de luta para alcançar tal *desideratum*, adotará e usará o **sindicalismo revolucionário**”⁸⁰

Os esforços anarquistas dessa época voltaram-se predominantemente para o fortalecimento da organização geral da classe, que além da luta por melhorias imediatas, obteve avanços organizativos e estratégicos. Dentre esses, um dos elementos diretamente relacionado ao que iremos tratar aqui foi a construção de uma identidade de classe e formação de uma cultura operária construída a partir de suas próprias forças.

Veremos então, ao longo da história da COB, e mais especificamente da FORJ, como estas seguiram ao longo de sua trajetória de luta sua orientação sindicalista, já refletindo como isso relaciona-se ao projeto educacional que se constrói em seu seio.

Hugues Lenoir demonstra como a questão da educação se constituía como um dos pilares no projeto sindicalista revolucionário: “A educação é um dos elementos precursores e fundadores – desde há muito em gestação na reflexão operária –, que se reencontrará naturalmente no pensamento sindicalista revolucionário, pois ele será um dos motores da sociedade futura.”⁸¹

No Brasil, o debate sobre educação já aparece no *Primeiro Congresso Operário* como um dos temas centrais a ser levado pelos sindicatos:

TEMA

-Conveniência de que cada associação operária sustente uma escola laica

78 CORRÊA, Felipe. “Bandeira Negra: Rediscutindo o Anarquismo”. p. 250.

79 *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 01/07/1908. Nº 01, p. 01.

80 *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 01/07/1908. Nº 01, p. 01, grifos nossos.

81 LENOIR, Hugues. “Educar para Emancipar”. Editora Imaginário, São Paulo. Editora da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007, p. 26.

para os sócios e seus filhos, e quais meios que se deve lançar mão para esse fim?

“Considerando que o ensino oficial tem por fim incluir nos educandos ideias e sentimentos tendentes a fortificar as instituições burguesas e, por conseguinte, contrárias às aspirações de emancipação operária, e que ninguém mais do que os próprios operários interessam-se em formar livremente a consciência de seus filhos;

O “Primeiro Congresso Operário Brasileiro” **aconselha aos sindicatos operários a fundação de escolas apropriadas à educação que os mesmos devem receber**, sempre que tal seja possível; quando os sindicatos não puderem sustentar escolas, deve a Federação local assumir o encargo.⁸²

Assim, a orientação pela criação de escolas encontrava-se desde os primeiros espaços de organização mais amplos da classe trabalhadora. Ali vemos uma crítica contundente à educação tradicional, bem como a defesa de um outro modelo de educação. Rossi, educador e agrônomo anarquista, enfatiza esse aspecto ao descrever o congresso:

Irredutivelmente anti-guerreiro, colocava uma educação laica para os seus filhos, desejando que o camponês, o colono e as mulheres formassem ao seu lado, em pé de igualdade, como companheiros, no combate ao longo horário de trabalho, para eles, forma desumana de exploração, de embrutecimento – fonte de vícios e desempregos⁸³.

Esse posicionamento também mostra-se herdeiro daqueles defendidos na *Associação Internacional dos Trabalhadores*. Em seu primeiro congresso, realizado em Genebra em 1866, já demonstra alguns apontamentos prévios sobre a concepção de educação que passa a amadurecer na Associação. A partir de uma profunda crítica social à exploração capitalista vigente, principalmente em relação às crianças e mulheres proletárias, o congresso defende que “o ensino profissional deve ser teórico e prático para que não forme uma aristocracia com instrução especial”⁸⁴, além de defender a separação entre Igreja e Estado e exclusão da educação religiosa. Também vemos uma rica crítica à organização escolar desenvolvida no período.

É no segundo congresso, que ocorre em Lausanne em 1867, que essas ideias passam a maturar de maneira mais sólida, defendendo-se claramente a posição de defesa de uma instrução integral, da organização de escolas oficinas, e apontando a noção de uma “educação gratuita” como uma profunda contradição. Nesse último ponto, novamente vemos uma forte influência do pensamento libertário: “Essas considerações acompanham o pensamento de

82 RODRIGUES, Edgar. “Alvorada Operária”. p. 109. Grifos nossos.

83 RODRIGUES, Edgar. “Alvorada Operária”. p. 118.

84 MORAES, José Damiro. “Mikhail Bakunin e a Educação na AIT: Notas sobre a Instrução Integral”. No prelo. p. 860

Proudhon quando afirma que a educação não é gratuita pois é paga com os impostos recolhidos de toda a população, pois “não há e não pode haver nada de gratuito que não seja pago por ninguém.”⁸⁵

O congresso também debate a integração entre a educação manual e intelectual, também defendida por Proudhon, que tem como fim uma educação que não mais divida a sociedade entre possuidores e explorados. Além disso, também é defendida uma reforma ortográfica e a aspiração de uma linguagem universal.

Já no terceiro congresso, realizado em 1868 na cidade de Bruxelas, a instrução integral torna-se um dos principais pontos de debate e, ainda que suas resoluções apontem para a impossibilidade de uma instrução integral plenamente realizável dentro do sistema capitalista vigente, os esforços para a construção de iniciativas educacionais pautadas pela instrução integral claramente passam a nortear as perspectivas do movimento. “(...) nesse congresso foram apresentadas uma série de documentos das seções participantes que defendiam a instrução integral e a relacionavam com a revolução. Esse aspecto da indissociabilidade entre revolução e educação também é encontrada em Proudhon (...).”⁸⁶

A partir dos debates e experiências no contexto da AIT, outras iniciativas vigoraram entre fins do século XIX e o século XX, como o orfanato de Prévost em Cempuis na França dirigido pelo próprio Paul Robin (1880-1894), “L’Avenir Social” de Madeleine Vernet (1906-1944), “La Ruche” de Sébastien Faure (1904-1917), Escuelas Modernas na Espanha, a “Iasnaia Poliana” de Liev Tolstói na Rússia (1859-1862), dentre muitas outras.

O movimento operário brasileiro, sob essas influências, passa a seguir uma linha de atuação semelhante. Em setembro de 1906, mesmo ano do Primeiro Congresso, e como consequência deste, é fundada a *Federação Operária do Rio de Janeiro* (FORJ), que passa a agregar diversas associações de classe presentes no estado. No ano seguinte, vemos que a nova articulação não só tratou de encontrar um espaço para sua sede, como já iniciava experiências educativas para com os trabalhadores:

Por iniciativa dos carpinteiros, pedreiros e anexos, alugou-se um enorme salão, “obra de unificação operária”, para abrigar as sociedades federadas e a própria Federação Operária. A imprensa descreveu a inauguração do lugar, em setembro de 1907:

“O salão, profusamente iluminado por ... lâmpadas elétricas, apresentava um belíssimo aspecto, vendo-se aqui e ali, pregados nas paredes, jornais operários de todos os países. Nas carteiras da escola que funcionava por

85 MORAES, José Damiro. “Mikhail Bakunin e a Educação na AIT: Notas sobre a Instrução Integral”. p. 862

86 MORAES, José Damiro. “Mikhail Bakunin e a Educação na AIT: Notas sobre a Instrução Integral”. p. 864

conta dos carpinteiros, nas mesas, nos bancos e nas cadeiras era enorme a quantidade de jornais e folhetos que ali se viam”⁸⁷
 Além das escolas e da biblioteca, foi criado um grupo de teatro na sede das classes operárias.⁸⁸

/

Diversas experiências escolares existiram durante essa época no Brasil, inclusive antes mesmo do Primeiro Congresso Operário. O anarquista Pedro Matera funda em 1903 a Escola Operária 1º de Maio, em Vila Isabel, no Rio de Janeiro, que ainda que conte com descontinuidades, chega até o início da década de 1930 e possui vínculos estreitos com o sindicalismo⁸⁹.

Outras escolas foram surgindo pelo Brasil, incorporando diversas referências no campo do sindicalismo e do anarquismo. São exemplos a Escola Elisée Reclus, em Porto Alegre (1906), a Germinal, no Ceará (1906), União Operária em São Paulo (1906), Liga Operária, em Sorocaba (1911), Escola Moderna, em Petrópolis (1913), e as Escolas Modernas nº 1 e nº 2, em São Paulo (1912), entre outras⁹⁰.

O movimento também passa a criar estruturas mais sólidas de organização da classe. Em março de 1908, constitui-se então a Confederação Operária Brasileira (COB), com o objetivo de articular as lutas operárias em nível nacional. A COB consegue agregar em seu interior 50 associações de classe, sendo 14 destas pertencentes à FORJ. Rodrigues salienta:

É de ressaltar entre os temas discutidos no “1º Congresso Operário Brasileiro”, a aprovação da Confederação Operária Brasileira”, cuja atuação foi votada para funcionar em 1908. Inspirada nos moldes da C.G.T. francesa, então fiel ao Sindicalismo da Primeira Internacional, ficou provisoriamente com sede na rua do Hospício, 156, no Rio de Janeiro, sendo indicado seu secretário -geral, Ramiro Moreira Lobo.⁹¹

O período que se segue é marcado por um grande avanço organizativo e de mobilização por parte dos operários. Veremos como esses fundamentos gerais desenvolvem-se ao longo do sindicalismo brasileiro na Primeira República, encontrando-se presentes nas experiências às quais pretendemos nos debruçar.

87 Correio da Manhã, 5 de setembro de 1907. Apud: FARINHA NETO, Oscar. “Atuação Libertária no Brasil”, p.39.

88 FARINHA NETO, Oscar. “Atuação Libertária no Brasil”, p.39.

89 SILVA, Pedro H. P. “A Escola Operária 1º de Maio e Pedro Matera.” Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2015, p. 91.

90 RODRIGUES, Edgar. “Anarquismo na Escola no Teatro na Poesia” Rio de Janeiro: Achiamé, 1992, p. 88.

91 RODRIGUES, Edgar. “Alvorada Operária”. p. 115.



Figura 1: 1º Congresso Operário Brasileiro. Fonte: RODRIGUES, Edgar. “Alvorada Operária”. n. 49.

1.3. Niterói na Alvorada do Movimento Operário (1913-1920)

A primeira década do século XX é marcada por diversas lutas operárias, acompanhadas pelo crescimento da organização dos trabalhadores até o seu final. Em 1909 ocorre uma grande greve na fábrica Confiança, em Vila Isabel, em março, e uma greve dos gasistas da Light, em julho. O 1º de Maio deste ano também é marcado por uma movimentação contra a execução do educador libertário espanhol Francisco Ferrer y Guardia. No Brasil, assim como em diversas partes do mundo, os trabalhadores acompanharam o caso e se mobilizaram em apoio à Ferrer. Em outubro os operários cariocas saíram em protesto contra o seu fuzilamento, em uma manifestação que contou com mais de 5.000 pessoas.

Essas experiências de luta abrirão caminho para uma década marcada por um sentimento de indignação e revolta, onde o movimento operário alcançaria novos contornos organizativos e cumpriria um papel central na transformação da sociedade brasileira.

A partir de 1912, após um curto período de refluxo, os sindicatos retomariam um enérgico processo de reorganização. Assim, mesmo com diversos obstáculos, é realizado com sucesso o *Segundo Congresso Operário Brasileiro*. Ocorrido nos dias 7 a 13 de setembro de 1913, fora organizada no Rio de Janeiro, na sede da COB e da FORJ: “Fizeram-se representar duas federações estaduais, cinco federações locais, 52 sindicatos, centros ou ligas e quatro

jornais, totalizando 117 delegados. Houve, também, um enviado das organizações argentinas e uruguaias. Do Rio de Janeiro, além da Federação, compareceram 18 sociedades”⁹².

Podemos ver então um grande salto do primeiro para o segundo congresso operário, que não deve ser entendido apenas em seu sentido quantitativo, que dobra de volume, mas também no campo organizativo da classe. Mais associações de classe se fazem presentes, pois mais trabalhadores passaram a se organizar e trataram de se articular através do congresso. A presença de federações já estabelecidas – pois no Primeiro Congresso ainda não estavam formadas – possivelmente contribuiu de maneira decisiva neste processo, articulando e fortalecendo os sindicatos em nível local ou estadual.

Nesse congresso, participam pelo *Sindicato dos Estucadores e Pedreiros* de Niterói Antônio e Deoclécio Augusto de Azevedo, que mais tarde militaram ativamente na *Liga Operária da Construção Civil*. Acreditamos, inclusive, que esse sindicato tenha sido o “embrião” da Liga, que agregava duas das categorias mais importantes do ramo da construção civil.

O Congresso mantém as linhas gerais apresentadas em seu antecessor, como a defesa da ação direta, da greve geral, e da neutralidade sindical:

TEMA:

- Sendo as aspirações das organizações operárias tendentes à transformação econômica e social, quais devem ser os princípios da nova sociedade: os da propriedade privada e da autoridade, ou os do socialismo anarquista?

“O “Segundo Congresso Brasileiro”, tomando em consideração as resoluções adotadas pelo “Primeiro Congresso”, sobre a orientação que à organização convém seguir em face da política especial de um partido: aconselhando-a, se manter inteiramente no terreno da ação direta de pressão e resistência contra o capitalismo, para a garantia e conquista dos direitos econômicos que ligam estreitamente os trabalhadores, divididos pelas suas opiniões políticas, religiosas e sociais”⁹³.

A educação também é tema de grande destaque nesse congresso, onde os trabalhadores refletem sobre a instrução que a classe trabalhadora recebe no capitalismo, denunciando a ação da burguesia, do Estado e da Igreja nesse processo:

TEMA:

-Educação e instrução das classes operárias:

“Considerando que a instrução foi, até uma época recente, evitada pelas castas aristocráticas e pelas igrejas de todas as seitas, que visavam manter o povo na mais absoluta ignorância, próxima à bestialidade; para melhor

92 FARINHA NETO, Oscar. “Atuação Libertária no Brasil”, p.60.

93 RODRIGUES, Edgar. “Alvorada Operária”. p. 128.

explorá-lo e governá-lo;
 considerando que a burguesia, inspirada no misticismo, nas doutrinas positivistas e nas teorias materialistas sabiamente invertidas pelos cientistas burgueses, os quais metamorfoseiam a ciência segundo os convencionalismos da sociedade atual; centralizando a instrução, tratando de ilustrar o operariado sobre artificiosas concepções que enlouquecem os cérebros dos que frequentam as suas escolas, desequilibrando-os com os deletérios sofismas que formam o civismo ou a religião do Estado⁹⁴;

Considerando enquanto “ensino místico” não apenas aquele professado pela Igreja, mas também aquele carregado pelos ideários liberais e burgueses, o Congresso também enfatiza o desserviço que o modelo tradicional de educação causa às classes populares:

considerando que esta instrução é ministrada juntamente com a educação prática de modalidades que estão em harmonia com a instrução aplicada;
 considerando que esta instrução e educação causam males incalculavelmente maiores do que a mais ampla ignorância; e que consolidam, com mais firmeza, todas as escravizações, impossibilitando a emancipação sentimental, intelectual, econômica e social do proletariado e da humanidade;
 considerando que este ensino baseia-se no sofisma afirmando-se no misticismo e na resignação⁹⁵;

Assim, suas resoluções apontam para a necessidade dos próprios trabalhadores assumirem as rédeas de seu próprio projeto educacional para si, bem como a de seus filhos:

O “Segundo Congresso Operário Brasileiro”, aconselha aos sindicatos e às classes trabalhadoras em geral, tomando como princípios o método racional e científico, em contraposição ao ensino místico e autoritário, promovam a criação e divulgação de escolas racionalistas, ateneus, cursos profissionais de educação técnica e artística, revistas, jornais; criando conferências e prelações, organizando certames e excursões de propaganda instrutiva, editando livros e folhetos⁹⁶.

Reafirmando, assim, as resoluções do Congresso anterior, o Segundo Congresso fomenta a criação de escolas e outras práticas educativas pelos trabalhadores. Concomitantemente, também dá suporte para outras ferramentas de luta, entendendo uma complementariedade entre os dois movimentos. Com o maior fluxo de movimentação por parte dos operários, diversas manifestações e comícios no Brasil marcam este ano.

Outra mobilização significativa de 1913 foi causada pela inflação. Um

94 RODRIGUES, Edgar. “Alvorada Operária”. p. 138/139

95 RODRIGUES, Edgar. “Alvorada Operária”. p. 138/139

96 RODRIGUES, Edgar. “Alvorada Operária”. p. 139.

Comitê Contra a Carestia, presidido pelo advogado Caio Monteiro de Barros, promoveu reuniões preparatórias nas quais fizeram-se representar a FORJ e a COB. (...) No Rio de Janeiro, realizaram-se 15 comícios e, em março, quando a agitação tinha tomado caráter nacional, a COB, de acordo com a Federação, patrocinou comícios simultâneos em várias cidades dos Estados.⁹⁷

Nos anos que se seguem, o encarecimento do custo de vida provocado pela Primeira Guerra Mundial foi respondido com uma série de mobilizações. A tática adotada pelo movimento operário foi de voltar a organizar comícios e atos públicos, dessa vez pautando mais a questão da falta de empregos, tão urgentes naquele momento. Segundo a FORJ, “remete-se aos ramos têxtil e da construção civil como os mais atingidos.”⁹⁸

Todos esses trabalhos de organização, propaganda e instrução parecem render um resultado considerável. Assim, o final da década de 1910 contou com uma efervescência política significativa, carregada de greves, manifestações e confrontos. Segundo Carlos Addor, o ano de 1917 “marca o início da conjuntura, que se prolongaria até 1920, de maior ascenso do movimento operário brasileiro em toda a Primeira República.”⁹⁹

Christina Lopreato conta como o movimento operário passa a maior parte do primeiro semestre do ano mobilizando os trabalhadores em torno da questão do custo de vida:

A elevação do custo de vida, no ano de 1917, em especial dos produtos de primeira necessidade, fora usada com sagacidade política pelos militantes, durante o primeiro semestre, para sacudir as energias dos operários e despertá-los da apatia. A ressonância dos seus discursos junto ao operariado apareceu na deflagração de greves, a partir do mês de maio, pressionando os patrões a atender as reivindicações de aumento salarial e melhoria nas condições de trabalho das fábricas e oficinas.¹⁰⁰

Sem dúvidas, esse ascenso também virá a explicar-se principalmente pela influência da Revolução Russa de 1917, que carrega de esperanças a militância brasileira para uma possível revolução. Para Addor,

Além dos efeitos econômicos e sociais devastadores da Primeira Guerra Mundial – especialmente para a classe trabalhadora –, o principal fator responsável por esse clima internacional de euforia revolucionária, por esse ambiente de véspera da Revolução Social, foi sem dúvida a vitória da Revolução Russa em outubro de 1917.¹⁰¹

97 FARINHA NETO, Oscar. “Atuação Libertária no Brasil”, p. 59.

98 ADDOR, Carlos. “A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro”, p. 114.

99 ADDOR, Carlos. “A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro”, p. 115.

100 LOPREATO, Christina R. “O Espírito da Revolta: A Greve Geral Anarquista de 1917” Universidade Estadual de Campinas: São Paulo, 1996., p. 33

101 ADDOR, Carlos. “A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro”, p. 33.

Um dos exemplos mais significativos desse processo de reorganização e avanço das lutas operárias nesse período pode ser ilustrado pelas movimentações dos trabalhadores das indústrias têxteis. Passando a se articular em torno da *União dos Operários em Fábricas de Tecidos* (UOFT) em junho de 1917, já passa a agregar mais de 19 mil sócios no ano seguinte ao de sua fundação e, ao final deste, chega a 30 mil.

Ainda segundo Addor, “Diversas categorias profissionais até então desorganizadas ou cujas associações viviam vidas meramente vegetativas se organizam ou reorganizam em entidades sindicais que crescem rapidamente, tornando-se ao mesmo tempo mais representativas, mais fortes e mais atuantes.”¹⁰²

Na mesma época, São Paulo viveria um momento histórico para os trabalhadores. Durante um clima de greves e comícios, conflitos estouram entre a polícia e o movimento grevista, acarretando na morte do sapateiro anarquista espanhol José Iniguez Martinez, de 21 anos, baleado pelas forças repressoras. A morte do trabalhador acentua a tensão na cidade, tornando-se inclusive uma data a ser lembrada pelos operários nos próximos anos.

Militantes anarquistas e socialistas, reunidos em torno do Comitê de Defesa Proletária (CDP), formado em 9 de julho no calor das agitações operárias, decidem aproveitar o clima de comoção para transformar o enterro numa grande manifestação popular de repúdio à violência policial usada contra os grevistas.¹⁰³

Assim, o avanço das movimentações leva a uma greve geral, que reúne diversos setores da classe trabalhadora. Em julho de 1917 uma greve geral de grandes proporções toma conta de São Paulo. A polícia responderia com mais violência:

Na tentativa de frear o movimento dos trabalhadores em greve, que rapidamente conquistava novas adesões e ganhava a simpatia da opinião pública, a polícia adotou medidas arbitrárias. Mandou fechar a Escola Nova e a Liga Operária da Mooca, uma das mais combativas associações operárias de orientação anarquista, e prendeu, de forma indiscriminada, pessoas que se encontravam nas ruas da cidade. As arbitrariedades praticadas pelas forças repressivas contribuíram para acirrar os ânimos e a tensão se fez aumentar.¹⁰⁴

102 ADDOR, Carlos. “A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro, p. 122/123.

103 LOPREATO, Christina R. “O Espírito da Revolta: A Greve Geral Anarquista de 1917”, p. 29

104 LOPREATO, Christina R. “O Espírito da Revolta: A Greve Geral Anarquista de 1917”, p. 34

As multidões chegam a ser calculadas em até dez mil pessoas. Addor narra que “A cidade se transformara num campo de batalha, e a gravidade da revolta provoca extensa mobilização militar, com apoio inclusive do Governo federal. A repressão não podia, entretanto, suprir a necessidade de entendimentos para pôr fim à greve geral.”¹⁰⁵

Assim, pode-se dizer que a greve paulista de 1917 “representa na consciência dos contemporâneos uma espécie de “ensaio geral” da vitória da Revolução Social no Brasil.”¹⁰⁶ De fato, a luta travada pelos trabalhadores em São Paulo viria a influenciar determinantemente os militantes de outros estados nos anos que se seguem, principalmente na capital federal. Nesse novo recrudescimento das mobilizações operárias, a COB e a FORJ terão um papel central na articulação geral do movimento:

Desde o primeiro dia do ano, militantes da Federação Operária do Rio de Janeiro já trabalhavam intensamente numa campanha contra a Carestia e o Aumento dos Impostos. Passado o carnaval as “folias da Avenida” que desviavam a atenção da população, a partir de meados de fevereiro e ao longo dos meses de marco, abril e maio, os militantes da FORJ intensificam a preparação e organização de manifestações de rua contra a carestia, comícios nos bairros e discutem um comício-monstro a ser realizado no Centro da cidade. A data escolhida para o grande comício é o dia 1 de maio. Em fevereiro, 12 comícios são realizados; 13 em março; 14 em abril; em maio, a despeito da proibição policial, nove comícios são realizados.¹⁰⁷

É muito perceptível o princípio federalista adotado nessas movimentações, que partem dos espaços de base de cada bairro para a movimentação geral. Como resultado, toda essa mobilização resulta em uma grande manifestação no centro da cidade:

Além da formação de subcomitês nos subúrbios, pediu-se aos sindicatos aderentes que enviassem delegados para participar especificamente da campanha. Dezenas de comícios preparatórios culminaram num grande comício de 1º de maio, no centro da cidade, presenciado por cerca de 20.000 pessoas.¹⁰⁸

Em um processo que comunga o esforço organizativo e crescentes manifestações, o movimento teria seu auge em meados do ano, com a tão esperada greve geral carioca.

Ao longo do mês de julho, os acontecimentos se desenvolvem num ritmo acelerado na Capital federal. A partir de uma assembleia geral realizada na

105 ADDOR, Carlos. “A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro, p. 117.

106 ADDOR, Carlos. “A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro, p. 120.

107 ADDOR, Carlos. “A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro, p. 120.

108 FARINHA NETO, Oscar. “Atuação Libertária no Brasil”, p. 69.

sede da FORJ, no dia 17, o movimento se inicia e rapidamente se generaliza. Formada por um conjunto de greves de várias categorias profissionais (...) ¹⁰⁹

Algumas categorias em luta obtiveram conquistas pontuais da movimentação, ao passo que outras saíram derrotadas. No entanto, o movimento grevista em geral sentiu-se majoritariamente incentivado a afinar a organização entre cada setor da classe e a amadurecer suas estruturas organizativas. Desta forma, “a greve generalizada de julho-agosto de 1917 teve o efeito de estimular quase todos os operários, que dela participaram, a buscarem associação” ¹¹⁰

Mas, ao passo que os trabalhadores se organizam, o Estado assume uma política de ações repressivas cada vez mais agressivas. Farinha Neto afirma que “No Rio de Janeiro, ao oitavo dia de greve, o chefe de polícia ordenou o fechamento da FORJ, enquanto mantinha “aos operários pacíficos” o seu oferecimento de intervir.” ¹¹¹

Mesmo com as prisões e com o fechamento de diversas associações, a repressão do Estado brasileiro não seria capaz de pulverizar as movimentações dos trabalhadores. Os militantes construiriam novas instâncias organizativas e prosseguiriam com suas greves e manifestações, que nesse momento só viriam a aumentar.

Assim, a partir de março de 1918 o movimento sindical volta a mover-se, a fim de restabelecer seus espaços de organização, sendo fundada a *União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro*, em substituição à extinta FORJ. A nova organização rapidamente consegue agregar sindicatos de diversas categorias:

Ao mesmo tempo em que vai se constituindo a União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, sua antecessora, a Federação Operária do Rio de Janeiro, que fora fechada pela polícia em agosto de 1917 (no contexto das medidas repressivas tomadas a partir da greve generalizada de julho), formaliza numa reunião realizada em 14 de março de 1918. ¹¹²

Dessa forma, os membros que integravam a FORJ se incorporaram na recém-criada UGT. Em suas bases estatutárias, definidas em assembleia no dia 1º de março, a nova associação revela não ter mudado sua forma de organização e estrutura em relação à FORJ, e tampouco sua estratégia da neutralidade sindical. O *Jornal do Brasil* abriria espaço para uma nota da UGT que enfatizaria:

109 ADDOR, Carlos. “A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro, p. 122.

110 FARINHA NETO, Oscar. “Atuação Libertária no Brasil”, p. 71.

111 FARINHA NETO, Oscar. “Atuação Libertária no Brasil”, p. 75.

112 ADDOR, Carlos. “A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro, p. 140.

A União Geral dos Trabalhadores não pertence a nenhuma escola, facção ou doutrina política ou religiosa, não podendo tomar parte coletivamente em eleições, manifestações partidárias ou religiosas, nem tampouco qualquer de seus membros, individualmente livres e autônomos, poderá servir-se de um título ou função da UGT do Rio de Janeiro, com esse intuito.¹¹³

A recente organização era uma articulação que tinha como papel central substituir a FORJ em seu papel de organizar as instâncias sindicais atuantes. No entanto, pelo momento efervescente em que foi concebida, a UGT teve a capacidade de agregar um volume muito maior de trabalhadores em torno de si. José Oiticica explicita o desenrolar desse processo, ao dirigir-se ao Chefe de Polícia da época, Aurelino Leal:

Posso informar a V. Ex.^a que a atual União Geral dos Trabalhadores é a mesma antiga Federação Operária com os antigos elementos e muitos novos. Os cinco mil trabalhadores de ontem, graças a V, Ex.^a, são hoje de trinta mil, solidamente arregimentados. Não constituem uma “sociedade”, mas representam a solidariedade de vários grupos operários unidos para um mesmo fim de defesa mútua.¹¹⁴

Oiticica, contrapondo as acusações desferidas por Aurelino, reafirma a neutralidade sindical adotada pelo movimento e a legitimidade dos elementos anarquistas que ali se inserem, declarando que “Nenhuma dessas associações, posso garantir a V, Ex.^a, é anarquista. Os elementos anarquistas que entre elas há, ou são brasileiros ou estrangeiros “residentes do Brasil”, que se fizeram anarquistas no Brasil.”¹¹⁵

Certamente, os argumentos de Oiticica também tinham o objetivo de preservar os militantes anarquistas estrangeiros, a fim de evitar mais perseguições e expulsões.

Além da reorganização das associações antes reunidas pela FORJ, é significativo o nascimento de outras agremiações, que prontamente aliam-se à UGT. É nesse processo que, no dia 30 de junho de 1918, é fundada a *Liga Operaria da Construção Civil*, em Niterói. Acreditamos que a Liga nasce a partir do acúmulo do Sindicato dos Estucadores e Pedreiros, mas passando a agregar outras categorias da construção civil, como carpinteiros, ajudantes, etc. A formação da Liga nasce, portanto, da experiência de luta e organização desses setores e esta associação protagonizará episódios importantes nos próximos anos, como veremos adiante.

113 Jornal do Brasil, 1º de março de 1918. In: ADDOR, Carlos. “A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro, p. 137/138.

114 OITICICA, José. “Ação Direta”, p. 57.

115 OITICICA, José. “Ação Direta”, p. 57.

Nesse ano em Niterói são realizados comícios de propaganda como este no bairro do Barreto:

Em Niterói

No dia 28 do mês findo, em Niterói, no lugar determinado Barreto, efetuou-se uma última propaganda associativa, onde tomaram parte aqui do Rio, o nosso Diretor, o camarada José Caiazzo e a operaria tecelã Eliza, da fabrica de tecidos Aliança das Laranjeiras; de Niterói falaram duas operarias e o operário Conrado, ambos da Manufatura Fluminense. Neste dia, a rua João Batista naquela localidade, ficou repleta de trabalhadores, notando-se densamente, o elemento feminino que delirava de aplauso aos oradores.¹¹⁶

Não é à toa que muitos desses comícios fossem realizados no Barreto, bairro tipicamente operário. Segundo a Prefeitura Municipal de Niterói,

O Barreto foi um dos principais pólos industriais do município e nele encontravam-se instalados vários estabelecimentos têxteis além de muitas fábricas menores, como a dos saponáceos Brankid e Jasprol, hoje em ruínas, outras de fósforo, de formicidas, ladrilhos e olarias – que faliram ou migraram para outros lugares, além de um pólo comercial expressivo, que também se dissipou.¹¹⁷

A principal fábrica do bairro seria a *Companhia Manufatura Fluminense*, que data do início do século XX e tem um papel central no bairro. Inclusive, segundo Rogério de Castro, a *União dos Trabalhadores em Fábricas de Tecido* (UOFT) abre uma filial ali, bem como em outras cidades, como Petrópolis e Santo Aleixo¹¹⁸. O “elemento feminino” que surpreende os redatores de *Liberdade* provavelmente relaciona-se com o papel predominante das tecelãs na indústria têxtil.

Em julho de 1918, Niterói se tornaria palco de uma importante movimentação. Trata-se da greve dos trabalhadores da *Companhia Cantareira e Viação Fluminense*, que trabalhavam no sistema de transporte aquaviário entre Rio e Niterói e os serviços de bondes da cidade.

Desde 1914, a empresa *Estrada de Ferro Leopoldina* havia assumido a administração da *Companhia Cantareira e Viação Fluminense*, ganhando assim o monopólio do transporte

116 *Liberdade*, nº 22. 01/08/1918, pág. 3.

117 Niterói – Bairros. Prefeitura Municipal de Niterói. Consulta Especial de Ciência e Tecnologia. Niterói, março de 1996, p. 219.

118 CASTRO, Rogério Cunha de. “Nem Prêmio, Nem Castigo! A Escola Moderna Como Ação Revolucionária dos Sindicatos Operários Durante a Primeira República, p. 102.

aquaviário da cidade do Rio de Janeiro para Niterói, em conjunto com sua concessão de bondes de Niterói e a estrada de ferro que conecta a cidade ao interior do estado.¹¹⁹

Nesse período de recessão econômica, a Leopoldina faz uma gestão marcada pelo sucateamento das barcas e péssimas condições de serviço, além da grande exploração aos seus trabalhadores. Kátia Rangel comenta o caso:

Os serviços de navegação tornaram-se irregulares com a escassez de carvão, revoltando-se os usuários com a constante alteração e supressão de horários. As barcas envelheciam rapidamente, por falta de conservação adequada, levando às vezes uma hora ou mais de travessia. Repetiam-se com populações do Rio e Niterói, que pressionavam o governo no sentido de negá-los. Quando a empresa anunciou a demissão em massa de operários, especialmente da “estaleiro Rodrigues Alves”, rebentaram manifestações de protesto, com as quais se solidarizavam até mesmo as classes produtoras e ela recuou. Passou, entretanto, a atrasar os pagamentos e a revolta explodiu. Era agosto de 1918.¹²⁰

No dia 2 de agosto, os marítimos entram em greve. Além de exigirem os pagamentos atrasados, as principais reivindicações do movimento são o aumento salarial e a redução da jornada de trabalho para oito horas. A *Companhia Cantareira*, no entanto, mantém-se intransigente em relação aos seus trabalhadores. A população reage, e um protesto é realizado na estação do Rio de Janeiro:

A Companhia reagiu demitindo os líderes do movimento e negando-se a qualquer diálogo com representantes de seus empregados. Os populares tomam partido dos grevistas e depredam a estação do Rio de Janeiro, ameaçando de linchamento o superintendente da empresa. O Chefe da Polícia, Aurelino Leal, reconhece a legitimidade da causa e vê também fracassar suas tentativas de entendimento com a Cantareira. A Marinha, que a princípio manteve-se neutra e ofereceu pessoal para manobrar as barcas, retira-se no dia 4 alegando que a tarefa exigia tratamento específico.¹²¹

Mas é em Niterói que o movimento radicaliza-se de maneira mais expressiva, com a adesão de diversas outras categorias ao movimento:

Em Niterói a situação assumiu proporções dramáticas depois que propostas de acordo do prefeito Otávio Carneiro e do governador Agnelo Collet foram também descartadas pela Cantareira. As forças policiais, civis e militares encarregaram-se da guarda dos bondes, barcas, estações e escritórios, mas logo conflitaram com tropas do exército sediadas na cidade, solidárias com o

119 RANGEL, Kátia Araújo de Marco. PELUSO, Marilena dos Reis. “A Travessia Rio-Niterói”. Niterói, 1983, p. 22.

120 RANGEL, Kátia Araújo de Marco. PELUSO, Marilena dos Reis. “A Travessia Rio-Niterói”, p. 23.

121 RANGEL, Kátia Araújo de Marco. PELUSO, Marilena dos Reis. “A Travessia Rio-Niterói”, p. 23.

movimento dos grevistas. A estes aderem os operários da “Fábrica de Tecidos do Barreto”, do serviço de bondes, da “Companhia Brasileira de Energia Elétrica”, dos trens da própria Leopoldina e os motoristas de táxi.¹²²

Esse processo de luta mobiliza cada vez mais trabalhadores em torno de si, e é marcado por uma forte radicalização. Entre os setores que aderem ao movimento, o que mais surpreenderia seria dentre os militares, que acabam protegendo os trabalhadores. Addor aponta que “O fato novo, inesperado e importante é a adesão à causa dos grevistas de alguns soldados do exército, do 58º Batalhão de Caçadores, que participam da luta ao lado da multidão contra as forças da milícia estadual.”¹²³

É no centro da cidade, na Praça Araribóia, que o ápice do conflito se deu. Trabalhadores, militares e policiais militares entram em conflito, transformando a praça em um verdadeiro campo de guerra, onde diversas pessoas perecem.

O colapso dos transportes provoca inflamados comícios contra a Cantareira e a massa revolta percorre a cidade, apedrejando e virando os bondes da empresa. A Polícia Militar tenta impedi-la, mas o exército lhe oferece cobertura. A 7 de agosto as duas corporações entram em luta, em plena Praça Araribóia, e dois soldados do exército são mortos por policiais militares. Niterói se transforma numa praça de guerra. O comércio fecha suas portas e reforços do exército desembarcam na cidade. O governador Agnelo Collet toma uma medida prudente, recolhendo ao quartel a Polícia Militar. E pressionava a “Companhia Cantareira”, encaminhando rapidamente à Assembléia Legislativa um projeto de encampação de seus bens e serviços.¹²⁴

Esse processo de luta dos trabalhadores de Niterói e seus desdobramentos é descrita no jornal anarquista *Liberdade*, organizado por Pedro Matera. O periódico saúda a luta dos trabalhadores e a atitude ímpar dos militares:

A greve de Niterói

No dia 6 do mês passado em Niterói Estado do Rio, se verificou uma greve que durou alguns dias, onde, os operários da Cantareira paralisaram o tráfego por completo, várias fábricas pararam o serviço em sinal de solidariedade, assim procederam os motoristas e o comércio fechou as portas. Foi deveras um início de reivindicação proletária.

No fim de três dias de greve, houve luta entre o povo e a polícia e esta qual guarda pretoriana, atirou contra o povo desapiedadamente, tomando parte alguns soldados do exército, que pela primeira vez bateram-se em favor do povo como verdadeiros heróis, resultando de parte a parte vários mortos e algumas centenas de feridos, que a polícia na impotência de resistir ao povo,

122 RANGEL, Kátia Araújo de Marco. PELUSO, Marilena dos Reis. “A Travessia Rio-Niterói”, p. 23.

123 ADDOR, Carlos. “A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro”, p. 124.

124 RANGEL, Kátia Araújo de Marco. PELUSO, Marilena dos Reis. “A Travessia Rio-Niterói”, p. 24.

teve que se refugiar, chegando muitos deles abandonar os cavalos nas vias públicas e outros despindo a farda, pedindo a particulares, roupas a paisana para se salvarem da ira do povo.¹²⁵

No fim, o governo acaba convencendo os trabalhadores, prometendo-lhes benefícios em troca do fim da greve.

A Cantareira não teve alternativa e cedeu, a 11 de agosto, concedendo um aumento de 15% aos funcionários e suspendendo a punição dos grevistas. Bondes e barcas voltaram no mesmo dia a trafegar, em meio a grandes manifestações populares, a que faltaria uma banda de música.¹²⁶

O jornal avalia a resolução com um certo pesar: “A greve terminou para os operários incondicionalmente, por ainda acreditarem nas promessas do governo...”¹²⁷

No entanto, esse evento ficaria marcado na memória do povo niteroiense. No primeiro dia do mês seguinte, uma grande marcha de familiares e apoiadores dos mortos foram “para o cemitério de Maruy, depositar sobre os túmulos das vítimas da polícia de Niterói por ocasião da greve dos operários da *Companhia Cantareira*, custosas grinaldas e flores, em nome das associações operárias.”¹²⁸

Os trabalhadores partem da sede da *Liga Operária da Construção Civil*, indo em marchas no cemitério, localizado no Barreto. Ali inicia-se um comício, onde fala-se na necessidade de um entendimento entre militares e trabalhadores:

Lá chegando a grande manifestações, pois, durante o trajeto que foi longo e a pé, milhares de vozes entoavam a Internacional dos trabalhadores, sobre as tumbas, falaram vários oradores, que dissertaram sobre a necessidade de verdadeiro entendimento entre operários e soldados, que num só feixe fraternal possam alcançar o máximo de bem estar para todos e que na hora da peleja final, evitar o mínimo possível de vítimas que se possam insurgir contra o grande exército da Liberdade.¹²⁹

O movimento sai novamente em marcha de volta para a sede da Liga, onde se dispersa:

Apesar da chuva miúda que caía incessantemente, não arrefeceu o ânimo dos homenageantes, que regressaram novamente a pé, para a sede da Construção

125 Liberdade, nº 23 01/09/1918, P. 3.

126 RANGEL, Kátia Araújo de Marco. PELUSO, Marilena dos Reis. “A Travessia Rio-Niterói”. Niterói, 1983, p. 24.

127 Liberdade, nº 23 01/09/1918, P. 3.

128 Liberdade. Nº 33, 08/1918, p. 1.

129 Liberdade. Nº 33, 08/1918, p. 1.

Civil e a rua da Constituição, lugar de onde tinha saído, dissolvendo-se em seguida.

Os cossacos de Niterói em grande bando, acompanharam a manifestação a certa distância assemelhando-se a uma chusma de verdadeiros bandidos.¹³⁰

Acreditamos que essa experiência de luta e conflito foi fundamental para abrir o caminho de um importante evento que envolveria diversas cidades do Estado do Rio de Janeiro, marcando a história do movimento operário.

Durante os últimos meses de 1918, um longo processo de expansão do movimento grevista que agrega cada vez mais categorias de trabalhadores em luta. É no dia 18 de novembro que estes convergem, indo às ruas reivindicar seus direitos. Oiticica chama atenção para o número de trabalhadores mobilizados nesse processo: “Em 1918, quando estourou a greve de 18 de novembro, malograda pela traição do tenente de cavalaria Ajus, o número dos sindicatos componentes da FOB [COB] (sic) elevaram-se a mais de trinta e acolhia o respeitável número de 150.000 trabalhadores, só no Rio”.¹³¹

O movimento espalha-se por toda região metropolitana do estado. Segundo Rogério de Castro, a *União dos Operários em Fábricas de Tecido* já havia inaugurado sedes em Petrópolis, Niterói e Santo Aleixo, lugares que tornariam-se focos da então chamada “Insurreição Anarquista”.¹³²

Ele comenta a importância da ampliação dessa organização para o acontecimento:

Aos 18 de novembro de 1918, o operariado da indústria têxtil suspendeu suas atividades nos municípios cobertos pela UOFT, revelando os resultados colhidos pelo trabalho de mobilização e organização sindical efetuados por essa entidade. Em seguida, somaram-se os metalúrgicos e trabalhadores da construção, além de outros setores que engrossavam as fileiras grevistas ou protestavam contra a inépcia do governo diante do surto de gripe espanhola.¹³³

A capital federal acabou por convergir, no Campo de São Cristóvão, toda essa movimentação, que tomou de fato um caráter insurrecional. Addor narra o processo:

O Campo de São Cristóvão foi o palco central dos acontecimentos de 18 de novembro no Rio de Janeiro. Entre 15 e 16 horas, os trabalhadores têxteis paralisaram simultaneamente o trabalho, declarando-se em greve, em praticamente todas as fábricas de tecidos da cidade, e mesmo em cidades

130 Liberdade. Nº 33, 08/1918, p. 1.

131 OITICICA, José. “Ação Direta”, p. 109.

132 CASTRO, Rogério Cunha de. “Nem Prêmio, Nem Castigo! A Escola Moderna Como Ação Revolucionária dos Sindicatos Operários Durante a Primeira República”, p. 102.

133 CASTRO, Rogério Cunha de. “Nem Prêmio, Nem Castigo! A Escola Moderna Como Ação Revolucionária dos Sindicatos Operários Durante a Primeira República”, p. 102-103.

vizinhas, como Niterói, Petrópolis e Magé, trabalhadores metalúrgicos e da construção civil também aderem a greve. Logo depois, grupos operários grevistas começam a convergir para o Campo de São Cristóvão, tomando às 17 horas por centenas de trabalhadores.¹³⁴

A polícia e a guarda civil tentam sem sucesso dispersar a multidão de maneira cada vez mais violenta, e depois de explosões de bombas por parte dos operários e trocas de tiros com a polícia o movimento finalmente termina, duramente reprimido pelas forças policiais. Novamente o Chefe de Polícia Aurelino Leal fecha as portas de diversas associações operárias. “Além das centenas de prisões, foi dissolvida a UGT e suspensas, provisoriamente, a UOFT, a União dos Metalúrgicos e a União dos Operários da Construção Civil.”¹³⁵

Em um balanço do processo, José Oiticica virá a afirmar veementemente, quase três décadas depois: “O Estado não pôde destruir nossa Federação. A união dos trabalhadores, com o método da ação direta, é realmente arma acima de qualquer estimativa. A história minuciosa do movimento brasileiro de 1912 a 1919 o prova exuberantemente, e mesmo depois, ainda sob o fascismo, após 1930.”¹³⁶

No primeiro semestre de 1919 ocorrem novamente diversas greves operárias. A primeira seria justamente a dos marítimos no estado do Rio de Janeiro. Receosos que a greve atingisse proporções semelhantes à 1918, a *Companhia Cantareira* dessa vez decidiu negociar com os grevistas, atendendo a maior parte de suas exigências ainda no mesmo mês. Dulles narra o processo:

Na primeira destas greves cerca de 300 marítimos abandonaram o serviço, no dia 7 de maio. Enquanto o Major Bandeira de Melo e seus subordinados patrulhavam as docas, a companhia de navegação do Lloyd Brasileiro procurou dar continuidade a seu serviço recorrendo a pessoal não vinculado à associação dos marítimos. Depois de muitos e ásperos debates, a Associação dos Marinheiros e Remadores e a diretoria do Lloyd chegaram a um acordo em 26 de maio. Estipulavam-se novos salários para as diferentes categorias de marítimos, o horário de oito horas com o pagamento de um mil-réis para cada hora de serviço extraordinário, e acrescentava-se uma cláusula que o Ministro da Viação Afrânio de Melo Franco fizera questão de incluir: os antigos marinheiros que tinham servido durante a guerra teriam “iguais direitos” quando a Associação dos Marinheiros e Remadores indicasse pessoal para as vagas de emprego nos navios mercantes nacionais.¹³⁷

Mas antes mesmo que as negociações se finalizassem, diversas outras categorias em

134 ADDOR, Carlos. “A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro, p. 162.

135 FARINHA NETO, Oscar. “Atuação Libertária no Brasil”, p. 78/79.

136 OITICICA, José. “Ação Direta”, p. 110.

137 DULLES, John W.F. “Anarquistas e Comunistas no Brasil, 1900-1935.” Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1977, p. 77.

greve alcançaram rapidamente alguns dos principais objetivos que estavam na pauta do movimento operário há décadas:

Antes que se chegasse a este acordo, os operários das fábricas de cerveja e de calçados, os alfaiates, as costureiras, barbeiros, fotógrafos, empregados em padarias e fábricas de cigarros se declararam em greve, reclamando o dia de oito horas. No dia 18 de maio calculava-se em 10 mil o número de operários ausentes de seus empregos. Mas a maioria manteve-se em greve por pouco tempo, porque os empregadores, em geral, se mostraram prontos a conceder a jornada de oito horas sem redução dos salários. Além da jornada de oito horas, os ferroviários da Rede Sul Mineira receberam garantias de que o trabalho dos menores de 14 anos não seria mais permitido.¹³⁸

Assim, a partir desse processo de agitação operária, os trabalhadores podiam vangloriar-se de diversas conquistas obtidas através da luta e organização sindical, alcançando o direito a oito horas de trabalho, assim como aumentos de salário.

Já no primeiro número do *Boletim da Liga Operária da Construção Civil*, de Niterói, são comentadas essas conquistas:

Hoje, apesar da indiferença de muitos dos nossos companheiros, que jazem nas trevas da inconsciência, o ambiente mudou por completo. Já temos as 8 horas de trabalho, decretadas pela Liga desde 1 de Maio de 1919; os salários, apesar de ainda estarem longe de serem suficientes para a nossa manutenção, já são relativamente melhores e os patrões já nos tratam com delicadeza e até alguns com demonstrações de amizade... conquanto seja ela hipócrita¹³⁹

José Cancio de Souza é secretário da *Associação Gráfica Fluminense*, sindicato niteroiense que segundo ele agrega “a soma de 78 associados, isto é, quase que a totalidade dos que se dedicavam às artes gráficas.”¹⁴⁰ e foi fundado em 24 de março de 1918. Ele relata em carta ao Terceiro Congresso Operário os processos de luta que sua associação construiu, e os resultados obtidos:

Além desses movimentos, a nossa ação manifestou-se a favor da classe em outras casas, valendo salientar a conquista das 8 horas de trabalho, a partir de 1º de maio de 1919.

[...] Os salários para a nossa classe, que foram melhorados pela atitude desta Associação, têm a média de 6\$000 a 7\$000 diários para os oficiais e 3\$000 para os meio-oficiais. Os aprendizes, devido a esta Associação não ter podido agir neste sentido, são admitidos com qualquer idade e explorados torpemente, sem ganhar coisa alguma, ou quando começam a perceber

138 DULLES, John W.F. “Anarquistas e Comunistas no Brasil, 1900-1935.” Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1977, p. 77.

139 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 1, p. 2, jan. de 1921.

140 RODRIGUES, Edgar. “Alvorada Operária”. p. 182-183.

salários, estes são insignificantes e irrisórios variando de \$300 a \$100 por dia, conforme a produção.
Os trabalhadores casados ou solteiros (não se pode fazer comparação), vivem tão mal, como tão mal se pode viver com aqueles salários, devido ao elevado custo de vida.¹⁴¹

Outras conquistas relevantes foram alcançadas nesta época, como o “Código Sanitário de 1919 proibia o trabalho de menores de catorze anos e o trabalho noturno para as mulheres, reivindicações incluídas nas demandas da greve de 1917”.¹⁴² O Código Sanitário também previa o direito à licença-maternidade, que seria estendido quatro anos depois: “Em 1923, o Regulamento Nacional de Saúde Pública facilitava a licença-maternidade pelo prazo de trinta dias, antes e após o parto, e propunha a criação de lugares apropriados para a amamentação nos locais de trabalho.”¹⁴³

É sempre muito caro aos militantes operários da época lembrar o custo dessas conquistas alcançadas com sangue e suor dos trabalhadores. Temerosos que estas acomodassem o operariado, ou pior, atribuísem-nas a uma suposta generosidade do patronato – como esses dedicavam-se a fazer entender – os sindicatos empenhavam-se no registro da sua história de luta. A nota do Boletim segue nesse sentido:

Todas essas melhorias, se as temos, não são concedidas espontaneamente pelos patrões que por sua vontade só poderiam nos tomar e nunca conceder a menor parcela de bem-estar, mas, sim, em virtude da nossa união e solidariedade, pois, se cada um de nós, isolados somos facilmente esmagados pelos patrões, unidos na nossa associação de classe, somos uma potencia e fazemos-lhes curvar-se quando reclamamos os nossos direitos¹⁴⁴

Além disso, defendia-se que o processo de transformação protagonizado pelo povo contribuiria decisivamente para seu processo de aprendizado, e na construção de uma perspectiva cada vez mais revolucionária:

Além de melhorias de ordem econômica tem a organização sindicalista a vantagem de elevar a moral dos trabalhadores, educando o seu espírito e afastando-os dos preconceitos rotineiros que tanto tem entravado a evolução da classe produtora e contribuído para que os trabalhadores, apesar do progresso realizado por centenas e centenas de gerações, se conservem ainda hoje, quase na mesma miséria moral e material dos vassallos da idade média.¹⁴⁵

141 RODRIGUES, Edgar. “Alvorada Operária”. p. 182-183.

142 RAGO, Margareth. “Do Cabaré ao Lar.” p. 69.

143 RAGO, Margareth. “Do Cabaré ao Lar.” p. 69-70.

144 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 1, jan. de 1921, p. 2.

145 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 1, jan. de 1921, p. 2.

Mostrando assim as vantagens de curto e longo prazo das associações de classe, estas não hesitam a convocar os trabalhadores de sua categoria para agremiar-se, a fim de expandir a força social que possui, e avançar ainda mais em suas conquistas, como vemos nesse artigo do Boletim da Liga:

Portanto, companheiros, se quereis gozar o bem-estar, a que todos nós trabalhadores temos direito, pois, somos os produtores de toda a riqueza social; cerrai fileiras em torno da vossa agremiação de classe para que ela seja cada vez mais forte e possa cumprir o seu programa de emancipar os trabalhadores da escravidão em que ainda vivem.

Vereis então, descortinar-se aos vossos olhos, num novo horizonte, um mundo onde não hajam lares em que se morre de fome; mulheres se prostituírem para viver e crianças sem lar, desabrochando no meio dos vícios desta sociedade corrompida, que fatalmente terá de cair para dar lugar a uma nova era de Paz, Trabalho e Amor.

A. A. A.¹⁴⁶

Entendendo assim, a importância de manter e fortalecer as lutas sindicais, o movimento operário viveria em 1919 um momento de reorganização. A UGT continuaria fechada e os militantes que participaram das revoltas de 1918 continuariam perseguidos, mas de maneira análoga ao ano anterior, os operários não demorariam a reestabelecer suas estruturas organizativas.

Farinha Neto afirma que “em parte devido à continuação da vaga ascensional do movimento operário que, em 1919 atingira seu auge, meses depois um juiz impunha os acusados, os sindicatos voltavam a funcionar e, em lugar da UGT, surgia a Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro”.¹⁴⁷ Segundo ele, a FTRJ agregava 16 associações em junho e chega a mais de 100.000 aderentes.

O jornal *Voz do Povo*, órgão responsável pela propaganda da Federação, passa a circular diariamente. O boletim convoca os trabalhadores para a reunião da *Liga Operária da Construção Civil*, filiada à Federação, cuja sede encontrava-se no centro de Niterói:

NITERÓI

Liga dos Operários da Construção Civil

Sede: rua da Conceição n. 168. Convidamos os associados a comparecerem a assembleia geral ordinária que se realiza quarta feira, 18 do corrente, às 7 horas da noite.

¹⁴⁶ Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 1, p. 2.

¹⁴⁷ FARINHA NETO, Oscar. “Atuação Libertária no Brasil”, p. 79.

Para esta assembleia, pedimos o comparecimento de todos os companheiros, pois, entre outros assumptos, de grande importância para a classe, será feita a eleição para o cargo de 1º secretario que se acha vago.”¹⁴⁸

Ao passo que esse clima revolucionário espalha-se pelo mundo, as forças capitalistas articulam-se em nível internacional para tentar estabilizar a situação. Em 1919, o *Tratado de Versalhes* criou a *Organização Internacional do Trabalho*, que tem como fim criar medidas que amenizem as contradições entre capital e trabalho. Farinha Neto cita alguns exemplos dessas iniciativas: “No Brasil, é promulgada, em janeiro, a Lei de Acidentes de Trabalho. Ainda no primeiro semestre, são tomadas algumas medidas de garantia aos operários estatais, como a concessão das oito horas de trabalho no Lóide Brasileiro e outras companhias”¹⁴⁹

No entanto, a maior parte do movimento operário da época, adepta da ação direta, não se seduziria com as pequenas concessões, que pouco mudariam a realidade da maior parte dos trabalhadores, sobretudo de seus setores mais precarizados.

As táticas adotadas pelo movimento operário continuariam a ser mantidas, e seus resultados vão mostrando-se efetivos. Com menos de um ano de existência, a Liga conquista uma pauta histórica do operariado. “Valendo-se da ação direta, os operários da construção civil tinham conseguido, em maio, as oito horas de trabalho.”¹⁵⁰

Mas a maior parte dos trabalhadores viveriam à margem desses direitos, e no ano de 1920, mais greves importantes ocorrem, como a dos ferroviários da *Leopoldina Railways* em março. Enquanto isso, a FTRJ dedica-se à preparação do *Terceiro Congresso Operário*. O evento toma proporções ainda maiores que os anteriores. A Liga participou do evento enviando dois delegados: Antônio Augusto de Azevedo e João Botino.

O Congresso reuniu-se de 23 a 30 de abril, com a participação de 150 delegados, representando 85 organizações operárias. Do Rio de Janeiro, havia 72 representantes de 39 associações. O encontro reafirmou, em linhas gerais, as decisões dos congressos de 1906 e 1913, procurando adaptá-las à nova situação criada pelo conflito mundial e a Revolução Russa.¹⁵¹

Podemos perceber um aumento significativo de associações e delegados em relação aos Congressos anteriores, o que ilustra novamente um crescimento da organização e mobilização operária no período. As linhas estratégicas do Congresso pareceram manter-se as

148 Jornal Voz do Povo, nº11, 16 fev. de 1920, p. 3.

149 FARINHA NETO, Oscar. “Atuação Libertária no Brasil”, p. 81.

150 FARINHA NETO, Oscar. “Atuação Libertária no Brasil”, p. 82.

151 FARINHA NETO, Oscar. “Atuação Libertária no Brasil”, p. 89.

mesmas: a defesa da ação direta, da neutralidade sindical, da greve geral ou parcial, luta pela igualdade, etc.

O Terceito Congresso também manteve essa linha em relação às escolas operárias. Dentre os “Temas e ordem do dia”, houve um tópico denominado “Educação e instrução”, que encontra entre as suas propostas a defesa de criação das “escolas operárias. Meio de manter e desenvolver com a orientação racionalista”¹⁵².

Outro tópico, “Educação Associativa”, enfatiza a “Necessidade de uma firme ação no seio dos sindicatos, a fim de intensificar os operários com a vida associativa, fazendo com que compreendam os fins a que se destina a luta sindical”¹⁵³.

Suas resoluções deixam-nos bem claras que as orientações gerais defendidas nesse Congresso são herdadas dos congressos anteriores, adaptando-as ao momento conjuntural ao qual viviam os trabalhadores:

a) – “Orientação e finalidade” – o “3º Congresso Operário Brasileiro”, tendo em vista as condições particulares aos meios operários do Brasil, reafirma em suas linhas gerais as declarações sobre orientação feitas nos Congressos de 1906 e 1913; por outro lado, porém, examinando e ponderando a situação histórica do fato em que se encontra o proletariado mundial, neste momento. Julga necessário estabelecer, em termos precisos, um critério fundamental, positivo e realista, pelo qual deverão orientar-se todas as organizações, todas as lutas e todos os esforços dos trabalhadores do Brasil¹⁵⁴.

O *Terceiro Congresso Operário* também reafirma a orientação educacional aqui debatida, estimulando e orientando os trabalhadores e suas entidades acerca da importância da luta operária. Dessa forma, dá luz ao caráter educacional que as associações possuem para a vida dos trabalhadores:

d) – “Educação Sindical” – O “3º Congresso Operário”, constando que pela feição de luta de classe, anticapitalista do movimento associativo proletário, o embate dos princípios relacionados com as questões próprias aos seus problemas se verificam e não podem senão contribuir para o esclarecimento mútuo e para a educação social do proletariado, o Congresso aconselha, entretanto, os trabalhadores a contribuírem para que nas associações se mantenha um ambiente de tolerância coletiva, evitando as questões puramente pessoais e atitudes agressivas, fazendo com que no regime de livre exame, possam os obreiros associados alimentar uma mentalidade consentânea com a luta em prol de sua emancipação¹⁵⁵.

152 RODRIGUES, Edgar. “Alvorada Operária”. p. 162.

153 RODRIGUES, Edgar. “Alvorada Operária”. p. 164.

154 RODRIGUES, Edgar. “Alvorada Operária”. p. 164.

155 RODRIGUES, Edgar. “Alvorada Operária”. p. 166.

Aqui percebemos a importância dada pelo conjunto do movimento operário à dimensão educacional que a vida em associação trazia para os trabalhadores. O constante e árduo trabalho de organizar e mobilizar as diversas categorias de trabalho, as assembleias e reuniões, carregariam consigo um elemento pedagógico fundamental, do qual abordaremos mais adiante.

Outro elemento relevante do Terceiro Congresso é que este decide não refundar a COB nesse momento, a fim de conformá-la em um segundo momento, quando estimava-se um aumento ainda mais significativo da organização operária. Farinha Neto explica que “Em lugar de reconstruir imediatamente a COB, os congressistas optaram pela criação de uma *Comissão Executiva do Terceiro Congresso* (CETC), que teria por atribuição cumprir as resoluções aprovadas e cujo mandato iria até a realização do IV Congresso, previsto para o ano seguinte.”¹⁵⁶

No caso específico do Estado do Rio de Janeiro, o Congresso deparou-se com um obstáculo: haviam, no momento, quatro diferentes federações de sindicatos, que possuíam completa autonomia entre si, ainda que construíssem ações em conjunto.

Para anteder “à necessidade de reunir federativamente as forças em um bloco poderoso”, o Congresso, que leva em consideração “que o isolamento em que se encontram as diversas organizações existentes, que agem cada qual pelo seu lado, mesmo quando se trata de questões de caráter geral e de interesse comum” e também “considerando que, com um entendimento entre as mesmas organizações, se conseguirá robustecer a eficiência de cada qual em particular e de todas em conjunto – como se evidenciou recentemente”¹⁵⁷

Assim, o *Terceiro Congresso Operário* adota uma série de medidas a fim de resolver a situação. Dentre elas, a primeira seria a de manter e fortalecer as federações já existentes, que dividiam-se da seguinte forma:

- a) Federação dos Trabalhadores em Transportes Terrestres; b) Federação dos Trabalhadores dos Portos Marítimos e Fluviais; c) Federação dos Trabalhadores, agrupando as associações da indústria, do comércio e do campo; d) Federação Operária do Estado do Rio, reunindo as associações de Niterói e mais cidades circunvizinhas da capital federal.¹⁵⁸

Concomitantemente, era necessário aumentar o diálogo entre estas, a fim de que em algum momento futuro, estas se unificassem de fato. Assim, o Congresso entende que essa decisão deveria ser encarada “como medida transitória necessária para a unificação do

156 FARINHA NETO, Oscar. “Atuação Libertária no Brasil”, p. 89/90.

157 RODRIGUES, Edgar. “Alvorada Operária”. p. 187.

158 FARINHA NETO, Oscar. “Atuação Libertária no Brasil”, p. 90.

operariado organizado, as federações admitam em seu seio, até que seja possível a fusão das mesmas, as classes que presentemente têm mais de uma associação de resistência.”¹⁵⁹

Para tal, é criado um *Conselho Geral dos Trabalhadores do Distrito Federal e Estado do Rio*, “constituído por três membros de cada Federação, e um das associações que se mantenham autônomas, sem que com este entendimento sejam prejudicadas a autonomia e a orientação de cada uma”. O Conselho se reuniria pelo menos um vez por mês, e contava com uma *Comissão Executiva*, composta por um delegado de cada Federação, que se reuniria pelo menos duas vezes por mês, para executar as deliberações do Conselho.¹⁶⁰

Seguindo assim as decisões do Congresso, a *Liga Operária da Construção Civil* agrega-se à *Federação Operária do Estado do Rio de Janeiro*, por sua atuação na cidade de Niterói, onde iremos perceber que assume um papel crucial.

Assim, quando a *Liga Operária da Construção Civil* de Niterói anunciou a intenção de criar uma escola para sua categoria, ela não estava alheia ao acúmulo que o movimento operário possuía nessa questão. Vemos que a estratégia educativa defendida pelas associações de classe caminhava em comunhão com sua estratégia sindicalista. A educação é pensada em um sentido amplo, e a luta por melhorias sociais é também uma ferramenta pedagógica dos trabalhadores.



Figura 2: Greve Geral de 1917. Fonte: LOPREATO, Christina R. “O Espírito da Revolta”, p. 30.

159 RODRIGUES, Edgar. “Alvorada Operária”. p. 188.

160 RODRIGUES, Edgar. “Alvorada Operária”. p. 188.

2. A LIGA OPERÁRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SUAS EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS EM 1921

Não há dúvidas de que o povo despertou, que ele enfim tomou consciência de sua miséria e de suas causas. Mas ainda é pouco, é preciso força. É verdade, há no povo bastante força espontânea; esta é incomparavelmente maior que a força do governo, incluindo aquela das classes; todavia, por falta de organização, a força espontânea não é uma força real. Ela não está em condição de sustentar uma longa luta contra forças muito mais fracas mas bem organizadas. Sobre essa incontestável superioridade da força organizada sobre a força elementar do povo, repousa todo o poder do Estado.
Bakunin

O propósito social da Escola Moderna é desenvolver o indivíduo através do conhecimento e da livre expressão de traços de personalidade característicos, para que ele possa se tornar um ser social, pois aprendeu a conhecer a si mesmo, a conhecer sua relação com os seus semelhantes, e a perceber a si mesmo numa interação harmoniosa com a sociedade.
Emma Goldman

2.1. A Greve Geral de 1921 e a Composição da Classe Trabalhadora em Niterói

1921 foi um ano marcado pelo acirramento da luta de classes, quando os trabalhadores lutaram para manter seu ritmo de greves e manifestações. A partir das experiências de mobilizações do período caracterizado como “Alvorada do Movimento Operário” e dos novos contornos organizativos alcançados no *Terceiro Congresso Operário Brasileiro*, o movimento operário daquela época construiu processos de luta relevantes para a classe trabalhadora, ao passo que enfrentou obstáculos significativos. Dentre estes, as dificuldades de reorganização, um refluxo profundo no interior da classe trabalhadora e uma repressão mais estruturada contra os organismos do movimento operário.

Já na virada do ano de 1920 para 1921 uma nova e grande greve dos marítimos encabeçada pela *Federação dos Trabalhadores dos Portos Marítimos e Fluviais* se espalha pelo estado do Rio. O jornal *Voz do Povo* – que é então “orientado e administrado pelo Comitê Central das Federações dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, Trabalhadores Marítimos, Trabalhadores em Transportes Terrestres e Operária do E. do Rio”¹⁶¹ – narra todo o processo em edições especiais, editadas especialmente para acompanhar a greve. Inicia comentando a situação vivida pelos trabalhadores:

As classes pobres, as classes trabalhadoras são esmagadas pelas dificuldades econômicas. A fome, a miséria penetram os lares. O depauperamento esgota o organismo dos que produzem nas fábricas e nas oficinas, dos que trabalham no mar, nas repartições do Estado, nos transportes. Em face dessa situação angustiosa só há uma resolução extrema das classes pobres: exigir melhorias de vida, de salário. Essas melhorias são pedidas. Se são empregados públicos que as exigem, o Sr. Epitácio Pessoa, do alto da sua indolência ditatorial, refastelado e bandulho gordo, veta o pedido.¹⁶²

A *Voz do Povo* denuncia as práticas de Epitácio Pessoa que, à frente do governo, toma o lado dos patrões e comete uma série de arbitrariedades contra os trabalhadores:

Se são os trabalhadores profissionais, por intermédio das suas associações de classe, coloca-se, como é natural, numa democracia burguesa, ao lado dos exploradores do proletariado, cometendo toda a sorte de arbitrariedades e ignominias. Os últimos acontecimentos desenrolados nesta capital demonstram suficientemente o espírito reacionário do governo atual que está a cair de podre. Os trabalhadores lançam-se atualmente numa greve justa.¹⁶³

161 *Voz do Povo*, Edição Especial. 11 de fevereiro de 1921, p. 1.

162 *Voz do Povo*, Edição Especial. 11 de fevereiro de 1921, p. 1.

163 *Voz do Povo*, Edição Especial. 11 de fevereiro de 1921, p. 1.

Falando mais especificamente sobre a situação dos marítimos, o jornal explica as razões que os levaram a esse processo de greve:

Os trabalhadores marítimos exigem das empresas de navegação melhorias de salários e das condições de vida a bordo. Nada mais razoável do que esta exigência.

Os trabalhadores marítimos passam as mais duras privações a bordo; ganham salários insignificantes em confronto aos rendimentos colossais empacotados pelos armadores que os exploram e maltratam; são mal alimentados, os gêneros dado ao consumo são os piores possíveis. Fartos de tolerar esse regime de escravos, pela solidariedade magnífica das suas associações de classe, resolvem diretamente exigir melhorias indispensáveis.¹⁶⁴

A nota segue, voltando a criticar o governo republicano:

Não são convenientemente atendidos e como recurso extremo apelam para uma greve, legítima defesa dos que não representam na vida, um humilhante papel de escravos, mas de homens laboriosos, dignos e produtores. O sr. Epiácio Pessoa, favorecendo os armadores, querendo, ardentemente, dar-lhes ganho de causa, entra no terreno das repressões e investe contra trabalhadores em greve pacífica, dando ordens ao seu acólito do Palácio da Relação, para tomar de assalto a sede do sindicato dos Taifeiros e Culinários, entregando-os a gente do umbigo presidencial, acostumados a lambar as botas da politicagem e a ter sempre cavalgada o seu simulacro de espinha dorsal.¹⁶⁵

O clima de tensão se agrava quando José Leandro da Silva, jovem negro pernambucano, que trabalhava na cozinha de um navio, reagiu à repressão policial. Engajado na greve e conhecido por incitar os outros marítimos à revolta, o rapaz ficou indignado quando foi abordado por um policial, que teria impedido-o de entrar no navio e ainda lhe ordenado a juntar seus pertences e abandonar o porto. José teria sacado sua faca de cozinheiro, e investido contra o policial, que errando seus tiros, acabou caindo do cais. O episódio seria seguido por uma perseguição policial, como narra John Dulles:

O rebuliço aumentou quando outros agentes da polícia, com guardas e soldados, tentaram deter Leandro; ele abriu caminho brandindo a faca e infligiu ferimentos graves em quatro dos seus perseguidores. Saiu, então, um verdadeiro tiroteio para abatê-lo. Ao correr para dentro de um armazém, uma saraivada de balas atingiu mortalmente o conferente do estabelecimento. Bastante ferido, José Leandro finalmente se entregou.¹⁶⁶

164 Voz do Povo, Edição Especial. 11 de fevereiro de 1921, p. 1.

165 Voz do Povo, Edição Especial. 11 de fevereiro de 1921, p. 1.

166 DULLES, John W.F. "Anarquistas e Comunistas no Brasil, 1900-1935." Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1977, p. 119.

Condenado à 30 anos de cadeia, o caso provocou ainda mais a indignação dos trabalhadores, que chegaram a formar um Comitê Pró-Liberdade de José Leandro da Silva, para dar apoio ao trabalhador e ajudar em sua defesa jurídica.

Ao mesmo tempo em que a greve toma maiores proporções, a polícia ataca a *União Operária da Construção Civil*, uma das associações mais mobilizadas no período, o que gera ainda mais revolta nos trabalhadores. A *Voz do Povo* critica a ação, denunciando o papel de líderes do governo e das forças policiais, como Geminiano da Franca, chefe de polícia; Alfredo Pinto, Ministro da Justiça e Negócios Interiores:

Mas não parou aí a fúria canibalesca da trindade sinistra, sr. Epitácio Pessoa, sr. Geminiano da Franca e sr. Alfredo Pinto. Cumprindo um dever comovente de solidariedade, outras associações de classe levaram o seu apoio incondicional aos companheiros marítimos. Entre essas organizações figura a da União dos Operários da Construção Civil, que teve a sua sede invadida, assaltada e fechada pela polícia do sr. Geminiano da Franca.¹⁶⁷

O jornal também chama a atenção para a nova lei repressiva que caminhava a passos largos para a votação no parlamento, reformulação da já conhecida Lei Adolfo Gordo:

Já de há muito que o governo dessa República afagava essa pretensão mesquinha e atrabiliária. E com a aprovação acelerada do projeto Adolfo Gordo, sancionado de afogadilho, o sr. Epitácio, apoiado nessa lei de exceção; teve os seus propósitos satisfeitos. Munido da arma reacionária pretende por qualquer motivo, fechar todas as associações proletárias, com a já velhíssima balela que usa para mascarar o seu ódio aos trabalhadores: - a *manutenção da ordem* e outras capciosidades mais...¹⁶⁸

Por fim, a nota da *Voz do Povo* finaliza, chamando os trabalhadores à luta:

Logicamente estamos vivendo um período feudal. Todos tem que ser escravos, todos tem que ser ilotas. O povo, as classes trabalhadoras não podem mais defender os seus interesses profissionais e econômicos, ter a liberdade de reunião, de associação, de pensamento. A isso se opõe, com o projeto Gordo na mão, o sr. Epitácio Pessoa. Para trás! Para trás, essa ditadura de sebo! O direito de greve para as classes proletárias é um direito sagrado. A trindade sinistra quer levar o proletariado a situações extremas de desespero, quer asfixiar a liberdade das classes pobres, lhes aumentar a

167 *Voz do Povo*, Edição Especial. 11 de fevereiro de 1921, p. 1.

168 *Voz do Povo*, Edição Especial. 11 de fevereiro de 1921, p. 1.

fome, as necessidades, a miséria!
 Trabalhadores do Rio de Janeiro! Trabalhadores do Brasil, erguei-vos, reforçai a vossa solidariedade neste momento em que as liberdades estão sendo proscritas e a avalanche dos opressores se atira contra a legião dos oprimidos para desferir-lhe um golpe de morte.
 Levantemo-nos todos em sinal de protesto contra essa tirania porque unidos e coesos representamos a vitória!
 Avante, sempre avante, trabalhadores!¹⁶⁹

Esse processo de luta, fortalecido pelo esforço organizativo realizado no ano anterior, se expande pelo estado, e a *Liga Operária da Construção Civil* não assistiria de braços cruzados, principalmente se tratando de uma categoria tão importante na cidade – a dos marítimos – e também revoltosa ao ver sua co-irmã sendo fechada na capital do país. A *Voz do Povo* dedica uma nota à solidariedade da associação:

Os companheiros da Liga Operária da Construção Civil se declararam também em greve firmando dessa maneira o seu apoio valioso aos companheiros marítimos vítimas da prepotência burguesa e governamental. E lançaram-se no movimento galhardamente certos de que cumpriam um dever de solidariedade, nesta emergência em que cada vez mais se acentua o espírito de coesão associativa na luta travada contra os inimigos do proletariado.
 A greve que os companheiros da Construção Civil de Niterói decretaram não só foi de solidariedade como também de protesto enérgico contra as violências da polícia do Sr. Geminiano e do fechamento ilegal e injusto da União dos Operários em Construção Civil do Rio.
 Na sua grande assembleia realizada ontem, ficou bem patente a magnífica e comovente solidariedade dos companheiros de Niterói.¹⁷⁰

Embarcando nessa greve de solidariedade, a Liga forma um *Comitê de Greve de Niterói*, que afirma ser criado para

a defesa dos direitos dos trabalhadores que a burguesia por todos os meios procura esmagar e estando provado que só pela greve poderemos fazer respeitar os nossos direitos à vida e à liberdade de reunião, assegurada pela própria Constituição da República, convida a todos os trabalhadores sem distinção de classe a aderir à greve geral que já se acha declarada por algumas classes organizadas. Essa greve em solidariedade às classes marítimas que se acham em luta pleiteando justas reivindicações e também como protesto contra o assalto e fechamento da União dos O. Em Construção Civil do Rio, violentamente levado a efeito pela prepotência e sanguinária polícia do Distrito Federal, defensora do capital e algoz dos trabalhadores.
 Que seja o nosso lema: “Um por todos e todos por um” - O Comitê.¹⁷¹

169 *Voz do Povo*, Edição Especial. 11 de fevereiro de 1921, p. 1.

170 *Voz do Povo*, Edição Especial. 11 de fevereiro de 1921, p. 8.

171 *Voz do Povo*, Edição Especial. 12 de fevereiro de 1921, p. 4.

O jornal também dá informe sobre sua assembleia ordinária do dia anterior, chamando-a de “uma animadíssima reunião, sendo o grande entusiasmo pela continuação da greve.” Ainda em Niterói, o jornal afirma que “Os caldeireiros de ferro aderiram ontem, ao movimento grevista.”¹⁷²

Com diversas categorias unindo-se na greve geral, é a vez da Federação do Estado do Rio demonstrar sua solidariedade. “Em solidariedade aos trabalhadores marítimos e anexos, foi ontem decretada pela Federação Operária do E. do Rio, a greve geral de suas aderentes, à começar do dia 15 do corrente.” O jornal ainda dá uma alfinetada na imprensa burguesa, que insiste em propagandar a fragilidade do processo de luta: “Estão em greve, portanto, os trabalhadores da vizinha capital e de outras cidades. E a imprensa ainda diz que a greve declina...”¹⁷³

Nesta época, a Federação do Estado do Rio contava com a filiação de uma série de sindicatos, sendo a maior parte de Niterói.

Esta Federação que é composta das seguintes associações: Liga Operária da Construção Civil, União dos Alfaiates, União dos Limadores e Sindicato dos Metalúrgicos, União dos Trabalhadores em Estiva, Carvão e Mineral. S. do Centro dos Operários das Pedreiras, Centro Operário da Barra do Pirai e União dos Trabalhadores de Petrópolis, cumprindo o seu programa, está realizando reuniões de propaganda semanalmente nas diversas sedes, convidando para as mesmas os trabalhadores em geral.¹⁷⁴

É neste processo de luta que um crime ocorrido em Niterói choca os trabalhadores: o assassinato de José Cancio de Souza. Militante anarquista e secretário da *Associação Gráfica Fluminense*, Cancio fora o autor da carta ao Terceiro Congresso dessa organização, citada aqui no capítulo anterior. O sindicalista é encontrado morto em fevereiro de 1921, na porta da *Liga Operária da Construção Civil*. *A Voz do Povo* lhe dedica uma nota:

José Cancio de Souza

Este nosso valente companheiro, ainda jovem, pois contava 20 anos de idade, apenas, que tantas simpatias e admirações soube conquistar entre os meios operários do Rio e dos Estados, foi arrebatado, vítima da fatalidade, do nosso convívio!

Essa triste ocorrência teve lugar ontem em Niterói, onde residia, por uma bala assassina, de procedência ignorada e a lamentamos profundamente.

Podemos assegurar que Cancio deixa inúmeras saudades!¹⁷⁵

172 *Voz do Povo*, Edição Especial. 12 de fevereiro de 1921, p. 4.

173 *Voz do Povo*, Edição Especial. 14 de fevereiro de 1921, p. 4.

174 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 2, fev. de 1921, p. 4.

175 *Voz do Povo*, Edição Especial. 11 de fevereiro de 1921, p. 5.

O jornal exalta as virtudes do gráfico como militante e companheiro:

Possuidor de uma invejável inteligência e de um gênio admirável, com todos ele era afável, com todos ele sabia tratar.

Em todas as rodas em todos os grupos, onde se encontrasse, não havia tristezas. Com ele tudo tinha rápida solução.

De uma extremosa dedicação à causa proletária, num curto tempo o nosso querido Cancio fez ótima colaboração na “Voz do Povo”, n.º “A Plebe”, de S. Paulo e em toda parte onde pudesse concorrer com sua pena brilhante para a emancipação dos trabalhadores e pelo advento da revolução social.

Também era um orador eloquente, tendo-se feito ouvir ultimamente nas associações de classe que se encontram em luta, especialmente na Associação dos Marinheiros e Remadores.

A hora em que esta pálida nota for lida, certamente o seu enterro já se terá realizado, deixando imersa na dor angustiada a sua desolada família e todos aqueles que tiveram a felicidade de conhecê-lo, a cuja dor, nos associamos reverentes.¹⁷⁶

Em “Os Companheiros”, Edgar Rodrigues comenta o ocorrido. Apesar de apresentá-lo como “operário da construção civil”, acreditamos que esse foi um engano cometido pelo fato dele ter sido encontrado na porta da sede da *Liga Operária da Construção Civil*, que também servia de sede para diversos sindicatos.

Rodrigues reproduz um artigo publicado em “A Plebe” de São Paulo, afirmando que na ocasião esta ainda não havia sido informada das causas do atentado:

Segundo informou a imprensa burguesa, Cancio encontrava-se na porta da sede do sindicato da construção civil, na capital fluminense, quando tombou gravemente ferido à bala.

Quem o matou? Um agente da polícia carioca que o perseguia? Interpelado antes a pouco de expirar, respondeu que não apontava quem o ferira, pois pretendia acertar as contas logo que se restabelecesse.

Mais um crime infame da burguesia.

Cancio de Souza, natural do Estado do Rio, era bastante jovem ainda. Começou a militar nos meios operários e libertários não há muito tempo, mas era já um dos nossos bons combatentes. Inteligente e estudioso, entusiasta e ativo, muito podíamos esperar de sua dedicação extremada.

O movimento associativo de Niterói onde se iniciou, muito lhe deve.

Na *Voz do Povo** foi um auxiliar dos mais esforçados. Foi encarregado de seção escrevendo muitos bons artigos.

No III Congresso Operário Brasileiro tomou parte ativa como delegado do operariado fluminense.

A Plebe, em um de seus últimos números, publicou um excelente artigo do desventurado camarada.

Sobre a tumba desfolhamos as flores da anarquia, certos de que o sacrifício de sua jovem e fecunda vida servirá de estímulo à luta sem tréguas contra a

176 Voz do Povo, Edição Especial. 11 de fevereiro de 1921, p. 5.

tiranía burguesa.¹⁷⁷

Edgar Rodrigues também nos revela que dias antes de seu assassinato, Cancio de Souza discursara “na sede dos Marinheiros e Remadores, na rua Conselheiro Zacarias e foi durante esse discurso inflamado, revolucionário que a polícia o setenciou para morrer na primeira oportunidade.”¹⁷⁸

Percebemos assim a importância que o militante anarquista havia assumido na greve, tendo um trabalho assíduo de agitação e propaganda para com os trabalhadores, o que teria atraído a atenção das autoridades policiais.

Um ano depois, o jornal *Renovação*, lembraria o caso. De acordo com Edgar Rodrigues, o diretor do jornal, José Marques da Costa, militante anarquista da *União Operária da Construção Civil*, teria sido confidente de Cancio de Souza. Marques da Costa haveria recebido dele uma carta relatando que já estava sendo perseguido por um agente policial há semanas. Um artigo do jornal *Renovação*, do qual Marques era editor, diz:

Cancio de Souza

Já lá vai um ano... Cancio de Souza foi assassinado covardemente, por agentes da polícia, durante a greve geral de 1921, e encontrado caído, exangue, cerca de 9 horas do dia 14 de fevereiro, numa das ruas da capital do vizinho Estado – Niterói.

O malgrado Cancio era um dos mais ardorosos militantes do anarquismo. Sua palavra eloquente era ouvida atenciosamente pelo proletariado. Dias antes de ser assassinado, Cancio de Souza falava aos marinheiros e remadores, na sede da rua Conselheiro Zacarias, num vibrante discurso que aconselhava a atitude revolucionária que as circunstâncias exigiam. Era por se manifestar às claras que a polícia o perseguia lenamente. Perseguiu-o e matou-o. Matou-o e está impune, enquanto nós choramos sentidamente, lembrando os momentos felizes em que nos encontramos pelejando pelo advento do comunismo anárquico.¹⁷⁹

Vemos aqui que além das práticas oficiais que o Estado praticava para reprimir o movimento operário, os agentes policiais também adotavam práticas escusas em segredo – como o assassinato.

Além do assassinato de militantes, outra forma de coibir a atividade do movimento sindical era a demissão dos grevistas por parte dos patrões. Assim, após a greve geral de 1921, diversos trabalhadores de diversas categorias foram expulsos do trabalho, o que gerou outras greves de solidariedade. A *Liga Operária da Construção Civil* relata um caso desses:

177 RODRIGUES, Edgar. “Os Companheiros 1”, p. 135.

178 RODRIGUES, Edgar. “Os Companheiros 1”, p. 135.

179 *Renovação*. Fevereiro de 1922, p. 6.

O motivo que levou a Liga a expulsar do seu seio esses maus elementos foi o seguinte:

Na casa onde trabalhavam e ainda trabalham esses transfugas, com o empreiteiro José Wesceslão da Nóbrega, existia um companheiro como delegado da Liga, esse como todos os operários conscientes, desde o dia 9 de fevereiro, quando a Liga decretou greve geral da classe em solidariedade aos marítimos e protesto contra o fechamento da União dos Operários em Construção Civil, não mais apareceu nas obras nem na casa do tal “mestresinho”, motivo porque foi despedido quando depois de terminada a greve compareceu ao trabalho.¹⁸⁰

Desse processo de mobilização, também foram geradas certas desavenças que contaram, inclusive, com a expulsão de alguns trabalhadores da associação, por furarem greve. Chamando-os “carneiros”, a Liga faz um relato do processo que os levou à expulsão.

Diante desse procedimento do Sr. Nóbrega alguns companheiros conscientes que lá trabalhavam, abandonaram o trabalho em solidariedade ao companheiro delegado, não sendo entretanto, acompanhados pelos traidores acima nomeados, que não puderam se conformar com a necessidade que havia de abandonarem o seu explorador, sem o qual não podem passar.¹⁸¹

A situação se complicaria com o comparecimento dos acusados de furar greve à uma assembleia da Liga:

Não satisfeitos ainda com isso, compareceram à assembleia realizada em 23 de fevereiro e vendo reprovado o seu indigno procedimento, o traidor de nome Cardozo, quis “bancar o valente” proferindo palavras obscenas e puxando de uma faca, o que lhe valeu ser imediatamente desarmado e posto na rua para a moralidade da associação.

Em seguida a mesma assembleia resolveu “boicotar” o empreiteiro Nóbrega e expulsar da Liga, como traidores, os associados que naquela casa continuassem a trabalhar.¹⁸²

Vemos como o compromisso com a solidariedade e a união na luta é um princípio ao movimento operário, do qual a Liga não abriria mão.

Em uma assembleia no mês seguinte, a Liga decide pela expulsão de mais um operário, dessa vez por uma questão de ordem econômica e ética:

Mais um...

Pela assembleia realizada em 16 de março, foi excluído da Liga o sócio Domingos Moreira Vinhas, pedreiro, que ocupava o cargo de 2º tesoureiro.

Esse ex-companheiro é um daqueles que se deixam dominar pela ambição do

180 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 3, abr. de 1921, p. 3.

181 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 3, abr. de 1921, p. 3.

182 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 3, abr. de 1921, p. 3.

“vil metal” e quando sentem o cheiro do dinheiro, esquecem-se de todos os deveres que tem para com seus companheiros.

Assim, esse explorador em uma empreitada que com outros companheiros fez, negou-se a cumprir o regulamento que tem a Liga para essas empreitadas, fazendo seu ordenado superior aos da tabela, prejudicando portanto aos ajudantes na divisão dos respectivos lucros.

Por esse motivo e por não querer se submeter a solução que a assembleia deu ao caso foi então expulso como explorador.

Enfim, é mais um hipócrita que tira a máscara...¹⁸³

Outro conflito significativo levaria à expulsão da Liga o construtor João Botino. Antes bastante ativo na associação, Botino chegou a participar como delegado da associação no *Terceiro Congresso Operário Brasileiro*, realizado no ano anterior. Em um artigo intitulado “mais um explorador”, a Liga denuncia as práticas por ele adotadas, explicando os motivos que levaram à sua expulsão,

por desrespeitar os estatutos e regulamentos que regem as empreitadas feitas por associados da Liga, o *amarelo* João Botino, que durante algum tempo foi um dos mais influentes militantes da Liga, onde exerceu diversos cargos.

Esse indivíduo cuja hipocrisia excede a todos os limites do imaginável, conseguiu por muito tempo iludir a boa fé dos seus companheiros, impingindo-se como sincero adepto das ideias libertárias, quando na realidade não passava de um ambicioso vulgar que só idealizava o bem-estar para si próprio.

Para atingir o seu fim, conseguiu ele, empregando todos os meios imagináveis, insinuar-se na confiança dos seus companheiros de associação, obtendo assim, ser ele o indicado para matricular-se como construtor civil na Prefeitura Municipal de Niterói.

Fiado na sua sinceridade, a Liga, permitindo-lhe que se matriculasse, pagou ainda todas as despesas feitas com a sua matrícula e imposto de indústria e profissão e também algumas horas perdidas por ele para aquele fim, pelas quais cobrou a importância de seis dias de trabalho a 10\$000 diários!

De posse da matrícula e tendo aberto uma oficina de carpintaria, tratando também algumas obras, Botino começou a mostrar o que era, procurando colocar-se em plano superior aos demais companheiros e lesá-los sorrateiramente, quando se apresentava ocasião propícia, o que lhe valeu por diversas vezes ser asperamente censurado nas assembleias.¹⁸⁴

Parece que o problema demorou a ser resolvido, sendo tema de diversas assembleias:

A par dessas irregularidades, ficaram também os companheiros, principalmente os que com eles trabalhavam, notando a sua rápida prosperidade, que contrastava flagrantemente com as dificuldades com que eles viviam, apesar de perceberem iguais salários...

Esse estado de coisas trazia as maiores perturbações nas assembleias, pois, cada vez avolumavam-se mais as suspeitas sobre a seriedade de Botino,

183 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 3, abr. de 1921, p. 3.

184 Boletim da Federação Operária do Estado do Rio, nº 8, outubro de 1921, p. 4.

dando margem à que alguns associados, julgando-se prejudicados por ele, afastassem-se da associação.

Chamado por diversas vezes a ordem, Botino, que já não comparecia à associação, e desde maio último não pagava as suas mensalidades, respondia sempre com evasivas, continuando sempre a cair em novas infrações do regulamento e reincidindo em outras, obrigando assim a Liga a expulsá-lo do seu seio como elemento prejudicial a coletividade, “boicotando-o”, também para que nenhum operário conseqüente se sujeite a ser explorado por ele. Por essa demonstração, ficam todos os trabalhadores sabendo como se fez esse explorador, servindo esse exemplo, principalmente para as demais organizações operárias, para que evitem quanto possível, criar no seu meio, víboras, como esta que a Liga acaba de expulsar.¹⁸⁵

A partir desses relatos, podemos compreender um pouco da realidade do trabalho na construção civil da época. Percebemos aqui que a Liga, ao reunir o conjunto dos operários do ramo, contava com diversas categorias em seu seio: carpinteiros, estucadores, pedreiros, serventes, ajudantes, entre outros. Assim, havia uma significativa estratificação social entre essas categorias.

Construtores, mesmo na condição de operários, poderiam matricular-se na Prefeitura e assumir uma empreitada, recebendo uma determinada quantia a ser dividida com seus ajudantes. Para evitar abusos destes, a Liga continha entre seus regulamentos internos uma tabela que definia uma divisão justa dos ordenados. A expulsão de João Botino deveu-se ao fato deste não ter cumprido com essas tabelas.

Aqueles que continuavam trabalhando com este, recebendo valores inferiores à tabela, também eram expulsos. Outra nota revela:

Um carneiro

Apesar do “boicote” da Liga ao explorador João Botino, ficou com ele trabalhando o carpinteiro Antonio Tavares, um indivíduo que se tivesse dignidade ficaria com seus companheiros, quando mais não fosse por gratidão... e atenção a confiança que nele depositavam, confiando-lhe a sede social, da qual foi zelador por algum tempo.

Enfim, é mais um “krumiro” que tira a máscara da hipocrisia!¹⁸⁶

Assim, a Liga inicia o ano de 1921 com perdas em seu quadro de militantes, mas firme em seus princípios sindicalistas.

Em decorrência do “grande número de indivíduos que indevidamente ainda usam as cadernetas de associados da Liga, pois, são associados em grande atraso, uns “carneiros” expulsos como traidores e exploradores outros”, a Liga decide realizar uma revisão das matrículas dos seus associados e distribuir novas cadernetas para os seus sócios. Aqueles que

¹⁸⁵ Boletim da Federação Operaria do Estado do Rio, nº 8, outubro de 1921, p. 4.

¹⁸⁶ Boletim da Federação Operaria do Estado do Rio, nº 8, outubro de 1921, p. 4.

não quitassem seus atrasos perderiam “o valor as atuais cadernetas da Liga que serão substituídas por outras de cor diferente e que além disso tem conjuntamente com ela uma folha onde são carimbados os meses pagos, sabendo-se assim, pela própria caderneta se o associado está ou não quite com a associação”.¹⁸⁷

A associação termina com um chamado à organização, lembrando os trabalhadores de sua importância e alertando-os:

Portanto, apelamos para todos os camaradas conscientes e que queiram continuar a ser considerados sócios, a virem quitar-se, porque a Liga não é apenas as paredes da casa em que funciona e sim o conjunto de todas as suas energias.

Lembrem-se de que os exploradores do nosso suor, nos espreitam e esperam o primeiro momento em que mostremos fraqueza, para lançar-se sobre nós e escravizarem-nos como o faziam antes da Liga existir.

Alerta, companheiros.¹⁸⁸

A Liga também parece abrir exceções para aqueles que não puderem quitar suas dívidas. Assim, ela explica que “aqueles que desejarem continuar a ser considerados sócios e que por motivos de força maior ainda não poderão quitar-se, devem com brevidade comparecer a secretaria e dar as explicações necessárias, sem o que os seus nomes não passarão para a nova matrícula”.¹⁸⁹

Outra polêmica que a Liga possuía era com o *Centro dos Carpinteiros da Construção Civil*, também de Niterói, cuja justificativa nos apontará para uma nova questão: a segregação social e a discriminação racial.

Desde que o Centro fundou-se em 1920, Antonio Marques, em artigo publicado na *Voz do Povo*, já denunciava a “má orientação do Centro e a inatividade dos seus dirigentes, tendo em vista as suas ações passadas, vaticinando para breve a sua completa derrocada”.¹⁹⁰

Um ano depois, em um artigo publicado na Liga denominado “A Derrocada do Centro dos Carpinteiros”, ele revela que os trabalhadores que construíram o Centro foram na verdade expulsos da Liga, e declara que suas previsões mostraram-se certas, e apresentamos os motivos de suas críticas:

Essa afirmação justifica-se, pois, o Centro foi fundado, por homens que na sua maioria são incapazes de conduzir a classe, no verdadeiro caminho das reivindicações proletárias e porque muitos deles haviam sido expulsos da

187 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 3, abr. de 1921, p. 4.

188 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 3, abr. de 1921, p. 4.

189 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 4, mai. de 1921, p. 8.

190 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 4, mai. de 1921, p. 7.

Liga O. Da Construção Civil, como elementos nocivos a coletividade, da qual foram traidores.

Todas as minhas previsões realizaram-se. O centro nada fez e nem fará, em benefício da classe, porque as associações de resistência não são apenas as paredes da casa onde funcionam, nem as bandeiras arvoradas nos seus mastros.

A associação de resistência, só tem sua razão de ser, quando a parte principal do seu programa é a ação enérgica contra a exploração da classe que ela representa e dos trabalhadores em geral.¹⁹¹

Declarando a diferença de compreensão do sindicalismo entre as duas associações, Marques revela-nos que o motivo por trás da fração entre estas era o preconceito racial e o elitismo:

Os trabalhadores só poderão conseguir algumas melhorias, quando para isso hajam empregado o seu próprio esforço. Esperar que o acaso venha em seu auxílio, ou que os patrões deles se compadeçam, é condenar-se espontaneamente a sucumbir pela fome e algemados aos mais iníquos preconceitos, caminhar de dia para dia, para maior escravidão.

Entretanto, dirijo-me especialmente aos carpinteiros (classe da qual eu faço parte) que ainda vivem iludidos pela lábia dos que desconhecendo o verdadeiro sindicalismo, abandonaram a Liga por sentirem desprezo em militantes unidos aos serventes, pedreiros e homens de cor que dentro dela, constituem a maioria!

Esses inconscientes, que desejavam os trabalhadores divididos, como se todos não constituíssem uma única família, viram o resultado do seu orgulho – pois nada conseguiram isolados!¹⁹²

Percebemos aqui que a estratificação social das categorias que compunham a Liga eram extremamente racializadas, e supomos que o predomínio de brancos entre os carpinteiros era tanto que permitiu que alguns destes se segregassem em um sindicato próprio.

No Brasil, país marcado pela nefasta herança da escravidão, cujas marcas ainda estão bastante vivas – quanto mais na década de 1920 – o povo negro era maioria dentre as categorias mais precarizadas, como os pedreiros, serventes e ajudantes. Esse artigo é bastante relevante por trazer à tona informações sobre a composição étnica dos trabalhadores envolvidos na Liga, que segundo Marques, era majoritariamente formada por operários negros pertencentes à estas categorias.

Antonio Marques, carpinteiro e branco, demonstra orgulho de atuar lado a lado de todos os trabalhadores, independentemente de sua etnia ou nacionalidade. Ele pontua:

Quem vos fala, é um carpinteiro que sente orgulho em lutar junto a todos os

191 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 4, mai. de 1921, p. 7.

192 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 4, mai. de 1921, p. 7.

trabalhadores irmãos de sofrimento, pertençam eles a qualquer classe, nacionalidade ou cor, porque os trabalhadores devem se convencer de que entre eles não pode haver separações, pois as classes antagônicas são apenas duas: a dos explorados e a dos exploradores e assim como os exploradores organizam-se para nos explorar, nós com mais razão devemos organizar-nos para a nossa defesa.¹⁹³

A palavra “classe” muitas vezes é utilizada como sinônimo de “categoria”. Sendo assim, Marques afirma que todas as classes trabalhadoras têm como inimigo comum a classe burguesa. Ele finaliza a nota, enaltecendo o trabalho realizado pela Liga:

Isso infelizmente, foi o que não conseguiram compreender aqueles companheiros carpinteiros, que desviando-se do verdadeiro caminho da sua emancipação, quiseram arvorar-se em classe superior, fundando o Centro que de sindicalismo nada tinha.

Ao contrário de tal Centro, a Liga O. da Construção Civil, tem feito sentir a sua força contra a exploração patronal, apesar das perseguições que lhe fazem, não só os interessados, como os próprios trabalhadores inconscientes, que entretanto, estão gozando algumas vantagens proporcionadas pela ação da Liga.

Estamos firmes no nosso programa, que é a emancipação dos trabalhadores e jamais nos afastaremos do caminho traçado. A nossa obra tem que ser feita e para libertar os trabalhadores, do jugo capitalista, empregaremos todos os meios ao nosso alcance.¹⁹⁴

As demandas específicas das mulheres trabalhadoras também eram uma questão do movimento sindical da época. Uma das novidades no movimento operário niteroiense de 1921 foi a criação de uma associação de classe chamada *Sindicato Feminino de Ofícios Vários*. Em nota assinada por uma *Comissão Executiva* no Boletim da Liga, esse sindicato logo declara, sem rodeios, que seu “fim é trabalhar pela emancipação da mulher operária.”¹⁹⁵

Salientando a necessidade que a cidade possuía de organizar a mulher trabalhadora, a associação demonstra-se otimista:

Este Sindicato, que vem preencher uma lacuna que ainda existia na organização operária em Niterói, está destinado a ter um futuro grandioso a julgar pela animação de que estão possuídas as companheiras que se acham a sua frente.

É, pois, um dever de todas trabalhadoras que nas fábricas, oficinas, ateliers e empregos domésticos são torpemente exploradas, associarem-se a ele porque só assim poderão melhorar a sua situação econômica, livrando-se da exploração patronal.¹⁹⁶

193 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 4, mai. de 1921, p. 7.

194 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 4, mai. de 1921, p. 7.

195 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 4, mai. de 1921, p. 8.

196 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 4, mai. de 1921, p. 8.

A recente associação não demora-se a se filiar na *Federação Operária do Estado do Rio*, e adota como sede o mesmo endereço da Liga, mostrando grande envolvimento com o restante do movimento operário. O sindicato se reuniria “semanalmente em assembleia geral todos os sábados à noite” e “realizará mensalmente em local que previamente se anunciará uma reunião pública de propaganda.”¹⁹⁷

A inserção de mulheres trabalhadoras no movimento sindical não é um fato inédito, muito pelo contrário. Segundo Margareth Rago, “Num proletariado constituído em grande parte pela força de trabalho feminina e infantil, a participação das mulheres nas mobilizações políticas do período foi imensa.”¹⁹⁸

Apesar da presença constante de mulheres no meio sindical da época, temos poucas fontes e pouca produção sobre o tema. Ainda segundo Rago, um dos motivos para isso seria porque:

Nesse período histórico, as dificuldades para se conhecerem as formas da resistência feminina às estratégias disciplinadoras exercidas no espaço produtivo ou no cotidiano da vida social advêm, num primeiro momento, da ausência de documentação disponível. Afinal, se as mulheres das classes mais favorecidas dispõem ainda da possibilidade de se exprimirem através de cartas, diários, artigos e livros, o mesmo não acontece com as de situação social inferior.¹⁹⁹

Assim, os artigos publicados pelo *Sindicato Feminino de Ofícios Vários* nos abrem a possibilidade de interagir mais com a realidade, as demandas e reivindicações das mulheres trabalhadoras desse período.

Um elemento interessante nessa associação é que este não se reúne em torno de categorias de trabalho, mas sim em torno da situação na qual a mulher trabalhadora está submetida na sociedade.

Não era incomum sindicatos “de ofícios vários” serem criados, reunindo trabalhadores de diversas categorias, para que, à medida que o sindicato crescesse, os trabalhadores afins se subdividissem a partir de seus ofícios. No entanto, a particularidade desse sindicato, que reunia exclusivamente mulheres, tinha como objetivo inserir a mulher trabalhadora na vida sindical, que era predominantemente masculina. Tal demanda mostrava-se mais urgente porque, para além da dominação de classe, as mulheres trabalhadoras estavam submetidas à dominação patriarcal em virtude de seu sexo.

No Boletim seguinte essa característica é novamente reforçada:

197 Boletim da Federação Operária do Estado do Rio, nº 8, outubro de 1921, p. 4.

198 RAGO, Margareth. “Do Cabaré ao Lar.” p. 71.

199 RAGO, Margareth. “Do Cabaré ao Lar.” p. 70-71.

Este Sindicato recentemente fundado, para a defesa dos interesses de todas as operárias que nas fábricas, oficinas, ateliers, empregos domésticos etc., são exploradas miseravelmente pelos patrões, que para enriquecerem não tem o menor escrúpulo de explorar torpemente o trabalho de mulheres e crianças, é uma associação da qual todas companheiras, sem distinção de profissões devem fazer parte, porque representa a sua emancipação moral e econômica.²⁰⁰

Tal orientação parece bastante estratégica, uma vez que as trabalhadoras, sobretudo aquelas submetidas ao trabalho doméstico, possuíam pouca oportunidade de organizar-se. Entendemos assim um dos pontos que representam a “lacuna” encarada pelas operárias no movimento sindical da época. No entanto, a nova associação parecia também não escapar da triste conjuntura encontrada na época. Elas percebem que,

apesar da energia e boa vontade de que tem dado provas um grupo de esforçadas companheiras que tomaram a iniciativa do Sindicato, a maioria da companheiras, presas ainda aos ridículos preconceitos da sociedade burguesa, ainda não se resolveram a comparecer às suas reuniões, não refletindo que com essa sua indiferença só os patrões poderão lucrar, porque enquanto elas trabalhando horas e horas não ganham o necessário para satisfazer as suas necessidades; os patrões sem nada fazerem vivem na fartura e enriquecem escandalosamente.²⁰¹

Percebemos que, para além da conjuntura específica vivida pelo operariado de Niterói em 1921, havia uma ideologia dominante, mais profunda, que inibia as mulheres à organizar-se. Além da dupla jornada e da maior exploração sofrida pelas mulheres operárias, elas também lidavam com outra opressão estrutural. O secular patriarcado, que excluía as mulheres não apenas socialmente e economicamente, também afastava-as da participação política. Em resposta a isso, as militantes bradavam: “vinde para o Sindicato, porque *a união faz a força*”, e concluíam: “só assim poderemos gozar o bem-estar a que temos direito como trabalhadoras que somos!”²⁰²

Contudo, já em outubro do mesmo ano, a situação do sindicato pouco havia mudado:

Nas primeiras reuniões deste Sindicato, bastante concorridas de operárias de todas as classes que ouviam de representantes de muitas co-irmãs os ensinamentos que muito de perto se prende a organização da mulher trabalhadora, em face da questão social, não esperávamos que a maioria

200 Boletim da Federação Operaria do Estado do Rio, nº 5, junho de 1921, p. 3.

201 Boletim da Federação Operaria do Estado do Rio, nº 5, junho de 1921, p. 3.

202 Boletim da Federação Operaria do Estado do Rio, nº 5, junho de 1921, p. 3.

dessas companheiras, já um tanto orientadas fugissem de acudir ao apelo que lhes fizeram aqueles companheiros à associarem-se neste Sindicato. Não vemos razão bastante para este afastamento como não acreditamos que o Sindicato não mereça o seu apoio, sendo ele fundado por legítimas trabalhadoras que há bastante tempo vêm se batendo com amor pela reivindicação dos direitos da mulher trabalhadora e com a esperança de que bem cedo soará a hora da sua emancipação total. Esse indiferentismo, essa apatia cabe na maior parte dos companheiros sócios das co-irmãs de Niterói, pois, apesar de frequentarem as suas associações de classe e de ter conhecimento da razão pela qual se torna necessário que toda mulher que trabalha se una fortemente, não se esforçam para tal.²⁰³

Vemos aqui que, apesar da desmobilização sindical ser sentida de maneira mais ampla no movimento operário, o *Sindicato Feminino de Ofícios Vários* sofre mais agudamente, uma vez que muitas operárias priorizavam a associação de sua categoria em detrimento deste. Não podemos afirmar que esse seja o caso da construção civil – ramo historicamente masculinizado – mas provavelmente era a realidade nos outros setores.

Sobre isso, Rago chama a atenção para a forma como muitas vezes a desmobilização da mulher operária era encarada no movimento sindical:

Em geral, a recusa de mulheres em participar das organizações sindicais ou partidárias foi vista como inconsciência política, tanto pelos militantes quanto pela produção acadêmica, ao menos até muito recentemente. Talvez se possa indagar se esta atitude de descomprometimento com instituições políticas, controladas por figuras masculinas, não tenha significado uma certa compreensão dos obstáculos intransponíveis com que se defrontava a mulher, não só na fábrica, mas também na família. Quantos pais e maridos não impediram o envolvimento de suas esposas e filhas nas agitações políticas da época?²⁰⁴

Além disso, Rago nos chama atenção para as diferentes formas de resistência empregadas pelas mulheres trabalhadoras:

Por outro lado, a pequena participação das mulheres no interior das entidades de classe não deve obscurecer a percepção da ocorrência de outros momentos da resistência feminina, invisíveis para a lógica masculina da ação política. Penso, nesse sentido, nas lutas que representaram um questionamento prático das imposições que pesavam sobre a mulher, na própria definição de sua identidade e não apenas na condição de trabalhadora.²⁰⁵

Mas sem sinalizar qualquer derrota, as militantes reforçam a importância da luta

203 Boletim da Federação Operaria do Estado do Rio, nº 8, outubro de 1921, p. 4.

204 RAGO, Margareth. “Do Cabaré ao Lar.” p. 73.

205 RAGO, Margareth. “Do Cabaré ao Lar.” p. 73.

específica pelos direitos da mulher trabalhadora. Nesse sentido, o sindicato reforça que a importância de sua divulgação é interesse de toda a classe, uma vez que seu avanço significa mais forças para enfrentar a burguesia.

O sindicato está com um número reduzidíssimo de associadas, portanto é necessário que os trabalhadores em geral se encarreguem de desenvolver uma intensa propaganda em seu benefício, para que chegado o dia da luta não precisem temer a fraqueza de sua companheira porque ela também organizada estará ao seu lado, provando que já adquiriu forças!²⁰⁶

A luta contra exploração sofrida pela mulher trabalhadora estava, portanto, em completa consonância com o projeto de transformação social observado no sindicalismo revolucionário. Observamos, inclusive, um “*modus operandi*” típico dessa estratégia de luta, que adota a pauta econômica como meio para a união de determinado setor da classe trabalhadora, mas que projeta determinado fim: neste caso, a emancipação da mulher trabalhadora. Tal fim se consolidaria enquanto projeto durante o próprio processo de luta.

Outro evento marcante ocorrido durante os processos de luta em 1921 foi o fato de muitos trabalhadores do campo de Niterói também declaram greve, defendendo seus próprios interesses e pressionando as autoridades à atender suas reivindicações. A Voz do Povo também dedica uma nota ao processo, denunciando as artimanhas das autoridades para secundarizar a greve e orientando a Federação do Estado à dar subsídio e apoio à esse processo de luta:

A greve dos trabalhadores do campo em Niterói
Continuam firmes na sua atitude os trabalhadores do campo impedindo o fornecimento dos necessários produtos à população da cidade, não obstante os truques preparados pela Estrada de Maricá, fazendo transitar trens especiais para tal fim.
Os grevistas não se conformando com esse procedimento da Estrada de Ferro de Maricá arrancaram uma grande extensão da linha.
Outros truques estão sendo feitos pela municipalidade e pela polícia, pretendendo serem os intermediários.²⁰⁷

Sendo a Voz do Povo editada na cidade do Rio de Janeiro, o jornal instiga a Federação do Estado do Rio à dar apoio à movimentação, que ocorre perto de Niterói:

Nós, desta banda, concitamos a Federação Operária do Estado do Rio, a fim de providenciar de modo a não serem os trabalhadores do campo ludibriados pelos “coronéis” que infestam Niterói, especialmente no 5º Distrito e São

206 Boletim da Federação Operaria do Estado do Rio, nº 8, outubro de 1921, p. 4.

207 Voz do Povo, Edição Especial. 15 de fevereiro de 1921, p. 4.

Gonçalo.

Que os lavradores continuem firmes na greve e sejam eles mesmos os fatores de sua obra.

Trabalhadores, uni-vos!²⁰⁸

Assim, o afastamento entre as lutas dos trabalhadores do campo e da cidade seria uma barreira a ser superada. Muitos operários que organizam-se na cidade, inclusive, já teriam passado pela dura realidade do trabalho no campo, antes de migrar para os centros à procura de uma vida melhor. Deoclecio Augusto de Azevedo, militante da Liga, é um desses. Ele publica um longo artigo no *Boletim da Liga* sobre a questão, cujo nome é “Os mais explorados”. Chama-os assim pois considera que

entre os próprios trabalhadores, existem uns mais sacrificados que outros, assim é que os trabalhadores do campo – da roça – vivem mais sacrificados e são mais explorados, que os trabalhadores dos grandes centros populosos.

Só quem, como eu, já teve ocasião de estar entre eles, pode avaliar, quanto é torpe a exploração de que são vítimas; ficando estupefato ante a inércia, a inconsciência e a submissão daqueles infelizes, que ignorantes ao extremo, sem notícias do progresso que vai por todo mundo, vivem isolados na sua miséria, sem que uma voz amiga os vá despertar de vez do torpor em que se encontram, indicando-lhes os meios de viverem como homens livres sobre a terra.²⁰⁹

Narrando a realidade dos trabalhadores do campo, ele descreve o intrincado modelo de exploração à qual eles estão submetidos, considerando, inclusive, suas diversas categorias. Escreve sobre o pequeno agricultor que “embora não resida na fazenda e às vezes seja proprietário do sítio em que vive, é obrigado pela necessidade a trabalhar diariamente nas fazendas. [...], sua companheira não possui uma veste decente e bendiz reconhecida”.²¹⁰

O chamado “colono”, ou seja, o camponês pobre, que trabalha na propriedade de um senhor, seria aquele que mais sofreria. Deoclecio reporta que este “é obrigado a dar quase sempre um dia de trabalho por semana na fazenda, trabalhando as restantes em “seus” sítios.” Além disso, sofreria com o monopólio de um só atravessador, pois “é obrigado a negociar com o fazendeiro, que compra-lhe tudo por baixo preço”. Também estava submetido a fazer suas compras no próprio armazém do fazendeiro, ainda que aquilo que ganhasse não estivesse “chegando mesmo para saldar as contas com o armazém da fazenda.”²¹¹

Logo, questionava: “os gêneros de primeira necessidade estão caríssimos, porque? Se o produtor vive miseravelmente, como se explica que o consumidor seja obrigado a adquirir

208 Voz do Povo, Edição Especial. 15 de fevereiro de 1921, p. 4.

209 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 4, mai. de 1921, p. 6.

210 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 4, mai. de 1921, p. 6.

211 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 4, mai. de 1921, p. 6.

os gêneros por preços verdadeiramente fantásticos?” Deoclecio faz questão de nomear os responsáveis: “o fazendeiro, o intermediário, o açambarcador, os fortes e fracos negociantes.”²¹²

A partir dessa análise, ele decreta:

Está assim provado que é na miséria dos trabalhadores que reside a opulência, o conforto e a abundância dos exploradores. E, como é claro que o trabalho ou indústria alguma, poderá subsistir sem o auxílio do braço do camponês, torna-se preciso que os trabalhadores conscientes, voltando os olhos para estes nossos irmãos, lhes vá indicar os meios de conseguirem a sua emancipação econômica e unidos a todos os explorados, implantar sobre a terra a verdadeira paz.

Que todos procurem saber as causas dos males que infelicitam as classes produtoras, porque assim encontrarão também os meios para viverem livres sobre a terra comum. E então, terá a humanidade sofredora conseguido realizar o seu ideal de Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Deoclecio A. de Azevedo²¹³

Atestando o papel vital que o camponês ocupa na sociedade, parece-nos clara a compreensão de que a revolta na cidade estaria insuficiente se não acompanhada de uma no campo.

Dessa forma, os militantes entendiam que a solidariedade de classe seria a principal ferramenta para unir os diferentes setores dos trabalhadores, superando suas divisões e segregações. Antonio Marques, abarcando essa questão de maneira mais ampla, escreve em um texto intitulado “Divisão de Classes”: “Um dos males que mais prejudica as classes trabalhadoras é sem dúvida a divisão de classes, raças e nacionalidades”. Refletindo sobre os preconceitos e imposições que põe os trabalhadores uns contra os outros, ele denuncia:

todas essas divisões são feitas pelos interessados em que os trabalhadores não se compreendam, sendo absurda que esses em pleno século XX, ainda se deixem iludir pelas sereias da burguesia e não compreendam ainda que os interesses dos trabalhadores de qualquer nacionalidade, raças ou religião é um só, lutar contra aqueles que os exploram.²¹⁴

Para ele apenas uma divisão social separaria a humanidade de maneira indiscutivelmente inconciliável:

Admitindo, porém, no presente a divisão da humanidade em classes, que essas sejam apenas duas e irreconciliáveis: a dos explorados e a dos

212 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 4, mai. de 1921, p. 6.

213 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 4, mai. de 1921, p. 6.

214 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 1, jan. de 1921, p. 4.

exploradores. A primeira levanta-se para conquistar a liberdade e a segunda que dia a dia perde o seu poderio diante da avalanche dos trabalhadores que em todo mundo agitam-se contra a exploração.

Portanto, trabalhadores do Brasil, secundemos os demais trabalhadores nessa luta para a conquista do nosso bem-estar, organizando-nos em associações de classe, porque a organização é uma necessidade que se nos impõe.²¹⁵

Assim, percebemos que o internacionalismo e a luta contra os preconceitos de raça, de nacionalidade, de sexo, dentre outros, estava umbilicalmente ligada à comunhão da classe trabalhadora. Essa comunhão passaria por uma necessidade organizativa latente, capaz de superar a então vitoriosa supremacia dos exploradores. Sobre isso, ele lembra que as classes dominantes sempre foram muito bem organizadas e, por isso mesmo, vigoram seu projeto:

Contra nós temos os patrões que também estão organizados em associações e além disso dispõem de dinheiro para comprar consciências e lacaios para a sua defesa, quando reclamamos.

O estado, com todo o seu complicado mecanismo de opressão; leis, parlamentos, magistraturas, exércitos, policiais, etc. até hoje unicamente tem servido para garantir o forte contra o fraco, o explorador contra o explorado.²¹⁶

Com uma defesa apaixonada pela organização da classe trabalhadora nas associações de classe, ele também afirma que a perseguição sofrida por estas tem como único objetivo de desarticular e esterilizar a capacidade de luta da classe trabalhadora:

Trabalhadores há, que quando se lhes fala em associações de classe, dizem que elas nada valem; é um erro, e os que assim falam ou são hipócritas ou desconhecem os benefícios que elas nos tem trazido, pois, se algumas melhorias temos conseguido, tem sido por intermédio delas e pelo sacrifício daqueles que lutam em prol do bem-estar da humanidade.

Estes, tem sido os eternos perseguidos da burguesia. Uns tem sido deportados, outros perseguidos pelos patrões que negam-lhes o trabalho, procurando assim fazê-los calar pela fome.

Camaradas! Continuemos a grandiosa obra de emancipação iniciada por estes abnegados companheiros, que tem sacrificado o seu bem-estar e a própria vida em benefício da humanidade. Avante pois!²¹⁷

Marques encerra o artigo convocando os trabalhadores para suas associações: “Todos à associação para que possamos honrar a grande obra de libertação da humanidade que sofre.”²¹⁸

215 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 1, jan. de 1921, p. 4.

216 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 1, jan. de 1921, p. 4.

217 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 1, jan. de 1921, p. 4.

218 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 1, jan. de 1921, p. 4.

Assim, as associações de classe seriam os espaços onde os trabalhadores, abandonando as diferenças que os dividem, se uniriam para lutar contra a exploração que sofrem. Percebe-se que o momento político no qual estes trabalhadores impulsionam uma iniciativa escolar é o mesmo em que eles travam uma disputa econômica por meio de greves e paralisações e isso é central para apreendermos a importância dada à educação no âmbito da luta sindical.

Ao entendermos o quadro social no qual a *Liga Operária da Construção Civil* se insere – sendo um sindicato de trabalhadores de maioria negra, onde quase a totalidade de trabalhadores que ocupam as categorias nela envolvidas são analfabetos – é que pensamos o papel das iniciativas educacionais por ela desenvolvida, assim como o significado das práticas e do projeto educacional por ela elaborado.

A partir disso, fica explícito o que esses trabalhadores pensam e elaboram acerca de suas próprias necessidades educacionais e da pretensão política que se alinha a esse projeto.



Figura 3: Deoclecio Augusto de Azevedo. Arquivo do Estado do Rio de Janeiro. Prontuário RJ notação 1433.



Figura 4: Antonio Augusto de Azevedo - Arquivo do Estado do Rio de Janeiro. Prontuário RJ notação 805.

2.2. O Debate Sobre Educação e Sindicalismo no Boletim da Liga: A Questão da Consciência Operária

A fim de compreendermos as iniciativas educacionais promovidas pela Liga Operária da Construção Civil, é de fundamental importância conhecermos as reflexões e influências que desenvolvem-se em seu seio. Para isso utilizaremos, principalmente, o *Boletim da Liga Operária da Construção Civil*, que passa a ser publicado em janeiro de 1921, mais de dois anos após a fundação do sindicato, e “tem por fim, fazer chegar a sua propaganda a todos os trabalhadores que compõe a classe, principalmente aos indiferentes, que não frequentando a associação, desconhecem a sua ação, em prol dos interesses de toda a coletividade.”²¹⁹

Com essa iniciativa, os militantes da associação esperam “ver o Boletim, que será publicado mensalmente, recebido com todo o carinho pela classe, pois será ele doravante o nosso porta-voz, até que possamos fazer circular nesta cidade um jornal exclusivamente nosso”.²²⁰

²¹⁹ Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 1, p. 1.

²²⁰ Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 1, p. 1.

A questão da instrução operária é assunto recorrente nesses Boletins. Vemos, mais especificamente, uma preocupação constante com o quadro educacional em que os membros de sua classe se inserem. Como veremos, essa preocupação não se debruça somente sobre sua falta de instrução formal e nos altos índices de analfabetismo, mas também na questão da sua formação moral, social e política. Nesse sentido, as associações de classe possuiriam um papel central para sua categoria.

Angelo Joaquim Liguori, de apenas vinte anos na época, era estucador e militante da Liga que contava com uma série de artigos no Boletim. Ele abre o primeiro número do Boletim da Liga apresentando o terrível quadro que se desenha para a classe trabalhadora no ano de 1921.

Ano Novo

Mais um ano de miséria e opressão, começa para as classes proletárias que a tanto sofrem e lutam pela sua emancipação.

Lutam e hão de lutar ainda, até conseguirem ver realizado o seu ideal de Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

E por qual motivo, apesar da força que em si encerra essa classe, que tudo produz e tão pouco consome, ainda é tão oprimida e explorada? Porque, a maioria aos trabalhadores ainda dorme o sono da inconsciência e não conhece qual o seu papel em face da questão social.

Porém, no dia em que despertarem desse longo letargo, farão ruir com um sopro, como se fosse um castelo de cartas, esse regime de iniquidades, que é o domínio capitalista, para no seu lugar construir uma nova sociedade, onde não haja, explorados nem exploradores.

A. J. L.²²¹

A “falta de consciência” que recaía sobre a classe trabalhadora da época era vista como a principal barreira para sua emancipação. Percebemos aqui o sentido que se dá à palavra “inconsciência”. Pensada à partir da realidade concreta, onde o nível da exploração e da desumanização sofrida pelos trabalhadores inviabilizava não somente o ensino formal, como também o esclarecimento destes com as questões sociais nas quais estavam submersos. Ou seja, a “falta de consciência” seria a dificuldade que muitos operários tinham de compreender as condições históricas de sua dominação e exploração. Assim, a partir do uso que estes operários davam à palavra, é que a utilizaremos neste trabalho.

Outro militante que publicava muitos artigos no Boletim da Liga era Deoclecio Augusto de Azevedo. Pedreiro, brasileiro e negro, tinha cerca de vinte e seis anos em 1921. No artigo “Ontem” publicado no Boletim, ele destaca a importância do esclarecimento do trabalhador acerca da exploração que os aflige. Ignorando as causas das injustiças sociais que

221 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 1, p. 2.

sofria, o proletariado não as enfrentaria. Deoclecio questiona:

E porque essa diferença que não se justificava, pois, se um tudo produzia o outro unicamente consumia? Porque o trabalhador não se unia aos seus irmãos de sofrimento, porque, a luz puríssima do comunismo não havia expulsado as trevas em que se achava imerso e limitava-se a esperar que os políticos cumprissem as suas promessas e plataformas e elevados ao poder, trouxessem a abundância aos lares daqueles que lhes serviam a escada. Não compreendia ainda o trabalhador, que ele, que tudo produzia, nada possuía; a sua alimentação era escassa e insuficiente, o seu vestuário quando não era composto de trapos, não estava de acordo com o clima e que a sua habitação, nem para cocheira dos cavalos dos burgueses apatacados, serviria. Estava cego, não via que enquanto ele se sacrificava para os parasitas gozarem, a sua companheira e filhinhos definhavam lentamente!²²²

Ele também relaciona a falta da instrução dos trabalhadores com o fato deles serem explorados desde muitos jovens, afirmando:

Uma das causas dessa situação miserável dos trabalhadores é sem dúvida a sua falta de instrução, pois, obrigados desde a infância a ajudar ou substituir os pães nas obras, fábricas, campos e oficinas, ou pior ainda, forçados a vestirem uma farda que os transformará em cães de fila da burguesia, em defensores deste regime legal e carrascos dos seus irmãos de sofrimento, nunca chegaram a compreender quase os seus direitos e deveres.

E os dias se sucediam, pois, o tempo não estaciona, não para, e o trabalhador sem ter um assomo de energia. Sem notar que essa desigualdade existia porque ele não compreendia ainda que a ociosidade era um crime; que a miséria existia porque uns trabalham muito enquanto outros nada fazem, ou produzem cousa inúteis e até prejudiciais a humanidade; que sendo o trabalho uma necessidade, se todos os indivíduos válidos trabalhassem, o mesmo seria não uma maldição ou um castigo como é hoje considerado, mas, uma distração, um bem, que faria a humanidade feliz nada faltando a todos.

Porém, não há como um dia depois do outro. Ontem, na nossa classe principalmente, era este uma parte do grande quadro de miséria que ainda se acha gravado na minha memória e se conservará com todo o seu horror, até o dia do ajuste de contas.

D. A. A.²²³

Aqui também podemos perceber o papel que o comunismo cumpria para o avanço da consciência da classe. É importante salientar que “comunismo” era uma palavra utilizada amplamente por militantes anarquistas, não sendo privilégio das correntes marxistas. A maior parte dos autores citados nos boletins, inclusive, são clássicos do anarquismo e do pensamento libertário, como Sebastian Faure, Francisco Ferrer y Guardia, e, principalmente, Kropotkin,

²²² Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 1, p. 3.

²²³ Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 1, p. 3.

como veremos mais a diante

Assim, compreendemos que por *comunismo*, Deoclecio refere-se ao *comunismo anárquico*, ou simplesmente *anarcocomunismo*. Enfatizamos este fato por crer que essas referências de leitura influenciaram profundamente as reflexões dos militantes engajados na Liga.

Além das questões materiais que mais concretamente impediam os operários de desfrutarem uma vida mais digna e, por subsequente, terem acesso à um ensino de qualidade, vemos nos artigos publicados nos boletins outros elementos compreendidos como causas da sua *inconsciência*. Entre estes está a política eleitoral.

Rejeitando a agenda eleitoral e a via parlamentar como ferramenta de transformação social, Antonio Augusto de Azevedo aponta a organização dos trabalhadores como único caminho para sua emancipação. Em um artigo denominado “A Política e o Povo”, ele defende:

Afasta-se o povo da política, porque dela, nada de bom poderá esperar. Ao povo trabalhador pouco importa que o futuro presidente seja Bernardes, Nilo ou Hermes, porque com a mudança de governantes em nada poderá se modificar a sua miserável situação.

Negue-se portanto, o povo a votar, deixando assim de servir de comparsa na repugnante comédia eleitoral, mesmo porque, no Brasil o voto do povo nada influi no resultado das eleições, que são feitas unicamente para salvar as aparências e iludir os palpavos.

Antonio A. de Azevedo.²²⁴

Aqui percebemos novamente a influência decisiva da ideologia anarquista na política sindical da Liga. Negando que qualquer possibilidade de transformação social poderia advir da política parlamentar, Antonio demonstra grande confluência com alguns princípios defendidos pelos libertários, como a defesa da ação direta e da independência de classe.

Antonio era estucador e natural do Estado do Rio de Janeiro. Provavelmente parente de Deoclecio²²⁵, era também negro e tinha 27 anos nessa época. É importante destacar que quase todos os números dos boletins contavam com um artigo seu, sempre preocupado com a consciência de sua categoria e comprometido a organizá-la.

Angelo Liguori denuncia que outra forma de ludibriar a classe trabalhadora estaria na falsa caridade burguesa, que teria como fim escamotear a exploração capitalista. Em seu artigo “Amanhã”, pergunta:

²²⁴ Boletim da Federação Operaria do Estado do Rio, nº 7, p. 1, maio de 1921.

²²⁵ Ainda que os nomes e a faixa etária indiquem que sejam irmãos, não foram encontrados registros que comprovem isso.

O que irá acontecer no dia de amanhã, ao mundo capitalista?

É uma pergunta que só as classes proletárias que em todo mundo sufocam sob o peso da exploração capitalista, poderão responder. O trabalhador que tudo produz vive na mais negra miséria, enquanto os exploradores, e os parasitas da humanidade que trabalha, vivem na maior opulência.

O trabalhador de hoje é ainda o escravo de ontem, não tem direitos e só deveres lhes reconhece a burguesia. Trabalha desde o amanhecer até ao pôr do sol, muitas vezes sem forças, pois, a sua alimentação é insuficiente, porque o salario que em troca do seu trabalho percebe, não dá para satisfazer a todas as suas necessidades, e de sua família.

Depois, quando enfraquecido de todo pelos anos e pelas privações que passou, lhe é negado o trabalho, porque outros escravos novos o substituirão, só lhe restará o recurso de ir estender a mão aquilo que os burgueses chamam de caridade pública!

Essa caridade é uma das maiores mentiras da atual sociedade, porque, consiste ela, em dar a burguesia ao trabalhador inválido, uma migalha daquilo que extorquiu enquanto ele tinha saúde e podia trabalhar.²²⁶

Vemos como sua crítica se estendia para todas as formas de exploração e segregação social impostas ao trabalhador pelo sistema capitalista ao longo de sua vida. Nesse contexto, a dita “caridade” realizada pela burguesia não poderia ser encarada como nada mais além de uma cruel falácia.

Convoca assim os trabalhadores a orientar-se sobre a questão social.

Proletários, estas infâmias praticadas contra vós precisam ter um fim e para isto é preciso que todos os trabalhadores ao deixarem o trabalho, procurem as sedes das suas associações de classe e livros que os orientem sobre a questão social, deixando os botequins e certas diversões que lhes são prejudiciais, porque enquanto seguirem esse caminho que os levará a perdição, os patrões ficarão descansados e a sua obra de exploração não correrá perigo.²²⁷

As principais ferramentas que vemos aqui seriam as associações e os livros, ou seja, a construção de ferramentas conjuntas de luta e a formação educacional dos trabalhadores. Dois elementos que caminhavam lado a lado. Angelo termina o artigo fazendo um chamado à organização dos trabalhadores:

Portanto, se quereis deixar de ser escravos, livrar-vos das garras do capitalismo e não ver os vossos filhos amanhã, na mesma miséria em que hoje vives; associe-vos na vossa agremiação de classe, desde que esta seja as bases sindicalista e assim podereis combater a exploração dos vossos algozes e unindo-vos aos trabalhadores de todo o mundo, dar o grito de Liberdade, que ecoará sobre toda face da Terra.

²²⁶ Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 2, p. 2, fev. de 1921.

²²⁷ Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 2, p. 2, fev. de 1921.

A.J.L.²²⁸

Mas as formas de iludir e ludibriar a classe trabalhadora não podiam ser encontradas apenas naquelas mais explícitas. Ao aproximar da época do carnaval, a Liga lança uma nota em seu boletim denunciando o papel social que o evento cumpre para a classe trabalhadora:

CARNAVAL

Está a aproximar-se o carnaval, esses dias em que tudo é loucura, deboche e devassidão.

Burgueses e trabalhadores, nesses dias confundem-se unidos pelos laços de orgia, divertindo-se cada um a seu modo, estes em ranchos, cordões e na rua e aqueles do alto dos seus luxuosos automóveis e nos clubes da alta roda.²²⁹

Do ponto de vista dos militantes, o feriado carregava no fundo uma intenção de conciliação de classes e desviava o foco dos trabalhadores da luta por seus direitos. Era, portanto, um dos fatores que causava a *inconsciência* dos trabalhadores:

Trabalhadores que durante 362 dias são escravos da burguesia. que os explora, nesses três dias escondem a miséria sob uma máscara ou trapos de cores berrantes e transformam-se em palhaços, que com a sua inconsciência, contorções e cantos imbecis, diverte os potentados que sabem que enquanto os párias divertem-se não reclamarão os seus direitos.²³⁰

Tal crítica social é assim centrada no imobilismo que tais festividades trariam para a vida dos trabalhadores. Ao refletir sobre textos como estes, Margareth Rago explica que

Fundamentalmente, a crítica endereça-se à sociedade burguesa que, assentada na exploração do trabalho e na dominação política, produz uma moral decadente, repressiva, opressora e que se funda em relações sociais autoritárias, injustas e corruptas. Assim, sem pretender definir absolutamente um projeto libertário de instituição da nova moral, tento perceber as instituições dominantes da reflexão anarquista relativas às relações afetivas, familiares, à moral sexual, a partir dos artigos colhidos nesta imprensa operária.²³¹

Também percebemos aqui uma atenção à situação da família dos trabalhadores, sobretudo a de suas mulheres e filhos. Além da alienação que o feriado gerava, ele afetava diretamente a realidade econômica da família proletária, sugando seu dinheiro e estimulando a exploração sexual das mulheres trabalhadoras. A Liga fazia a crítica:

228 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 2, p. 2, fev. de 1921.

229 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 2, p. 3, fev. de 1921.

230 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 2, p. 3, fev. de 1921.

231 RAGO, Margareth. "Do Cabaré ao Lar." p. 96.

Como é doloroso esse espetáculo! Entretanto todos divertem-se e parece reinar a alegria, mas, uma alegria falsa porque passadas essas poucas horas de prazer, a maioria irá encontrar maior miséria moral e material nos seus lares.

Quantos trabalhadores, abandonando as suas companheiras e deixando os seus filhinhos sem pão, irão gastar seus já minguados salários nas orgias e na devassidão!²³²

Percebemos aqui a preocupação dos militantes com as mulheres trabalhadoras dava-se sobre os mais variados aspectos de suas vidas, inclusive no âmbito do seu ambiente privado e de sua vida particular.

A questão da prostituição também seria objeto de análise e crítica social por parte da militância libertária, como pode ser visto ainda nesta nota: “Quantas infelizes, na sua maioria filhas de trabalhadores, passados esses três dias em que no convívio com o vício perderão todo o pudor e prostituíram-se, irão reforçar as fileiras das mercadoras do seu próprio corpo”.²³³

Assim, o período das festividades do carnaval agravariam uma série de contradições sociais, dentre elas a prostituição. Esta, seria alvo de um profundo debate nos meios libertários. Afastando-se de um discurso que romantizaria a situação das prostitutas, o discurso anarquista denunciaria que esta contradição baseia-se na divisão de classes e na exploração econômica. Rago enfatiza que “Fundamentalmente, a prostituição é denunciada no discurso anarquista em relação à dominação de classe: o burguês é um sedutor que explora operárias inocentes; a fábrica é um antro da perdição e a miséria financeira leva as mulheres pobres a venderem o próprio corpo para garantirem o sustento da família. A origem do problema é essencialmente econômica.”²³⁴

Sendo assim, a denúncia da exploração sexual insere-se no arcabouço das reivindicações a serem trabalhadas pelo conjunto da classe trabalhadora. A luta por uma vida digna e por melhores condições de existência deveria passar pelo fim dessa forma de exploração, através da emancipação da mulher. Rago complementa:

Nisto, este discurso segue um caminho diametralmente oposto ao burguês, que apresenta o estado de prostituição como antinômico ao de trabalho. A prostituta trabalha, se cansa, é usada e explorada tanto quanto a operária. Por isso ela não deve ser desprezada nem marginalizada, dizem os libertários, já

232 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 2, p. 3, fev. de 1921.

233 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 2, p. 3, fev. de 1921.

234 RAGO, Margareth. “Do Cabaré ao Lar.” p. 108-109.

que é mais uma vítima da exploração do capital.²³⁵

A nota prossegue fazendo um chamado à consciência e organização dos trabalhadores. Notamos que há um reconhecimento da importância do lazer e dos espaços de divertimento, mas a Liga orienta que os trabalhadores procurem aqueles que “elevem sua moral”. Desta forma, conclamava:

Proletários, observai bem todo esse tétrico quadro que se apresenta aos vossos olhos: refleti nas tristes consequências dessa mistificação que se chama Carnaval e negai o vosso apoio a essa festa libertina, não prestando-vos ao deprimente papel de arlequins, depois de já serdes escravos.²³⁶

A defesa da importância dos momentos de lazer no cotidiano da vida operária não era estranha aos anarquistas e sindicalistas revolucionários. A luta pelas oito horas de trabalho, pauta que assume grande centralidade nas reivindicações do movimento operário desde meados do século XIX, apresentava um projeto muito claro para o dia-a-dia dos trabalhadores: oito horas de trabalho, oito horas de descanso, oito horas de lazer.

Assim, a questão apresentada pela Liga é sobre que formas de lazer seriam mais indicadas ou não. A própria nota esclarece esse aspecto:

Precisais também de procurar distrações. Não vos negamos esse direito, mas, procurar, aquelas que elevem a vossa moral e não as que a corrompa. Não temos ilusões, pois, sabemos perfeitamente que essas palavras ainda são insuficientes para convencer e afastar-vos dessa hipócrita moral burguesa, porém, lembrai-vos sempre delas porque são sinceras e um dia chegará, em que com elas só visávamos a verdadeira moral e a paz para os vossos lares.²³⁷

O objetivo, portanto, não era tão somente o de condenar os momentos de descontração dos trabalhadores, e sim de disputar esses momentos com o projeto hegemônico construído pela sociedade burguesa. Rago chama a atenção para essa intenção pedagógica:

Fica evidente a intenção pedagógica que permeia o discurso anarquista, preocupado em formar o militante político consciente, combativo e produtivo. Nessa medida, entende-se o moralismo desta doutrina que visa atingir um número cada vez maior de trabalhadores e trazê-los para a causa da revolução, fazê-los manter uma constância relativa na participação nos centros de estudo, na leitura dos jornais operários, nas discussões com seus companheiros e nas manifestações públicas. Uma maneira de viver, pode-se dizer, está comprometida com este discurso: não se trata apenas de introduzir

235 RAGO, Margareth. “Do Cabaré ao Lar.” p. 109.

236 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 2, fev. de 1921, p. 3.

237 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 2, fev. de 1921, p. 3.

uma série de interdições, impedindo que os operários joguem, dançam ou bebam nas horas de lazer, mas de interferir positivamente, fazendo com que se engajem politicamente e que abram mão de uma atividade em benefício de outras.²³⁸

Essa questão torna-se central à medida que se entende os espaços de lazer como espaços de formação dos indivíduos. Ou seja: espaços de construção de consciência. Dessa forma, não bastaria condenar os eventos tradicionais de diversão, faz-se necessário apresentar uma alternativa em consonância com os princípios socialistas. Uma alternativa construída pelos próprios trabalhadores. Para a construção dessas alternativas, a associação de classe apresentaria-se como espaço privilegiado de construção.

Assim, defendendo a organização da classe operária como elemento central da luta, o período de refluxo no movimento operário vivido em 1921 aflige os militantes da Liga. Preocupavam-se principalmente com os efeitos que a diminuição dos trabalhadores em suas associações de classe resultassem em seu abandono, o que poderia significar seu enfraquecimento e, em consequência, a perda das melhorias trabalhistas obtidas nos últimos anos. Antonio de Azevedo escreve um artigo de capa de um boletim sobre a questão, fazendo um balanço histórico da associação e analisando a atual conjuntura. No artigo intitulado “Inconsciência”, ele faz duras críticas:

Apesar da Liga Operaria da Construção Civil contar já dois anos e sete meses de existência, ainda existem operários pertencentes à classe, que ainda não compreendendo as vantagens que desde o seu início tem ela trazido para a classe, ainda não se associaram e muitos levam a inconsciência até o ponto de fazerem propaganda contra a associação, que sempre procurou o bem-estar para toda a coletividade.

Outros, embora associados, não respeitam as resoluções que em benefício da classe, tem tomado a Liga. Trabalham por menos da tabela de salários mínimos, fazem extraordinários e apesar de domingo ser considerado um dia para o descanso e ter a Liga deliberado que quando houver necessidade de se trabalhar até às 3 horas, prejudicando assim, a associação e a si próprio e beneficiando o *patrãozinho*.

Não imaginam esses inconscientes que com isso armam a fogueira em que se hão de queimar, pois, enfraquecendo sua associação, dão forças aos empreiteiros e exploradores, cujo maior desejo é ver desaparecer a Liga, porque sabem que enquanto ela estiver de pé não poderão espezinhar impunemente a classe.²³⁹

Dentre os motivos apontados por Antonio para o desinteresse e até desprezo de muitos operários pelas questões sociais que os envolviam, estava a própria falta de

238 RAGO, Margareth. “Do Cabaré ao Lar.” p. 114-115.

239 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 2, fev. de 1921, p. 1.

participação na associação. Ele compreendia que a participação dos trabalhadores em suas assembleias e outros espaços do movimento operário já carregava uma qualidade formadora de consciência. De acordo com o militante,

Uma das causas da falta de compreensão desses maus companheiros, é sem dúvida sua falta de frequência às assembleias, pois, não comparecendo, não sabem do que se trata, não têm força de vontade e não sentem pulsar nos seus corações o amor à causa que é uma das condições necessárias para a vitória do nosso ideal.

Julgam muitos associados, que desde que paguem as suas mensalidades, cumpriram com todos os seus deveres para com a associação; porém, enganam-se porque a Liga como todas as associações sindicalistas de resistência, acima do dinheiro precisam, da consciência e solidariedade de todos os seus associados.

Outros, mais infelizes ainda – porque todo homem que sabendo que é um explorado e tendo um meio de libertar-se dessa exploração, não o adota, é um desgraçado – dizem que a associação é uma exploração e que não darão os seus dez tostões mensais para ela! Infelizes! Caluniam à aqueles que tudo sacrificam em benefício da coletividade e defendem os seus algozes, que se pudessem lhes arrancariam a última camisa!²⁴⁰

Ele conclui, apelando para a solidariedade de seus companheiros, e convocando-os a participar mais ativamente da Liga:

Entretanto, não lhes guardamos rancor, ao contrário, estamos prontos a considerá-los como camaradas de luta, no dia em que entrando um raio de luz da razão nas suas consciências, queiram vir nos trazer o concurso da sua solidariedade, na luta em prol do bem-estar para todos.

A.A.A.²⁴¹

Para ele, a solidariedade era a base da organização dos trabalhadores. Elemento fundamental na instrução moral defendida pelos entusiastas da educação racionalista, a solidariedade sempre foi exaltada pelos libertários. Antonio de Azevedo escreve em outro número um longo artigo sobre a questão afirmando,

A solidariedade

Um dos fatos que mais nos preocupam e causa admiração, é sem dúvida a dificuldade que ainda mostram muitos trabalhadores, em compreender e praticar a solidariedade, que é a base da organização para a reivindicação dos nossos direitos.

A propaganda dessa solidariedade, tem sido feita por todos os meios possíveis: conferências, jornais, manifestos, etc. E entretanto esses trabalhadores cada vez se mostram mais atrasados...

240 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 2, fev. de 1921, p. 1.

241 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 2, fev. de 1921, p. 1.

Essas reflexões, nos vem a propósito do que atualmente se observa em certos meios operários.²⁴²

Fazendo esse levantamento de todas as ações de organização e mobilização realizadas pelo movimento operário para envolver os trabalhadores em torno dessa solidariedade, Antonio lamenta a atitude de grande parte destes:

A maioria dos trabalhadores, julgando que as associações de resistência foram criadas unicamente para conseguir melhorias de salários e diminuição de horas de trabalho, vacilam em dar a sua solidariedade quando elas protestam e se agitam contra as perseguições que a burguesia capitalista e governamental vem fazendo às associações, que mais tem se distinguido naquelas reivindicações e também aos operários que pela sua inteligência, coragem e amor a causa dos oprimidos, têm se tornado os espantalhos da burguesia que por todos os meios procura fazê-los desaparecer.

É nesses momentos, em que a reação burguesa se organiza e com mais força se faz sentir contra nós, que mais necessário se torna mostrarmos a nossa força e coesão, porque se assim não o fizermos seremos esmagados e pouco a pouco, veremos desaparecer. as pequenas melhorias já conquistadas, realizando-se assim o ideal da burguesia que deseja ver por terra todas as associações operárias, para com mais vantagens dar pasto a sua ambição e tosquiar os trabalhadores inconscientes.²⁴³

Vemos como esse texto perpassa por diversos elementos cruciais do debate na época: a necessidade de organização, a luta contra a exploração, a perseguição e repressão das classes dominantes, etc. Ele segue, demonstrando como a sua noção de solidariedade se encaixa nesse contexto:

Dessa injusta organização da atual sociedade e dos meios violentos de que lança mão a burguesia para eternizar o seu domínio sobre a massa trabalhadora, é que surge a questão social e a necessidade de se unirem os explorados em associações para a defesa de seus direitos a vida. Essas associações portanto, além de procurarem o bem estar imediato para as classes que representam, visam também preparar moralmente os trabalhadores para futuras reivindicações de maior alcance.

Daí a necessidade de que todos os trabalhadores compreendam que sem haver solidariedade entre todos os explorados, jamais poderemos conquistar o nosso bem estar e que a nossa divisa deve ser *um por todos e todos por um*.²⁴⁴

Percebemos aqui como a solidariedade era encarada como base da organização e união dos trabalhadores. Oposta ao individualismo comum à sociedade capitalista, a solidariedade estimulava os trabalhadores a ajudarem-se mutuamente e se unirem contra as

242 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 3, abr. de 1921, p. 1.

243 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 3, abr. de 1921, p. 1.

244 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 3, abr. de 1921, p. 1.

injustiças impostas pelas classes dominantes.

Assim, o processo de luta dos trabalhadores, em si, já seria um passo rumo à construção de sua consciência. As melhorias conquistadas, ao elevar sua qualidade de vida, permitiriam lhes estudar mais e um maior engajamento político. A organização e a consciência caminhariam assim juntas. Deoclecio atribui no artigo “Hoje”, inclusive, ao ato de organizar-se uma característica de maior conscientização do trabalhador, pois

Diante da exploração solidamente organizada, os trabalhadores mais conscientes, convencidos de que agindo isoladamente nada poderiam conseguir, procuraram unir-se entre si e organizar-se em associações que lhes garantissem a satisfação das suas justas aspirações.

Essas organizações e manifestações de revolta hoje tão perseguidas, não são mais do que a continuação daquelas de que desde os tempos mais remotos nos fala a história.²⁴⁵

Ao explicitar sua perspectiva internacionalista, Deoclecio sugere a orientação revolucionária que o associativismo defendido pela Liga aponta. Entendendo as associações de trabalhadoras como principais motores da transformação social, elas se articulariam em espaços mais amplos, no sentido oposto ao do Estado burguês centralizado. Assim, as associações de trabalhadores serão o embrião dessa sociedade futura, onde a propriedade se tornaria coletiva e todos trabalhariam. Vemos portanto que o federalismo é outro elemento nitidamente intrínseco à sua lógica e princípio. Neste sentido, propunham:

É necessário que os trabalhadores se organizem em associações de classe, estas em federações que por sua vez se constituirão em confederações que atravessando as pátrias burguesas e demolindo os marcos que fazendo as fronteiras dividem os povos, vão unir-se aos explorados de todo o globo, formando assim a Internacional dos Trabalhadores, que há de amanhã implantar a verdadeira Liberdade, Igualdade e Fraternidade sobre a Terra!

E então, sobre as ruínas desta sociedade corrompida, erguer-se-ia um novo mundo onde cada um produzirá de acordo com as suas forças e consumirá conforme suas necessidades.

Porém, enquanto o sol despontando no horizonte não ilumine a terra livre, aproveitemos a nossa organização, opondo um dique a desenfreada exploração capitalista, procurando conquistar melhorias econômicas para não nos deixarmos morrer de fome e por a salvo a nossa saúde, dos males provenientes do trabalho excessivo e das privações que passamos. “Boicotemos” os vícios que embrutecem o espírito e arruinam o corpo e nas horas de folga, eduquem-nos assim como aos nossos infelizes filhos e a todos os desprotegidos, vítimas da atual sociedade que ainda se conserva de pé por estar sustentada pela ignorância dos povos.

D.A.A.

245 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 3, abr. de 1921, p. 2.

O carpinteiro Antonio Marques também dá ênfase à importância das associações. Para ele elas são como escolas, onde trabalhadores educam-se a pensar e a resolver os problemas sociais que sofrem:

A associação é a escola em que os trabalhadores poderão cultivar o seu espírito e estudar os problemas que se com o bem-estar da humanidade que sofre (sic.). É nela que devem congregiar todas as forças do proletariado, preparando e solidificando os alicerces, sobre os quais, será construída a nova sociedade – uma sociedade em que não haja lugar para a exploração do homem pelo homem e onde todos aqueles que trabalham tenham direito à vida.

A. Marques²⁴⁶

Assim, podemos perceber com clareza como a prática organizacionista na qual a Liga se insere entendia o processo de união e luta dos trabalhadores como um processo também educativo.

No entanto, à medida que a repressão do Estado avança, o direito à organização sindical é cada vez mais ameaçado. Como já foi dito, a conjuntura política de 1921 é preocupante: perseguições, prisões, fechamentos de sindicatos e escolas, etc. Tal quadro afasta cada vez mais os trabalhadores da organização operária, temerosos de envolver-se com assuntos sindicais.

Os militantes sindicais estão portanto focados em convocar os trabalhadores de volta às suas associações. Antonio Marques faz outro chamado à conscientização dos trabalhadores e à importância de organizarem-se em um contexto em que estão tão vulneráveis:

Por toda a parte os trabalhadores unem-se e procuram reivindicar seus direitos a vida e fatalmente terão de vencer, bastando para conseguir essa vitória, a sua união consciente e como arma, unicamente cruzar os braços, porque sem o impulso deles nada se move sobre a terra.²⁴⁷

De maneira contundente, ele faz uma dura crítica à repressão promovida pelo Estado:

No Brasil, onde os trabalhadores começam a esboçar a sua resistência à exploração capitalista, também já se está fazendo sentir a reação burguesa, que procura acabar com as organizações operárias e se assim o fazem, é, porque sabem que as associações operárias são escolas onde o trabalhador desenvolve o seu espírito e aprende a reivindicar os seus direitos. Porém, com essa reação absolutamente não devem desorientar-se os trabalhadores

246 Boletim da Federação Operaria do Estado do Rio, nº 5, junho de 1921, p. 3.

247 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 2, fev. de 1921, p. 2.

conscientes, porque sempre tem sido assim: conforme desenvolve-se a mentalidade dum povo os seus dirigentes procuram conservá-lo na opressão, criando leis inquisitoriais que o obrigam pelo terror a conservar-se escravo e submisso.²⁴⁸

Colocando novamente as associações operárias como escolas, ele reafirma o que já dissemos sobre o processo educativo da organização dos trabalhadores. A partir dessa perspectiva, ele faz um apelo:

Trabalhadores, meditai e fixai o vosso olhar na miséria que vos rodeia, por toda a parte o mal-estar, a fome, a tuberculose e a desonra de centenas de mulheres proletárias, muitas vezes obrigadas a mercadejar o seu corpo pela falta de recursos.

-Deixai as tabernas onde tantos trabalhadores embrutecem o seu cérebro, procurando afogar a miséria no álcool e procurai a vossa associação de classe, porque nela encontrais o alívio para a vossa dor.

Vinde para a associação, porque ela é o baluarte dos oprimidos, o farol que ilumina o caminho da Liberdade e transforma o homem mais inconsciente, num ser ativo e consciente.

Ela é o templo onde se defendem os mais sagrados direitos dos homens: o Amor, a Família, a Justiça e a Liberdade.

A. M.²⁴⁹

É importante frisar que a defesa dessas ideias não era privilégio apenas da Liga, mas apoiavam-se em um acúmulo histórico do movimento sindical. Era assim, comum à diversas associações, inclusive à *Federação Operária do Estado do Rio*, a qual a Liga era filiada. O quinto número do Boletim deixa de pertencer apenas à *Liga Operária da Construção Civil* para tornar-se de toda a Federação do Estado do Rio.

O motivo da mudança não é claro, mas acreditamos que está relacionado ao fato de que provavelmente a Liga, mais antiga e mais bem estruturada que a recém formada Federação, compreendia que era muito importante emitir uma opinião desta, que não possuía informativo. Eles apresentam o novo Boletim:

Aos Trabalhadores do Estado do Rio

A contar do presente número, este Boletim que pertencia a Liga Operaria da Construção Civil, de Niterói, passa a ser publicado pela Federação Operaria do Estado do Rio, da qual é a Liga federada.

Com essa medida, deixa pois o Boletim de ser apenas de uma classe, para pertencer a todas as organizações filiadas a Federação que procurará aumentá-lo para intensificar mais a propaganda entre os trabalhadores do Estado do Rio, ainda na sua grande maioria completamente desorganizados; ou o que é pior fazendo, parte de associações cujos princípios longe de

248 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 2, fev. de 1921, p. 2.

249 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 2, fev. de 1921, p. 2.

contribuírem para a sua emancipação, embrutece-os e conserva-os na maior apatia pelas questões que mais de perto os devia interessar.²⁵⁰

Assim, o Boletim continua a seguir a mesma linha de raciocínio. A federação mostra-se preocupada com a desmobilização dos trabalhadores e apontando a importância das associações de classe para o avanço da consciência dos trabalhadores e para a manutenção de seus direitos. Podemos facilmente observar, inclusive, o quão presente a Liga continua sendo no Boletim. A maior parte dos artigos publicados nele são justamente de Antonio e Deoclecio Augusto de Azevedo, Angelo Liguori e Antonio Marques.

No entanto, não seria qualquer tipo de associação que possuiria um caráter pedagógico para a classe trabalhadora. É recorrente a crítica às associações beneficentes e reformistas, que teriam um papel nefasto para a classe. Na prática, pouco se diferenciariam da falsa benevolência da burguesia. Para a Federação,

em lugar de empregar as cataplasmas das beneficências e outras panaceias, para curar esse mal já tão enraizado que é a exploração capitalista; empreguemos o grande remédio que é a união de todos os trabalhadores em sindicatos de ofícios ou, de classes, esses em federações regionais essas em uma confederação nacional e assim teremos todos os trabalhadores do Brasil unidos para a defesa dos seus interesses contra o inimigo comum, o capitalismo.²⁵¹

Além disso, haveria a leitura de que os ganhos obtidos à curto prazo, ainda que dentro do regime capitalista, contribuiriam para avanços mais significativos. A lógica é simples: se quanto mais explorados os trabalhadores estão, mais inconscientes se tornam; quanto menos explorados, mais conscientes podem tornar-se. Assim conclama a *Federação Operária do Estado do Rio*:

Companheiros! Trabalhando menos horas por dia, poupamos as nossas forças; ganhando maiores salários, poderemos nos alimentar e vestir melhor preservando assim a nossa saúde; e acima de tudo: procurando as luzes da instrução para nossos cérebros, aprenderemos a conhecer os nossos direitos e deveres e iremos pouco a pouco trabalhando para abater o monstruoso regime de iniquidade em que vivemos e que só devido ignorância da grande maioria dos trabalhadores ainda se conserva de pé.²⁵²

Já em outubro, a Federação lança um importante texto de conjuntura, que avalia o

250 Boletim da Federação Operária do Estado do Rio, nº 5, junho de 1921, p. 1.

251 Boletim da Federação Operária do Estado do Rio, nº 5, junho de 1921, p. 1.

252 Boletim da Federação Operária do Estado do Rio, nº 5, junho de 1921, p. 1.

contexto do movimento operário da época. Em sua compreensão,

O Maior Perigo

A questão Operária no Brasil atravessa um período crítico.

Os trabalhadores já organizados, estão abandonando em grande número as suas associações de classe, deixando-se levar pelo desânimo e pela mistificação burguesa, não imaginando o abismo que os espera, se assim continuarem a proceder.

Não compreendem eles, que abandonando as suas associações enfraquecem-nas e dão forças a burguesia, que livre da pressão sobre ela exercida pelas associações operárias, irão pouco a pouco tomando tudo quanto foi obrigada a conceder aos operários.²⁵³

A nota da Federação prossegue, fazendo um balanço histórico do sindicalismo brasileiro. Notamos que um dos maiores problemas percebidos é a “mistificação”. Ou seja, a propaganda de ilusões que escamoteiam as verdadeiras contradições da sociedade capitalista e desviam o foco da luta dos trabalhadores. Assim, novamente a política institucional e dominante é alvo de críticas. No entendimento da Federação, a vulnerabilidade dos operários passava pela “indiferença ou indecisão das massas trabalhadoras” que “são justificadas por algumas causas e entre essas, a que mais tem contribuído para a derrocada, é sem dúvida nenhuma a confusão, que consciente ou inconscientemente se tem estabelecido na propaganda feita entre os trabalhadores.”²⁵⁴

Relembrando a formação do movimento operário brasileiro, a Federação afirma:

No seu início, procurou-se dar as organizações operárias um cunho essencialmente sindicalista, afastando-as de todos os elementos estranhos às classes, a fim de acostumar os trabalhadores a resolverem as suas questões com o patronato.

Esse método de luta deu os melhores resultados, porque, além das melhorias conseguidas pelas classes organizadas, serviu também para demonstrar ao proletariado, que ele também pode impor a sua vontade e conseguir o seu bem-estar, sem outro auxílio que a sua solidariedade.²⁵⁵

A reafirmação dos frutos que esse processo de luta rendeu parece ser um consenso, mas o balanço não avalia apenas os fatores positivos, como também os problemas que passaram a crescer no meio operário e, para eles, são os motivos que geraram dificuldades, por eles então vividas:

²⁵³ Boletim da Federação Operaria do Estado do Rio, nº 8, outubro de 1921, p. 3.

²⁵⁴ Boletim da Federação Operaria do Estado do Rio, nº 8, outubro de 1921, p. 3.

²⁵⁵ Boletim da Federação Operaria do Estado do Rio, nº 8, outubro de 1921, p. 3.

Porém, com o decorrer do tempo, a propaganda foi se deturpando com a intromissão no nosso meio, de muitos indivíduos que intitulando-se socialistas, bolchevistas, etc, nada mais eram do que simples mistificadores. O fim principalmente visado por esses elementos, era unicamente insinuarem-se na simpatia dos trabalhadores, preparando pela sua lãbia, o terreno necessário para a realização das suas ambições de mando e preponderância sobre os mesmos, caso conseguissem qualquer transformação no atual regímen.

Visando apenas serem os nossos dirigentes de amanhã, passaram para o nosso lado por julgarem o momento propício, iludidos pela agitação que viam reinar nos meios proletários; mas, desfeitas as suas ilusões, pela observação que de perto fizeram das nossas forças, passaram-se novamente para o outro lado...

Assim, é, que vemos indivíduos que ontem pregavam contra a exploração do capitalismo, tornarem-se hoje exploradores do nosso suor e escravizadores dos seus companheiros de ontem; e outros que em conferencias, comícios, etc. faziam a mais cerrada propaganda contra a política dominante, acorrentarem-se a essa mesma política e para a satisfação de mesquinhos interesses, prestarem-se aos mais repugnantes papeis.

Entretanto, o que é mais curioso em tudo isso, é ver esses indivíduos continuarem a dizer-se socialistas e amigos do povo, pouco se preocupando que as ações desmintam as suas palavras.²⁵⁶

A crítica às vertentes reformistas e conciliadoras de classes é, portanto, elemento fundamental para pensarmos a política defendida pela Federação, e, como veremos, se materializará em uma acirrada disputa interna. Em contraposição, é bastante perceptível a importância dada à tradição sindical por ela seguida, e a reivindicação do histórico de luta na qual ela se insere. A nota finaliza alertando os trabalhadores:

Porém, esses factos não devem nos causar admiração nem desânimos, pois, eles vem demonstrar que o despertar do povo trabalhador, já está causando apreensões a todos aqueles que tem a sua opulência ou bem-estar, assegurados a custa da miséria desse mesmo povo.

É para a defesa dessa opulência e dos seus preconceitos, que está surgindo entre nós o *socialismo* do burguês, do padre, do politico, enfim, de todos os parasitas sugadores do nosso suor.

É esse o maior perigo para a nossa causa. É a mistificação a arma mais perigosa, justamente por ser a mais traiçoeira.

Portanto, é necessário que os trabalhadores não se deixem ludibriar pela lãbia da burguesia e dos seus agentes mascarados, que se dizendo nossos amigos, não têm outro ideal que a perpetuação do seu domínio sobre o proletariado.²⁵⁷

256 Boletim da Federação Operaria do Estado do Rio, nº 8, outubro de 1921, p. 3.

257 Boletim da Federação Operaria do Estado do Rio, nº 8, outubro de 1921, p. 3.

Tais perspectivas, que encontramos ilustradas nos Boletins, e que desenvolvem-se de maneira afinada não apenas entre os militantes da Liga, mas com a Federação do Estado do Rio e com sua ampla tradição sindical, são basilares para a construção de sua política educacional que materializará em seu projeto escolar.

Vemos também que a escola, na compreensão dos sindicalistas revolucionários reunidos na Liga, não era o único espaço de formação do indivíduo. O processo de organização e luta ocupam um lugar de destaque na construção da consciência operária. Assim, podemos dizer que as assembleias, piquetes, reuniões, greves, congressos, manifestações, comícios, ou seja, todas essas práticas comuns à luta sindical, possuíam uma significativa dimensão pedagógica, o que era reconhecido e valorizado pelos militantes.

Como vimos, todas essas iniciativas estiveram muito presentes no contexto da Liga desde a sua formação, inclusive estará durante a fundação da *Escola da Liga*.

2.3. A Escola da Liga: A Educação Operária Enquanto Projeto Sindical

Como foi observado, a *Liga Operária da Construção Civil*, inserida na *Federação Operária do Estado do Rio*, possuía uma preocupação significativa com a instrução dos trabalhadores.

Essa preocupação, comum ao movimento operário de maneira ampla, como visto nos Congressos Operários, impulsionou diversas táticas que foram desenvolvidas para a disseminação de cultura e conhecimento entre a classe: a formação de bibliotecas, grupos teatrais, propaganda e a formação de escolas.

Assim, a *Liga Operária da Construção Civil*, como uma associação de grande destaque na cidade, não tarda a iniciar uma política voltada não somente em uma disputa econômica pautada na ação direta, mas também preocupada com uma das questões que mais afligem diretamente a maior parte da classe trabalhadora na época: a demanda pela instrução.

Dessa forma, e a fim de estabelecer uma prática educacional correspondente à estratégia política defendida na Liga, a associação estabelece um plano orçamentário que seja capaz de suprir tal demanda. Os festivais operários, tão comuns desde fins do século XIX, tornam-se um dos melhores meios para garantir, simultaneamente, a renda e a divulgação necessárias para este fim. Em janeiro de 1921, o Boletim da Liga anunciava:

Festival pró escolas

No próximo dia 15 realiza-se no Teatro Municipal, gentilmente cedido pelo Sr. Prefeito desta cidade, um grande festival promovido pela Liga, para com o seu produto iniciar a reação de escolas para os associados e seus filhos.

É, pois, um dever de honra de todos os companheiros, dar o seu concurso a esta nossa iniciativa, procurando adquirir as entradas, que podem ser procuradas na nossa sede, à rua de S. João n. 95.²⁵⁸

A prática de desenvolver festivais com o objetivo central de angariar fundos para a criação de escolas não era novidade nos meios operários brasileiros. Ao estudar um festival responsável pela Escola Moderna nº 1, em São Paulo, Foot Hardman afirma: “As festas operárias pró-Escolas Modernas ocorriam com alguma frequência. A precariedade material era evidente, a julgar pelas doações recebidas pela ocasião de uma quermesse beneficente (...). A renda dessa quermesse mal deu para cobrir as despesas da festa.”²⁵⁹

Assim, os festivais não tinham como o único fim arrecadar recursos, mas também eram uma oportunidade ideal para divulgar ideias e propagandear a própria escola. Como Lenoir nos lembra, há uma profunda coerência entre o projeto educacional do sindicalismo revolucionário e o desenvolvimento de espaços de lazer e artes organizados pelos trabalhadores: “Se os laços entre educação, organização e emancipação social são estreitos e incessantemente reafirmados, nada impede, ressaltemo-lo, ao sindicalismo – que não se deve com um moralismo – organizar noites recreativas, e, até mesmo, representações teatrais.”²⁶⁰

O Festival articulado pela Liga parece ter sido um sucesso considerável. É interessante que ele incorpora os outros elementos de educação aqui apontados, como a música, a propaganda e o teatro. O boletim do mês seguinte relatava a atividade:

Festival pró-escolas

Realizou-se no dia 15 de janeiro ultimo, no Teatro Municipal, desta cidade, o festival que havia sido anunciado para esse dia, em benefício da reação de uma escola para os associados e seus filhos.

O festival que esteve bastante concorrido, constou de uma conferencia sobre a questão social, pelo Dr. José Oiticica, que prendeu a atenção da assistência durante todo o tempo que durou a sua bela conferencia, recebendo ao terminar uma longa salva de palmas; e da representação pelo Grupo Dramático Ismênia dos Santos, da peça em 5 atos *A Tomada da Bastilha* que foi muito bem desempenhada pelos artistas que nela tomaram parte, que foram muito aplaudidos pela plateia.

258 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 1, jan. de 1921, p. 4.

259 HARDMAN, Francisco Foot. “Nem Pátria, Nem Patrão”, p. 80/81.

260 LENOIR, Hugues. “Educar para Emancipar”, p. 40.

Durante os intervalos tocou a orquestra do Grêmio Dramático Renovação que foi muito apreciada. O festival correu sempre na melhor ordem, reinando sempre o maior entusiasmo e terminou com a Internacional, executada pela orquestra e acompanhada por toda a assistência.²⁶¹

Também chama a atenção os grupos e militantes que compuseram o evento, como o professor anarquista José Oiticica e o *Grêmio Dramático Renovação*. Este último era notoriamente composto por diversos atores e atrizes de orientação anarquista, e participava de diversos festivais operários. Edgar Rodrigues fala um pouco sobre a fundação do grupo, no final de 1920, sua composição e as peças que eles ensaiavam:

Por isso em 1920, os *Grupo Dramático Germinal* e a *Orquestra Social Quatro de Abril* fundem-se para resistir às baixas infrigidadas pela polícia e nasce o *Grêmio Artístico Renovação*, iniciado no dia 16 de dezembro daquele ano, aulas de música, palestras e representações teatrais. Seus arquivos registram centenas de conferencistas, entre eles José Oiticica, Fábio Luz, Carlos Dias, Dra. Estelina Lins, Jean Esteves Dublin, Dr. Raja Gabadlia e outros. No campo teatral aparecem as representações das peças: *Os Pebleus*, *Mater Dolorosa*, *Amores em Cristo*, *Exemplos a Casados*, *Os Espectros*, *Greve dos Inquilinos*, *O Operariado*, *Ave de Rapina*, *Um Amigo do Diabo*, *Perdi Minha Mulher* e *Por Ser Feliz*.²⁶²

O grupo fazia parte dos diversos coletivos de teatro operário que existiam na época, e tinha uma intenção política claramente libertária. Em depoimento à Edgar Rodrigues, o militante anarquista Amílcar dos Santos descreve o grupo, reforçando que ele “prestou relevantes serviços ao proletariado e ao anarquismo”. Ele também cita diversos militantes anarquistas de destaque que teriam contribuído com o grupo, além de Oiticica e Fábio Luz, como Antonio Trigo, Luciano Trigo, Leite, Gravina, Maria Antônia, Angelina e Matilde Soares.²⁶³

Depois da realização do Festival, a Liga, como era de costume, apresenta em seu Boletim uma prestação de contas, já que este fora financiado diretamente pela associação dos construtores. No orçamento, vemos que a organização rendeu frutos, e com mais de trezentos e cinquenta entradas vendidas, a renda esperada deve ter sido garantida. Informava o Boletim:

Balancete do festival pró-escolas realizado em 15 de janeiro de 1921

RECEITA

²⁶¹ Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 2, fev. de 1921, p. 4.

²⁶² RODRIGUES, Edgar. “O Anarquismo na Escola no Teatro na Poesia” p. 123.

²⁶³ RODRIGUES, Edgar. “O Anarquismo na Escola no Teatro na Poesia” p. 132.

Entradas vendidas:	
191 Poltronas	573\$000
16 Frizas	240\$000
18 Camarotes	216\$000
23 Galerias nobres	69\$000
80 Varandas	160\$000
35 Gerais	35\$000
	=====
SOMA	1:293\$000

DESPEZA	
Grupo Dramático	550\$000
Orquestra	57\$000
Imprensa de entradas e programas	48\$000
Despesas diversas	22\$000
	=====
SOMA	677\$000

SALDO 616\$000²⁶⁴

Finalmente, arrecadados os recursos necessários e feita a devida propaganda da nova iniciativa, dois meses depois é declarada a fundação da escola na Rua São João n. 95, lugar utilizado como sede de diversos sindicatos, entre eles a Liga. A fundação da escola é informada em outros boletins operários, como *A Voz do Trabalhador*, como registra Edgar Rodrigues:

Em Niterói fundava-se a Escola da Liga da Construção Civil, sob a direção de Rui Gonçalves e na Bahia o Grupo Escolar Carlos Dias, é o que informa *A Voz do Trabalhador* - órgão do “sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes dos Trabalhadores em Geral”²⁶⁵

A escola fica sob responsabilidade do Prof. Ruy Gonçalves, militante anarquista que já havia contribuído com diversos jornais sindicalistas e libertários. Citamos, entre eles, o *Liberdade* (1917-1919) e *O Clarim* (1913-1917), ambos organizados pelo também educador anarquista Pedro Matera. Podemos ver pela nota de fundação da escola que a associação tinha grande consideração por ele ao publicar a seguinte nota:

A escola da Liga
Inaugura-se hoje 1º de Abril, a nossa escola.
No momento de apatia e de torpor em que se encontram os nossos camaradas essa inauguração deve sacudi-los desse letargo em que se estacionam para virem receber em nossa sede a instrução.
A Liga confiou ao companheiro Ruy Gonçalves a missão espinhosa de

²⁶⁴ Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 2, fev. de 1921, p. 4.

²⁶⁵ RODRIGUES, Edgar. “O Anarquismo na Escola no Teatro na Poesia” p. 62.

dirigir a sua escola.

Resta, pois, que os camaradas procurem corresponder, não só aos esforços da Liga que montou uma escola com todos os requisitos necessários e, aos do companheiro Ruy Gonçalves, que tem sido, como todos nós sabemos, o espírito forte que doutrina e ensina para vencermos na grande obra da remodelação social.²⁶⁶

A nota também apresenta o programa de ensino da escola, descrevendo sua sistematização:

O programa de ensino é o seguinte:

Curso preliminar: Leitura, lições de cousas, noções de aritmética, de geografia e de português; Curso geral: Português, Aritmética, Geografia, Historia Universal, Sociologia e Corografia do Brasil.

A escola funcionará na nossa sede à rua de São João n. 95, começando as aulas às 18 horas e terminando às 21.

Avante, companheiros!²⁶⁷

O conteúdo da escola parecia não diferir muito daquela ensinada em outras de mesmo caráter. Ao estudar o programa de ensino das Escolas Modernas nº 1 e nº 2 em São Paulo, José Damiro aponta que este “era organizado basicamente em leitura, caligrafia, gramática, aritmética, geografia, geometria, botânica, geologia, mineralogia, física, química, história, desenho, etc.”²⁶⁸

Sendo uma escola menor em comparação com suas irmãs paulistas, seria de se esperar que seu programa curricular fosse mais reduzido. Mas vemos que o “curso preliminar” é ainda mais enxuto, apresentando apenas leitura, lições de coisas e noções básicas de aritmética, geografia e de português. Acreditamos que esse fato se relacionava diretamente com o público ao qual as aulas eram direcionadas, à categoria da construção civil, que como vimos era composta majoritariamente por trabalhadores analfabetos, sem escolaridade básica. A escola destinava-se, portanto, ao conjunto da classe, sem haver distinções entre os trabalhadores. Como Lenoir afirma,

Para os sindicalistas revolucionários, a educação concerne ao conjunto do movimento sindical, e que não se trata absolutamente para eles de distinguir a formação da massa e a formação dos militantes, ainda que fossem membros da minoria ativa que anima o jovem sindicalismo.²⁶⁹

266 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 3, abr. de 1921, p. 4.

267 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 3, abr. de 1921, p. 4.

268 MORAES, José Damiro de. “Leitura que Recomendamos – O que Todos Devem Ler”: Impressos Didáticos e Ensino de História nas Escolas Anarquistas. p. 47

269 LENOIR, Hugues. “Educar para Emancipar”, p. 28.

Assim, a perspectiva de instrução colocada sobre a escola à categoria a qual ela representa é visível. Nesse sentido, ela parece gerar uma grande expectativa para o movimento operário, a fim de que os trabalhadores saiam desse “momento de apatia”.

Em um artigo publicado no *Boletim da Liga de maio*, Angelo Liguori instiga os trabalhadores, convocando-os para estudar na escola. No artigo “A Instrução”, ele reforça a importância que a educação possui para a classe trabalhadora:

Um dos maiores flagelos das classes proletárias, é sem dúvida nenhuma, a sua falta de instrução.

É daí que partem quase todos os males e contratempos que sofrem essas mesmas classes, quando procuram reivindicar os seus direitos.

Reconhecendo esse mal e procurando remediá-lo, a Liga fundou no dia 1º de Abril ultimo, uma escola noturna para os associados e seus filhos, tendo ela como professor o esforçado camarada Ruy Gonçalves.²⁷⁰

No entanto, ainda que essa questão pareça ser central na perspectiva dos militantes que estavam à frente da organização da associação, o fato de ainda haver uma apatia considerável dentre a categoria desanima a militância local. Angelo, conhecendo o quadro de precariedade da instrução entre sua categoria, questiona:

Apesar da escola estar fundada à um mês, as suas aulas não tem a frequência que era de esperar.

Porque esta falta de vontade dos nossos companheiros? Será que todos têm já a instrução necessária?

Não o acreditamos, porque pode-se dizer sem receio de errar, que em grande maioria os trabalhadores são analfabetos; não se compreendendo portanto qual o motivo porque fogem da escola, que só benefícios lhes poderá trazer.

Não compreendem esses trabalhadores, que só a burguesia poderá ter vantagens com nossa ignorância, porque, o trabalhador sem instrução é mais facilmente explorado do que aquele que conhece os seus direitos.²⁷¹

Perguntando-se o porquê do ocorrido, Liguori investe ainda mais na sua estratégia, propagandear a escola:

Portanto, é preciso que todos os companheiros, refletindo, em o quanto são explorados, vejam a grande falta que lhes faz a instrução para a defesa dos seus direitos, usurpados pela exploração burguesa e venham quanto antes frequentar a nossa escola, afastando-se desse fantasma que é o analfabetismo e rasgando o negro véu da ignorância!

Angelo J Liguori²⁷²

270 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 4, mai. de 1921, p. 4.

271 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 4, mai. de 1921, p. 4.

272 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 4, mai. de 1921, p. 4.

Assim, é reafirmada a questão da demanda da classe trabalhadora como um dos maiores problemas que esta encontra, e apontada enfaticamente a solução da escola. Ainda no *Boletim da Liga*, Ruy Gonçalves também disserta sobre a questão da consciência operária em um extenso artigo. O professor também parece bastante preocupado com a conjuntura de apatia geral entre os trabalhadores:

Conscientes e Inconscientes

Não se pode compreender porque razão os operários vão cada vez mais, se afastando das suas associações de classe. Parece que esses homens acostumados à luta vão, pouco a pouco, caindo num torpor que os arrastará, por fim, ao enervamento geral.

É o que se observa atualmente nas grandes massas trabalhadoras. O afastamento desses seres produtores das suas associações determina neles a inconsciência e, daí, todos os males que os pode assaltar e dos quais o burguês ganancioso e astuto tirará o melhor partido.²⁷³

Segundo Ruy, esse quadro nefasto, que afasta os trabalhadores de suas associações e de uma oportunidade de melhorar sua instrução, só beneficiaria a classe burguesa. Pois, “A exploração capitalista rejubila-se com esses estádios de modorra e de apatia em que caem os operários porque eles, os vis parasitas, armam-se preparam-se, organizam-se para atacá-los no momento oportuno.”²⁷⁴ Contra os argumentos demagógicos que ignoram as questões sociais no Brasil da época, ele rebate:

Dizer-se que no Brasil não há questão social é uma mentira odiosa.

A questão social existe no Brasil e existirá sempre até o dia em que todos os trabalhadores saibam compreender o valor da união e da solidariedade.

Ora, essa união e solidariedade não é apenas a do auxílio pecuniário, mas, sim, a do apoio moral, muito mais forte do que o apoio monetário, que é vil, que corrompe, que avilta, porque no fundo está a humilhação. Subscrever listas é um processo ridículo e irrisório; esse processo fere fundo os ideais libertários porque não é racional.

O auxílio monetário indica e revela uma prática dos hábitos burgueses: a da subscrição; a lista duma subscrição embora não o seja aparentemente é, no fundo, pelos fins a que se propõe uma lista de esmola e, a esmola é, sempre, um atentado que vexa quem a recebe porque o que se dá, nem sempre, primou pela lisura e honradez.

Assim o explorador que dá uma esmola mesquinha ao faminto, eleva-se, ao passo que o faminto – vítima do ganancioso explorador – desce ao nível dos cães esfaimados a quem se atira um osso e dá-se um pontapé.²⁷⁵

273 Boletim da Liga Operaria da Construção Civil, nº 4, maio de 1921, p. 4.

274 Boletim da Liga Operaria da Construção Civil, nº 4, maio de 1921, p. 4.

275 Boletim da Liga Operaria da Construção Civil, nº 4, maio de 1921, p. 4.

Vemos como a crítica às associações beneficentes e a defesa de um sindicalismo de resistência está presente também no discurso do professor. Ruy enfatiza essas questões tão debatidas pela associação, que pareciam caminhar sempre juntas: o mal da *inconsciência* dos trabalhadores, a importância das associações de classe e a ferramenta de luta que é a *Escola da Liga*. Voltando ao tema da solidariedade, sempre central nos discursos, ele afirma:

A solidariedade, vê-se, não consiste na distribuição de listas para auxílios de qualquer espécie, mas, sim, na união consciente dos trabalhadores. Essa união consciente faz-se pelo convívio duns com os outros nas associações de classe onde se discute e ventilam as questões sociais, trocando-se ideias e examinando-se as mais complicadas teses de sociologia. A par disso está a obra meritória tal como é a da criação de escolas. **A escola da Liga inaugurada a 1º de Abril último mantém um programa de ensino que, si não fizer bacharéis, fará, pelo menos homens conscientes.** Sem o dogmatismo prejudicial das escolas subvencionadas, sem a inútil cultura livresca dos institutos onde se ensina o civismo e a se ser útil á Pátria, a escola da Liga (como acontece em todas as instituições recém-criadas, poderá ter suas falhas, enganos e senões que, são tão frequentes em tais casos), será um dos mais belos meios de propaganda porque, instruindo, educará aqueles que como apóstolos das modernas ideias, creem sinceramente na realização desse sonho que se concretiza já, tomando vulto: o bem estar para todos.²⁷⁶

Dessa forma, Ruy Gonçalves deixa claro que a *Escola da Liga* diferencia-se das instituições de ensino tradicionais através da perspectiva que ela representa e pela função social que ela cumpre. Critica o dogmatismo, nacionalismo e civismo ensinados nas escolas tradicionais, e exalta a conscientização social trazida pela *Escola da Liga*, demonstrando as diferenças ideológicas que os dois modelos escolares representavam.

Ruy conclui a nota fazendo mais um chamado aos trabalhadores para educarem-se na Escola:

A escola da Liga está aberta; ela é a porta larga, a estrada luminosa por onde passarão os que são conscientes; afastando-se dessa porta é fugir da vereda da luz, da luz que ilumina a consciência do trabalhador, elevando-o, fazendo-o livre.

A inconsciência deve desaparecer e para que o trabalhador que tudo produz e só é explorado, consiga ser consciente só existe um caminho: é educar-se.

Para educar-se criou-se a escola.

A escola é a forja monstruosa em que os sentimentos do homem se aperfeiçoam e se apuram.

Auxiliai a escola, camaradas; auxiliai a escola frequentando suas aulas.

Instrui-vos! Educai-vos!

Ruy Gonçalves²⁷⁷

276 Boletim da Liga Operaria da Construção Civil, nº 4, maio de 1921, p. 4. Grifos nossos.

277 Boletim da Liga Operaria da Construção Civil, nº 4, maio de 1921, p. 4.

Percebemos, tanto no discurso de Ruy quanto dos militantes da Liga, que haviam dois objetivos centrais, ainda que complementares, na proposta da escola. A primeira trata-se de envolver os trabalhadores em torno de uma demanda concreta que os afligia: a falta de acesso à instrução, apresentando uma saída coletiva para a resolução deste problema. A segunda estaria alinhada ao projeto finalista de transformação social, que também se daria através do esclarecimento e fortalecimento das massas operárias. Lenoir comenta essa dupla função: “Assim, a formação trabalhará em um duplo registro, como todos os outros meios do sindicalismo revolucionário, aquele dos interesses imediatos e futuros do proletariado.”²⁷⁸ E ainda:

A educação tem, desde então, uma dupla missão: a de desenvolver, não apenas a formação geral e profissional da qual depende parcialmente o salário, o reconhecimento da qualificação e a dignidade no trabalho, mas também a formação do maior número de pessoas a fim de preparar cada um dos atores às tarefas de organização, produção, gestão e distribuição necessárias à boa marcha da sociedade federalista futura. O sindicalismo revolucionário inscreve-se em uma ampla corrente educacionista, que faz da educação um motor do progresso coletivo.²⁷⁹

Ainda no boletim de maio, Antonio Marques reafirma a relação íntima da proposta escolar da Liga com sua concepção sindical. De acordo com Marques, “Presentemente, a Liga mantém uma escola noturna, na qual os associados e seus filhos receberão a instrução necessária, para tornarem-se homens conhecedores dos seus direitos e cumpridores de seus deveres, dentro da verdadeira doutrina sindicalista.”²⁸⁰

Vemos, portanto, como os militantes da Liga entendiam que a prática de criação de escolas alinhava-se intimamente com sua estratégia sindical, corroborando a máxima de Lenoir que afirma “A educação está no coração do projeto sindicalista revolucionário.”²⁸¹

Concomitantemente, outras manifestações de propaganda e formação política do movimento operário mantinham-se vivas em Niterói, e chegando o simbólico mês de maio, a *Federação do Estado do Rio* anuncia a realização de um festival. O *Boletim da Liga* informa:

Federação Operária do Estado do Rio
1º de Maio
Esta Federação, que é composta pela Liga O. Da Construção Civil, União

278 LENOIR, Hugues. “Educar para Emancipar”, p. 28.

279 LENOIR, Hugues. “Educar para Emancipar”, p. 28.

280 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 4, maio de 1921, p. 7.

281 LENOIR, Hugues. “Educar para Emancipar”, p. 41.

dos L. e Torneiros Mecânicos, União dos Alfaiates, União dos T. em Estiva Carvão Mineral, Sucursal do Centro dos Operários das Pedreiras e Centro Operário da Barra de Piraí, e Sindicato Feminino de Ofícios Vários, comemorando o dia 1º de Maio, realiza hoje às 12 horas na sede da Liga Operária da Construção Civil, uma grande sessão solene.

Para essa importante reunião, a Federação pede o comparecimento de todos os trabalhadores sem distinção de classe, e de suas famílias

A Comissão Executiva²⁸²

Este evento, no entanto, tem um caráter um tanto diferente do festival pró-escolas, que observamos anteriormente. A data do 1º de maio era vista como um momento não de celebração, e sim de memória e luto.

Para debater a experiência histórica que marcou a data, o *Boletim da Liga* faz a tiragem de um número especial, de oito páginas ao invés de quatro. Neste número, um longo texto assinado por Antonio Augusto de Azevedo leva o título de “A Tragédia de Chicago”. Nele, afirma-se que “A data que hoje se comemora é uma daquelas, que mais indelevelmente se acham gravadas na história das reivindicações proletárias” e que “É esta data que recorda um dos mais monstruosos crimes da burguesia, que se procura denominar de *feira do trabalho*, comemorando-a com manifestações de alegria, como se os trabalhadores conscientemente pudessem festejar com bambochatas, o assassinio de seus irmãos de sofrimento.”²⁸³

De maneira enfática, ele denuncia o uso que se faz da data pelos governos e patrões, reafirmando que esta representa para os trabalhadores um momento de luto e protesto:

É esta data que recorda um dos mais monstruosos crimes da burguesia, que se procura denominar de *feira do trabalho*, comemorando-a com manifestações de alegria, como se os trabalhadores conscientemente pudessem festejar com bambochatas, o assassinio de seus irmãos de sofrimento.

O 1º de maio não é um dia de festas, mas sim, de luto e protesto, que os trabalhadores levam a efeito não trabalhando e reunindo-se em suas associações de classe, ou na praça pública.²⁸⁴

Portanto, parece que a sessão do 1º de maio realizada pela *Federação do Estado do Rio* possuía um caráter menos lúdico, e mais voltado para a formação política e social dos trabalhadores.

Assim, quando falamos em “experiência pedagógicas” realizadas pelo movimento operário, compreendemos a importância de cada uma dessas atividades. Desde a dimensão

282 Boletim da Liga Operaria da Construção Civil, nº 4, maio de 1921, p. 2.

283 Boletim da Liga Operaria da Construção Civil, nº 4, maio de 1921, p. 1.

284 Boletim da Liga Operaria da Construção Civil, nº 4, maio de 1921, p. 1.

educativa que os processos de luta e organização cumpriam para os trabalhadores lutarem pelos seus direitos, como vimos anteriormente, até os espaços de educação formalmente estabelecidos, como a *Escola da Liga*, passando por aqueles compreendidos como espaços de “educação informal”²⁸⁵, como o teatro, a música, as conferências e debates.

É incerto determinar, contudo, os rumos da *Liga Operária da Construção Civil* em Niterói de maneira precisa e, conseqüentemente, da escola por esta gerida.

Como dito anteriormente, o Estado brasileiro atacava duramente as escolas operária de base autônoma, em um processo de criminalização mais evidente dos espaços operários, que se inicia desde o fechamento da *Federação Operária do Rio de Janeiro* (FORJ), em 1917. Na década de 1920, essa política repressiva se agrava ainda mais, quase pulverizando o movimento operário, como veremos mais adiante.

No entanto, sabemos que a atuação operária não se encerra nesse ponto, permanecendo presente mesmo com todas estas situações adversas. Essa atuação não se expressa apenas na reorganização sindical em si, mas também na manutenção das práticas adotadas ao longo das décadas anteriores, como a educação libertária.

285 GALLO, Sílvio. “Pedagogia Libertária: Anarquistas, Anarquismos e Educação”. Editora Imaginário: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007, p. 22.



Figura 5: Capa do Boletim da Liga Operária da Construção Civil nº 4, maio de 1921.

3. RUY GONÇALVES E A “FORJA”: EDUCAÇÃO RACIONALISTA E ANARQUISMO EM NITERÓI (1917-1928)

“Quando o trabalho não estiver mais à venda, a sociedade produzirá homens e mulheres livres, que pensarão livremente, agirão livremente e serão livres.”

Lucy Parsons

“Um novo dia está nascendo, quando a escola servirá à vida em todas as suas fases e reverentemente elevará cada criança humana a seu lugar adequado numa vida comum de eficiência social beneficente, cujo lema não será uniformidade e disciplina, mas liberdade, desenvolvimento, boa vontade e alegria para cada um e para todos.”

Emma Goldman

“As letras e a ciência só tomarão o seu verdadeiro lugar na obra do desenvolvimento humano no dia em que, livres de toda a servidão mercenária, forem exclusivamente cultivadas pelos que as amam e para os que as amam.”

Piotr Kropotkin

3.1. Ruy Gonçalves: A Incidência do Anarquismo no Movimento Operário

Como militante anarquista inserido diretamente na questão educacional, Ruy Gonçalves estava comprometido com a propaganda e divulgação da ideologia, através de palestras, comícios e em sua prática educacional cotidiana.

Filho de Luiz Manoel Gonçalves e Olimpia Alves Gonçalves, Ruy Gonçalves é um dos muitos nordestinos que migram para o sudeste durante a Primeira República. Natural do estado do Maranhão, Ruy se estabelece no estado do Rio de Janeiro, onde viria a traçar sua trajetória militante.²⁸⁶

Ao olhar para seu passado, Ruy resgata algumas de suas memórias em artigo nomeado “No Café Belas Artes”, no jornal *Liberdade*. Nessas memórias carregadas de saudades e saudosismo, ele reflete sobre a passagem do tempo e das pessoas:

A vida literária tem os seus pedacinhos; mãos que se vão, no entanto, vencidos pelo esforço e pelo desejo do triunfo, ao passo que fica para sempre, num sulco profundo, a recordação dos amigos e das horas que se passa, num café, trocando-se ideias literárias e artísticas. Depois, como o vento que arranca e dispersa as folhas de uma árvore, afastamo-nos e seguimos por caminhos diferentes, não nos tornando a encontrar, quase sempre.

Vamos viver, então, longe uns dos outros e, de raro em raro, colhemos, às pressas, num encontro, notícias deste ou daquele. E, ao acaso, tocamos num ou outro fato, desenterrando-o da escura capa do esquecimento para a evocação. Esses fantasmas que se agitam em torno de nós, impalpáveis e mudos, sombras que crescem nas noites de insônia, são as recordações, as nossas queridas e tristes recordações. Essas recordações acompanham-nos até os últimos dias da nossa existência e, só morrem, quando baixamos ao túmulo, inertes o imprestáveis, levando-as conosco.²⁸⁷

Nessas histórias de encontros e desencontros, ele relembra deste café que frequentava em sua juventude, quatro anos antes, quando deveria ter cerca de 24 anos:

O “Café Belas Artes”, esse ruidoso café da ruidosa avenida, é toda ele, para mim, desde a entrada até a última mesa do fundo, um templo de recordações divinas. Foi nele que conheci, aí pelo ano de 1914, Jozeph Maurice Boigri, um francês das colônias, de uma cor de havana carregada, muito distinto e instruidor; Orvil Ferreira, mergulhado sempre na ideia da fundação de um jornal modelo: Benevenuto Cardozo, inimigo dos burgueses e dos prepotentes, o escultor Modestino Kante; o cartunista Francisconi; Raul Deveza, um pintor de mérito e um poeta primoroso; Sampaio Júnior, Morel Soutelo; Francisco de Andrade, Antonio Pitanga, André Vento e outros

286 Prontuário RJ, notação 5.617. Arquivo do Estado do Rio de Janeiro.

287 *Liberdade*. Nº 20 01/07/1918, p. 2.

artistas de real e vigoroso talento.²⁸⁸

O Café Belas Artes, tido pelo Ruy como “muito distinto e muito instruidor”, parece ser um ponto de encontro para artistas e pensadores da capital brasileira. Segundo Danilo Gomes, este café “Surgiu no começo do século, na Av. Rio Branco” e “Logo nos primeiros tempos, oferecia aos distintos fregueses o espetáculo visual de numerosos quadros nas paredes, pintados por nomes aplaudidos, como Batista da Costa, os irmãos Chambelland, Bordon, Visconti e outros.”²⁸⁹

Gomes cita uma matéria publicada na revista “O Cruzeiro”, que apresentava uma “Edição Comemorativa do IV Centenário” em 1965, intitulada “História do Rio Através dos Cafés”, assinada por Terra Senna. Nesta, vemos a seguinte descrição do café:

As cadeiras é que não são cadeiras: são bancos, talvez para que os fregueses não se demorem muito. Puro Engano! Os fregueses são artistas, poetas e escritores que se abancam nos bancos discutindo arte e literatura. À sua porta está sempre, mal equilibrando-se nas pernas, Lima Barreto. Nos Belas-Artes reunia-se o que havia de melhor entre os artistas, escritores, poetas e jornalistas.²⁹⁰

Entre os diferentes poetas, músicos, pintores e literários em geral, vemos a presença de algumas figuras de destaque, como o escritor Lima Barreto, conhecido pela sua aproximação com o socialismo libertário.

Ruy Gonçalves relembra seu cotidiano no café:

Fazíamos “blague”, unicamente “blague” porque não fazíamos outra coisa, embora faltássemos das nossas prodigiosas criações cheias de minúcias reveladoras e de detalhes assombrosos que nos transportariam, um dia, à Imortalidade, num cano de ouro escoltado por arautos barulhentos. No Café Belas Artes conheci, primeiro, Renato Lacerda, depois, Pericles Maciel e Homero Pinho.²⁹¹

Essas diversas pessoas que se relacionaram com Ruy, entre intelectuais, artistas e adeptos do socialismo, podem apontar referências importantes para seu contato com questões sociais, com o anarquismo e com práticas pedagógicas distintas. Em especial, ele comenta sobre Homero Pinho, que tinha um interesse constante na educação pela arte:

Homero Pinho andava às voltas com a criação de uma escola literária que não dava o nome de academia para que não lhe chamassem de pretensioso.

288 Liberdade. Nº 20 01/07/1918, p. 2.

289 GOMES, Danilo. Antigos Cafés do Rio de Janeiro. Livraria Kosmos Editora, p. 73.

290 GOMES, Danilo. Antigos Cafés do Rio de Janeiro, p. 73.

291 Liberdade. Nº 20 01/07/1918, p. 2.

Seria, simplesmente, “escola literária Paula Ney”.

O Homero vivia azafamado com a sua iniciativa, arranjando os futuros consócios, expondo em toda a parte as vantagens da escola, conseguindo até, o salão da Associação dos Empregados no Comércio de Niterói, para se fazer a primeira reunião que não chegou a se realizar por falta de número, ou antes, porque lá não compareceu ninguém.²⁹²

Essa tentativa de uma experiência educativa relacionada à arte, com uma busca de contato mais direto com as associações de trabalhadores certamente foi uma referência importante para Ruy, ainda que não tenha sido bem sucedida. Ele comenta como a iniciativa fracassa:

A “escola literária Paulo Ney”, “goron” portanto, morrendo o grande sonho do Homero que se transformara num martírio cruciante depois do malogro da tentativa.

-Nem uma sessão! Exclamava o Homero desolado, nem uma ao menos!...

E tocávamos para o Santos, o Hotel Santos, um modesto “frege” perto da Avenida, onde havia, às sextas-feiras, uns esplêndidos camarões recheados. Esplêndidos e baratos. Custavam dois quinhentos réis e valiam por um jantar, tão grandes eles eram!²⁹³

Com pesar, ele nos conta do afastamento de Homero e das outras pessoas do café:

Depois separamo-nos...

O tufão passou... varreu-nos pelo ar, espalhando-nos como folhas...

Até o Santos, o Hotel Santos, o modesto “frege” perto da Avenida, lá se foi também com os seus camarões esplêndidos e baratos...

Ruy Gonçalves²⁹⁴

Pensamos, no entanto, que essas diversas experiências sociais vividas por Ruy Gonçalves marcariam significativamente sua trajetória. Tais encontros e desencontros proporcionaram referências e inspirações diversas, que influenciariam o professor.

Assim, desde 1917, Ruy Gonçalves aparece como colaborador do jornal “*Liberdade*”. No quinto número do jornal, ele assume a coluna de crítica teatral, sempre envolvido e atento ao mundo das artes. Nesta coluna, ele adota um tom ácido e contestador, como podemos ver neste volume:

Pelos Teatros
Cronista Ruy Gonçalves
A quinzena

292 *Liberdade*. Nº 20 01/07/1918, p. 2.

293 *Liberdade*. Nº 20 01/07/1918, p. 2.

294 *Liberdade*. Nº 20 01/07/1918, p. 2.

Continua ainda a figurar nos “placards” a revista, a revista escandalosa forjada pelos revisteiros que escrevem cinco peças por semana nesse gênero, convencidos de que fazer revista é mais fácil que... comer pão com manteiga.

Assim, no S. José, no Recreio e no Carlos Gomes continua a revista a vencer... já vencida.

Varias

Pede-nos o ator Louro Filho para fazermos público que, segundo tem sido propalado pela Sra. Lucilia Amaral, “atriz” de real “mérito” que ela não “enterrou” o espetáculo realizado a 20 do corrente no Centro Galego.

Outrossim, faz público que a Sra. Lucilia Amaral, usando de um cabotinismo revoltante, apoderou-se de um ramo de flores que havia levado para ornamentar a cena, entregando ao Sr. Agostinho Araújo oferecendo-o como se viesse de um grupo de admiradores seus.²⁹⁵

O jornal, administrado pelo também educador anarquista Pedro Matera, conta com a contribuição de diversos militantes anarquistas notórios do estado do Rio de Janeiro, além do próprio Ruy, os também professores Fábio Luz e José Oiticica, além de Carlos Dias, Valdemar Duarte, Gaspar de Freitas e o famoso poeta libertário Lírio de Resende.²⁹⁶

Em artigo para o jornal, Ruy Gonçalves disserta sobre a importância que este impresso cumpre na sociedade e, principalmente, na classe trabalhadora, celebrando o sucesso que tem conquistado:

Liberdade

Entre sua agitada existência, nesse curto ano de vida laboriosa e honesta, a “Liberdade” tem sabido manter o seu programa e vencer a indiferença dos fracos.

Fiel à causa proletária, ela vem se empenhando numa luta enérgica e perfilhada, avançando sempre como intemerata paladina que é dos nobres ideais libertários.²⁹⁷

Deixando bastante claro que o periódico tem uma intenção política contundente de enfrentar a classe dominante e, simultaneamente, contribuir para a formação política dos trabalhadores, ele escreve:

É, apesar de se compreender tão mal, nesse meio retrógrado que é o nosso, essa palavra Liberdade, caminha vitoriosa, espalheando a burguesia maldita, derrotando o capitalismo criminoso e, nesse ascenso formidável, vai despertando as forças adormecidas do operário, chamando-o para o convívio social, arrancando-o da escravidão, dessa escravidão que o retém preso aos padrões miseráveis.

A “Liberdade” como um farol poderoso e potente vai espalhando a sua luz intensa, crua forte e, apesar da luta traiçoeira que a envolve ela se ergue

²⁹⁵ Liberdade. Nº 5, 01/11/1917, p. 2.

²⁹⁶ Liberdade. Nº 17 15/05/1918, p. 1.

²⁹⁷ Liberdade. Nº 24 15/09/1918, p. 1.

audaz, vitoriosa, pondo a descoberto, num quaco pavoroso de audácia, as misérias e as podridões que emprestam a sociedade.²⁹⁸

Ruy Gonçalves também não esconde sua admiração pelo editor do jornal, e faz questão de o elogiar na nota:

Esse triunfo vigoroso, esse anseio esforçado de viver e de lutar, da “Liberdade” não se teria realizado se não fosse a energia e a coragem do seu diretor, esse batalhador que é Pedro Matera, demolidor e batalhador que vencendo todos os obstáculos, divulga as claras a Anarquia, essa anarquia que eu, bem como os homens livres, aplaudimos.
Salve! Pois, “Liberdade”!
Ruy Gonçalves²⁹⁹

De fato, certamente Pedro Matera fora uma importante influência para Ruy. A primeira escola operária em atividade pelos moldes da Escola Moderna no Brasil é fundada por ele já em 1903, e funcionava, entre períodos de continuidade e descontinuidade, até então. A Escola Operária Primeiro de Maio, estabelecida em Vila Isabel, se torna uma grande referência para a criação de novas iniciativas semelhantes.³⁰⁰

Durante os anos que se seguem, Ruy Gonçalves debruça-se cada vez mais sobre a questão da educação operária. Junto à outros militantes anarquistas, ele contribui com artigos em jornais e conferências públicas, sobretudo oferecidas às associações operárias.

Não era incomum que militantes anarquistas se reunissem em grupos de afinidade ou organizações políticas para intervir, de maneira mais coesa, no conjunto do movimento operário. De fato, diversos grupos de aspiração libertária desenvolveram-se ao longo da Primeira República, cujos objetivos giravam em torno da propaganda anarquista e da defesa dos princípios libertários.

Uma dessas experiências mais relevantes foi a fundação da chamada Aliança Anarquista em 1918. Addor comenta que “No Rio de Janeiro, no dia 20 do primeiro mês do ano, militantes anarquistas residentes nessa cidade se reúnem, atendendo a convocação de alguns camaradas, com o objetivo de constituir a Aliança Anarquista do Rio de Janeiro.”³⁰¹

Seus objetivos parecem ser simples: agregar forças para a propaganda e divulgação do anarquismo. Os militantes da Aliança passam a escrever textos de formação e iniciam um boletim mensal, publicando escritos de clássicos do anarquismo. A organização cumpriu um

298 Liberdade. Nº 24 15/09/1918, p. 1.

299 Liberdade. Nº 24 15/09/1918, p. 1.

300 Ver: SILVA, Pedro Henrique P. “A Escola Operária 1º de Maio e Pedro Matera: A Educação Popular como Instrumento Revolucionário no Brasil (1903-1934)”. UNIRIO, Rio de Janeiro, 2015, p. 81.

301 ADDOR, Carlos. “A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro”, p. 135.

papel importante no sentido de divulgar as ideias libertárias e aumentar a circulação de material político. Iniciativas essas que mostraram-se cruciais em um momento de clara ampliação da força social do movimento operário.

Lançando prontamente um boletim próprio, a Aliança Anarquista divulga algumas de suas iniciativas junto ao movimento operário, onde o tema da educação mostra-se presente:

Conferencias

Multiplicam-se, agora, as conferencias de propaganda, ótimo sintoma da atividade renascente. E o que é melhor é que, nas organizações operarias, são as próprias organizações que as promovem e convidam nossos conferencistas. Assim, na segunda quinzena de fevereiro, realizaram-se as seguintes: *A solução russa*, por José Oiticica, na União dos Operários em Fábricas de Tecidos no dia 16; *A educação operaria*, por Carlos Dias, na União Geral dos Operários em Calçado, no dia 20; *A Situação Universal*, por José Elias da Silva, também na U. dos O. F. De Tecidos, no dia 23.

Este mês de março elas se vão fazendo ainda mais frequentes, tendo o camarada Alvaro Palmeira iniciado um *Curso de sociologia* no dia 1, devendo continuá-la semanalmente, na sede e por iniciativa da União Geral da Construção Civil. (sic)³⁰²

Vemos, entre as conferências promovidas pelo grupo, nomes que, como vimos, estavam entre o círculo de relação de Ruy Gonçalves, como José Oiticica e Carlos Dias.

A Aliança chama atenção em seu jornal para um grupo de propaganda anarquista em Niterói, que existindo desde 1915, insere sua ideologia política através da divulgação de materiais ácratas. Diz a nota:

Grupo de Propaganda Anarquista em Niterói

Esta agrupação, fundada em meados de 1915, continua, indefectivelmente, com apreciável tenacidade, a sua obra serena de propaganda. A sua especialidade é a edição de manifestos e boletins. Ainda o mês passado distribuiu um sobre o *Carnaval, Apelo ao bom senso*, a propósito do qual julgou a polícia desta cidade que devia mover a sua perseguiçãozinha. O caso foi este: quatro camaradas de Niterói e outros três aqui do Rio, foram presos e detidos durante 24 horas na polícia pelo “crime” de distribuírem o dito manifesto. Era uma prisão injustíssima, escandalosa quase, da qual tomou conhecimento a imprensa, tendo a *Razão* profligado a violência e transcrito na íntegra o manifesto. Assim, a prisão e a apreensão de algumas centenas de exemplares do mesmo deu um resultado absolutamente contraproducente, pois que provocou uma divulgação muitíssimo maior das do *Apelo ao bom senso* sobre o *Carnaval*...

Fica evidente como a repressão sentida pelas associações operárias também estava muito presente na perseguição política e ideológica aos militantes libertários. Mas o grupo

302 Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro. Nº 2, março de 1918, p. 4.

não parecia se intimidar, e faz um balanço de suas atividades ao longo de seus anos de existência:

Eis, agora, uma estatística dos boletins e manifestos até hoje distribuídos pelo grupo de Niterói: *O sorteio militar*, em novembro de 1915, 2.000 exemplares; *Serviço militar obrigatório*, dezembro de 1915, 1. 000; *O que os anarquistas querem*, dezembro de 1916, 4. 000; *O ideal libertário* (tradução), em forma de folheto, janeiro de 1917, 1. 000; *Contra a guerra* (reprodução dos anarquistas de Londres), fevereiro de 1917, 3. 000, *Ao público* (reprodução de 2 artigos antimilitaristas de Bilac, em forma de folheto), março de 1917, 2. 000; *O anarquismo e a guerra européia*, abril de 1917, 3. 000; *A única salvação*, junho de 1917, 3. 000; *A crise e as suas causas* (reprodução), janeiro de 1918, 3. 000; *Carnaval, Apelo ao bom senso*, fevereiro de 1918, 3. 000; *Trechos rebeldes*, março de 1918, 3. 000.³⁰³

Assim, a propaganda ideológica anarquista fomentava a organização geral da classe trabalhadora, influenciando e formando politicamente os trabalhadores.

No ano seguinte, alguns militantes anarquistas buscam novamente unir-se em uma associação mais declaradamente ideológica, que fosse capaz de pensar as lutas a um nível mais estratégico. Com a fundação da III Internacional em um momento de euforia geral das correntes socialistas com a Revolução Russa, essa vontade viria a tornar-se ainda mais imediata.

Assim, no dia 9 de março de 1919 é fundado um Partido Comunista, de orientação nitidamente anarquista. Segundo Farinha Neto, “o “Partido” dos libertários brasileiros, tanto pelas bases de acordo como pelos princípios e fins adotados, nada tinha a ver com o “centralismo democrático” preconizado por Lênin. Sob o rótulo partidário, tratava-se, na verdade, de uma organização especificamente anarquista.”³⁰⁴

Como o objetivo do Partido era organizar-se a nível nacional, seus membros apressam-se para realizar uma Conferência Comunista, enviando convites para militantes em todo país. A plenária viria a ocorrer em meados deste mesmo ano, e Niterói seria novamente escolhida como palco do evento: “Com a presença de 22 delegados, provenientes de Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, realizou-se, de 21 a 23 de junho, em Niterói, a Conferência Comunista, classificada por Edgard Leuenroth como “uma assembleia de todo o movimento anarquista do Brasil.”³⁰⁵

No entanto, a iniciativa não iria mostrar-se duradoura. As notícias sobre os rumos que a Revolução Russa começa a tomar passam a desagradar parte significativa do

303 Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro. Nº 2, março de 1918, p. 4.

304 FARINHA NETO, Oscar. “Atuação Libertária no Brasil”, p. 79.

305 FARINHA NETO, Oscar. “Atuação Libertária no Brasil”, p. 79/80.

movimento operário brasileiro, inclusive de militantes anarquistas. A anarquista russa Emma Goldman afirmou: “Não somente na Rússia. Lênin desagregou por toda parte os oprimidos. Só o tempo mostrará o caos, desconfiança, ódio e desagregação que semeou em nosso meio”³⁰⁶.

Ainda que as divergências que os militantes anarquistas no Brasil com os bolcheviques russos só viessem a se tornar determinantemente profundas a partir de 1921, por conta do Massacre de Kronstadt e a supressão da Revolução Ucraniana por parte do Exército Vermelho, os militantes organizados no Partido Comunista não o sustentariam por muito tempo, deixando-o perecer por auto esvaziamento.

Não podemos afirmar que Ruy Gonçalves fora militante ativo nessas iniciativas, pois faltariam fontes mais sólidas para sustentar esta hipótese. No entanto, pelos seus círculos de relação, é possível inferir que ele se inseria entre os militantes anarquistas que preconizavam tais projetos.

No início da década de 20, Ruy Gonçalves novamente aparece entre os nomes de destaque do anarquismo fluminense, à frente de conferências e atividades diversas realizadas de maneira conjunta com as associações operárias.

Sobre esse período, Edgar Rodrigues afirma:

O movimento anarquista vivia o auge de sua caminhada agitadora. Todos os dias alguém falava ou dava cursos nas sedes das associações operárias anarcossindicalistas do Rio de Janeiro: Fábio Luz, Marques da Costa, José Oiticica, Carlos Dias, Domingos Passos, Rui Gonçalves, José dos Passos, Maria Lacerda de Moura, Cândido Costa e tantos outros expoentes do anarquismo.³⁰⁷

Aqui vemos Ruy Gonçalves entre os nomes ilustres que seriam compreendidos como os “expoentes” do anarquismo brasileiro. Apesar de ser um nome pouco lembrado, Ruy estava entre os círculos de militantes anarquistas dedicados em fomentar o movimento dos trabalhadores e propagandear o anarquismo em seus meios.

306 DULLES, John Foster. “Anarquistas e Comunistas no Brasil”. p. 94.

307 RODRIGUES, Edgar. “Os Companheiros 1”. VJR Editores Associados. Rio de Janeiro, 1994. p. 153.



Figura 6: Ruy Gonçalves - Arquivo do Estado do Rio de Janeiro. Prontuário RJ notação 5617.

3.2. “A Forja”: As Perspectivas Transformadoras de uma Escola Moderna

As conferências de militantes à serviço das associações operárias podem nos apontar decisivamente suas intencionalidades e perspectivas de intervenção nesses espaços.

Dentre as conferências proferidas por Ruy Gonçalves, vemos uma, realizada na sede do Sindicato de Manipuladores de Tabaco, transcrita no jornal *Liberdade*:

A Educação Operária

Trecho da conferência proferida pelo nosso colaborador Ruy Gonçalves, no dia 28 do p. p., no Sindicato dos Manipuladores de Tabaco.

Não se pensou ainda, não se pensou que eu saiba, neste país em que, se pensa tudo, na fundação de escolas proletárias, escolas que deviam ser regidas por professores idôneos, homens capazes de educarem racionalmente criaturas racionais e não, como a educação que é dada nessas escolas que por aí andam, custeadas pela Prefeitura e onde se encostam uma dezena de professoras ineptas que fazem do racional um perfeito irracional. Essa iniciativa desde que, não parte do governo, deve partir do operário. Ela será a pedra de toque da grande remodelação social.³⁰⁸

Entendemos que estes pensamentos foram centrais para as experiências educacionais que Ruy Gonçalves futuramente viria a se envolver. Notamos nesse texto uma análise em profunda consonância com o pensamento libertário, sobretudo no que tange ao tema da educação.

Logo de início, a ferrenha defesa do racionalismo que Ruy Gonçalves apresenta denuncia sua filiação às ideias proferidas pelo educador catalão Ferrer y Guardia. O pensador libertário, em seu livro “A Escola Moderna”, coloca que “O ensino racional é antes de tudo um método de defesa contra o erro e a ignorância. Ignorar verdades e crer em absurdos é o predominante em nossa sociedade, e a isso se deve a diferença de classes e o antagonismo dos interesses com sua persistência e sua continuidade.”³⁰⁹

Crítico também à educação para o trabalho ao qual estavam submetidos os filhos da classe trabalhadora, Ruy Gonçalves afirma que “O filho do operário quando chega à idade de ir para a escola, mandam-no para a oficina: em vez do livro, dão-lhe a ferramenta do ofício. É mais uma vítima que vai ser devorada pelo Moloch do capitalismo implacável”³¹⁰

A dissociação do trabalho intelectual do trabalho técnico/manual é uma reprodução das relações das desigualdades fundamentais identificadas por Ruy. No século XIX, Bakunin chamava a atenção para tais desigualdades que formavam abismo entre a qualidade e o foco do ensino entre as camadas populares e as privilegiadas da sociedade. Havendo então uma “instrução intelectual” oferecida às elites, que conta com o respaldo das ciências e das letras para gerenciar e controlar, segundo seus próprios interesses, o trabalho e o produto do trabalho dos trabalhadores “braçais”. Já a educação das classes trabalhadoras, quando ocorre, aconteceria por meio de uma instrução para o “trabalho manual”, que também seria gerenciada pelas elites letradas. Trata-se de oferecer ao indivíduo apenas a instrução necessária para sua realização enquanto operário, escapando-lhe qualquer oportunidade de

308 Liberdade. Nº 23 01/09/1918, p. 1.

309 FERRER Y GUARDIA, Francisco. “A Escola Moderna”, Biblioteca Terra Livre: São Paulo, 2014, p. 79.

310 Liberdade. Nº 23 01/09/1918, p. 1.

reflexão sobre seu próprio trabalho e o produto dele, fazendo-o um trabalhador alienado, subalterno. O objetivo fundamental é claro: ensinar os exploradores a explorar e os explorados a serem mais explorados. Ele questiona:

A primeira questão que hoje temos de considerar é esta: a emancipação das massas operárias poderá ser completa enquanto receberem instrução inferior à dos burgueses ou enquanto houver, de um modo geral, uma classe qualquer, numerosa ou não, mas que por nascença tenha os privilégios de uma educação superior e mais completa?³¹¹

Ao assumir qualidades diferentes de educação e aplicá-las de acordo com os respectivos interesses em cada classe social, o sistema educacional das sociedades capitalistas reproduz as bases de exploração do trabalho que as caracterizam. Assim, a preocupação com os filhos dos operários é tema central da conferência de Ruy Gonçalves, que prossegue, afirmando que

desse assassinato lento, é se ver pelas fábricas crianças pálidas, linfáticas, minadas de clorose, organismos que se preparam para a tuberculose, porque, segundo a opinião do ilustre clínico Dr. Rodolfo Abreu, “ninguém nasce “tuberculoso”, mas “tuberculável”. Mas, pergunto eu, a culpa de quem é? Dos pais? Sim, dos pais, em parte: dos pais que deixam os filhos seguirem para o suplício que eles, também, agonizam dia a dia. A culpa maior, no entanto, cabe aqueles que os iludem com fantasias e que, nunca pensaram em melhorar-lhes a sorte, proibindo a exploração torpe das crianças atiradas nas fábricas em vez de estarem na escola, no templo suntuoso e augusto em que o saber numa onda lumiosa e fluente, derrama sobre os cérebros a luz grandiosa da instrução, preparando-os para se erguerem fortes e indômitos, prontos a se baterem, de frente erguida, pelos ideais sublimes das grandes causas libertárias.³¹²

Adotando uma clara defesa ideológica das causas libertárias as quais busca, esse educador revela o finalismo ao qual seu projeto de educação vincula-se. Para tanto, o maior obstáculo que se coloca seria a ignorância geral à qual a classe trabalhadora estava submetida. Ele segue, portanto, fazendo uma exposição acerca do mal que a falta de instrução provoca:

O homem sem instrução, é um ser inferior, é uma espécie de animal, de besta que a astúcia dos outros acorrenta para utilizar-se em proveito próprio. O homem sem instrução é um escravo que pertence a um senhor, o operário ignorante tem um dono e esse dono, - o patrão - maltrata-o e submete-o vencido à sua vontade esmagadora.

311 BAKUNIN, Mikhail. “A instrução integral”, p. 32

312 Liberdade. Nº 23 01/09/1918, p. 1.

O operário não deve fazer nessa ignorância profunda que o avalia e o humilha e, se faz, não deve deixar o filho viver na mesma treva esperança em que ele vive. A educação operária faz-se precisa: ela é urgente e inadiável. O operário de hoje necessita ser instruído e educado para conseguir com brio, sem baixezas, os seus desejos.³¹³

Assim, Gonçalves defende que há uma grande urgência na questão da educação operária, que impediria toda e qualquer possibilidade de emancipação da humanidade, e a mínima realização de seus desejos.

Em Francisco Ferrer y Guardia também essas preocupações apontadas por Ruy. Ao apresentar que não há porque esperar para começar o projeto remodelação da educação, Ferrer afirmou:

O que tentamos em Barcelona outros já tentaram em diversos pontos, e todos vimos que a obra era possível. Penso, então, que é preciso se dedicar a ela imediatamente. Não queremos esperar que o estudo da criança termine para empreender a renovação da escola; esperando, nada jamais será feito. Aplicaremos o que sabemos e sucessivamente o que vamos aprendendo. Um plano conjunto de educação racional já é possível, e em escolas tais como as concebemos as crianças podem se desenvolver livres e felizes, segundo suas aspirações. Trabalhem para aperfeiçoá-lo e estendê-lo.³¹⁴

Vemos que Ferrer não comenta apenas os projetos escolares aos quais participou diretamente, mas também àqueles que surgiram antes e depois de sua obra. É claro, nesse sentido, como o educador vê a importância da disseminação de projetos similares.

Outro elemento interessante da conferência de Ruy é a defesa da remodelação da fábrica. Seu projeto de reedificação social não se dava apenas no campo da escola, mas sobre um outro modelo de sociedade, o que abarcaria também outro modelo de produção. Ele afirma:

A fábrica, sob o clarão do sol das forjas que ilumina em tons fantásticos os bustos dos obreiros ou ao barulho das máquinas no grande hino redentor do trabalho, não deve ser uma bastilha maldita e hedionda, mas, sim, um santuário de amor, uma comuna em que todos, produtores e consumidores sejam iguais, irmãos do mesmo credo e das mesmas aspirações.³¹⁵

A educação operária, regida por estas ideias libertários, teria portanto uma capacidade emancipadora fundamental, afastando os trabalhadores da exploração, pois

313 Liberdade. Nº 23 01/09/1918, p. 1.

314 FERRER Y GUARDIA, Francisco. "A Escola Moderna", Biblioteca Terra Livre: São Paulo, 2014, p. 78.

315 Liberdade. Nº 23 01/09/1918, p. 1.

O triste espetáculo da miséria física do operário, arrastando-se pelas fábricas, levando os filhos com ele, felizmente, graças à propaganda formidável que se vem fazendo acabará em breve porque se caminha a passos largos, vertiginosamente, para se alcançar a vitória final. Nenhuma outra classe, precisa mais de homens vigorosos e hercúleos como a dos operários; é preciso, pois, que dela saia uma nova raça de titãs e, esses titãs devem ser os filhos dos próprios operários que, em vez de se aniquilarem pelas fábricas, saiam da escola, fortes e grandes, para conscientes, conhecendo o valor das suas energias, jogarem abaixo o capitalismo burguês que, durante anos e anos, estropiou e matou seus companheiros de lutas.³¹⁶

Para alcançar seu projeto finalista, vemos que a educação tem um papel central, que consiste na criação de sujeitos revolucionários, capazes de assumirem para si a tarefa de remodelação social.

Ferrer y Guardia, em diversos momentos, também deixaria claro que seu projeto de educação caminha num sentido logicamente contrário ao da manutenção das desigualdades, cujo fim estaria alinhado a um projeto de transformação social revolucionário. Diz ele: “Inimigo da desigualdade social, não me limitei a lamentar seus efeitos, mas quis combatê-la em suas causas, certo de que desse modo se chega positivamente à justiça, ou seja, à tão aguardada igualdade que inspira todo afã revolucionário.”³¹⁷

Assim, a pedagogia libertária carrega consigo um espírito intrinsecamente transformador, e uma coerência com a defesa de um projeto de revolução social. A educação é portanto, ferramenta de transformação social, e não um fim em si mesmo.

Para tanto, Ruy Gonçalves preocupa-se em levantar princípios e fundamentos que contribuam para traçar linhas gerais dessa forma de educação: “A educação operária deve ser feita dentro de dois princípios únicos.” De maneira didática, ele traça dois princípios que entende fundamentais. O primeiro: “1º – Não encher o lar de filhos que venham a ser, mais tarde, homens imprestáveis e defeituosos;”³¹⁸

Essa preocupação da higiene como elemento central da prática educacional era comum aos expoentes da instrução integral. Paul Robin, que defendia teses neomalthusianas, defende a importância da disseminação do conhecimento ligado à higiene e à saúde da criança em toda a sua obra. Trabalhando com questões como o controle de doenças, o controle de natalidade e a higiene doméstica, Robin tem um vasto trabalho na área de saúde.

Ferrer, seguindo a mesma lógica, dedica todo um capítulo de seu livro à higiene escolar. Nesta passagem, ele defende:

316 Liberdade. Nº 23 01/09/1918, p. 1-2.

317 FERRER Y GUARDIA, Francisco. “A Escola Moderna”, Biblioteca Terra Livre: São Paulo, 2014, p. 36.

318 Liberdade. Nº 23 01/09/1918, p. 2.

Expúnhamos depois a limpeza como assunto de beleza e a sujeira como característica da feiura, e entrávamos decididamente no terreno da higiene, apresentando a sujeira como causa de enfermidade, com seu perigo de infecção indefinida até causar epidemias, e a limpeza como agente principal de saúde, e conseguíamos facilmente determinar a vontade das crianças em direção à limpeza e dispor sua inteligência para a compreensão científica da higiene.³¹⁹

Para que essa preocupação com a higiene atravessasse os muros da escola e chegue aos lares das famílias, sendo aplicada no cotidiano doméstico, Ferrer aposta no papel das próprias crianças:

A influência deste ensino penetrava nas famílias pelas exigências da crianças, que alteravam a rotina caseira. Uma criança pedia com urgência que lhe lavassem os pés, outra queria tomar banho, outra pedia escova e pasta de dentes, outra sentia vergonha de carregar uma mancha, outra pedia que renovassem sua roupa ou seu calçado. As pobres mães, atrefadas por suas obrigações diárias, ou talvez constrangidas pela dureza das circunstâncias em que se desenvolvia a vida social, e influenciadas além disso pela sujeira religiosa, procuravam calar tantos pedidos, mas a nova vida introduzida no lar pela ideia da criança triunfava por fim como consolador presságio da futura regeneração que o ensino racional deve produzir.³²⁰

Ferrer também cita um artigo de um médico colaborador da Escola Moderna na Espanha, Dr. Martinez Vargas, que havia sido publicado no jornal da Escola Moderna. Nesse artigo, Vargas coloca que “Essa proteção da escola persegue um fim eminentemente social, a condição fundamental e indispensável para que a educação intelectual seja eficaz.”³²¹

O médico então pontua seis tópicos que devem estruturar o serviço nas escolas. Estes são: 1º Salubridade do edifício; 2º Profilaxia das enfermidades transmissíveis; 3º Função normal dos órgãos e crescimento; 4º Educação física e adaptação dos estudos à capacidade intelectual de cada criança; 5º Educação e instrução sanitária; 6º Redação de um caderno biológico.³²²

Por sua vez, na sistematização proposta por Ruy Gonçalves, a segunda função da educação operária deveria seguir o seguinte sentido:

2º O operário deve medir o valor da sua força e impô-la à massa capitalista. Desses dois princípios únicos que viriam a ser imutáveis na vida proletária, depende a felicidade da imensa família operária. Já se vem notando nas classes obreiras essa remodelação que, aperfeiçoando-a, fará dela,

319 FERRER Y GUARDIA, Francisco. “A Escola Moderna”, Biblioteca Terra Livre: São Paulo, 2014, p. 55.

320 FERRER Y GUARDIA, Francisco. “A Escola Moderna”, Biblioteca Terra Livre: São Paulo, 2014, p. 55.

321 FERRER Y GUARDIA, Francisco. “A Escola Moderna”, Biblioteca Terra Livre: São Paulo, 2014, p. 55.

322 FERRER Y GUARDIA, Francisco. “A Escola Moderna”, Biblioteca Terra Livre: São Paulo, 2014, p. 56-57.

proximamente, uma classe forte e respeitada. Todas as grandes causas tem os seus mártires e, esses mártires que tombaram ao leno homicida, sacrificados pelos burgueses malditos, levantar-se-ão, quem sabe?

Luz, serenos como deuses antigos, do meio da revolução social completamente triunfante e pregarão com os seus camaradas agitados e vencedores, em plena anarquia vitoriosa, a libertação dos povos.³²³

Retomando assim, o tema da revolução social, Ruy Gonçalves vincula seu programa educacional à um programa revolucionário. A partir da estratégia de luta da ação direta, na perspectiva de que são os setores explorados que devem construir a revolução e gerir o processo como obra delas próprias, a fim de despertar neles a consciência das contradições sociais a que estão submetidos, fazendo com que estes adquiram o desejo e a consciência da necessidade da revolução.

O homem que trabalha deve progredir sempre. A nossa existência tem mostrado que a vida é um trabalho constante e uma evolução perene. Essa evolução se faz pelo trabalho e pela inteligência e, é triste, olhar-se ainda, nesse caminho assombroso e gigantesco da sociedade contemporânea, alguns infelizes debatendo-se na escuridão do analfabetismo e abocanhados pelo Estado para servirem como soldados.³²⁴

Crítico feroz ao Estado, ele também faz uma defesa do antimilitarismo e denuncia o papel do nacionalismo:

Nunca, a família operária deve pensar em ver os seus filhos metidos num batalhão, envergando uma farda que os humilha e que os torna escravos, avançando, levados pela guerra, para matar e destruir o que o esforço humano, o esforço dos seus próprios irmãos, os operários, à luz fulgente do sol ou ao uivar das tempestades, levantaram e ergueram no meio das cidades colossais.³²⁵

Debatendo assim a opressão estatal, ele projeta, com um tom profético, como seria a sociedade sem este aparelho de dominação:

O Estado está prestes a ruir e, com ele, ruirão as velhas fórmulas hierárquicas: todos serão nivelados ao mesmo nível. Desaparecendo o Estado, acabando todas as calamidades sociais. O Estado mantém a sua soberania apoiado no exército que o defende e que, na sua inutilidade porque só destrói, não pode ser um sustentáculo da paz.

“Mas, - escreve Moliari – abusando da sua preponderância no Estado, para impôr, por um preço cada vez mais elevado, serviços cada vez menos úteis,

323 Liberdade. Nº 23 01/09/1918, p. 2.

324 Liberdade. Nº 23 01/09/1918, p. 2.

325 Liberdade. Nº 23 01/09/1918, p. 2.

não cometerá a classe dirigente e exploradora das oficinas de destruição, em detrimento dos consumidores de segurança, um ato de espoliação? Não será o militarismo também uma forma – e não a menos prejudicial – do roubo? Abolidos esses absurdos, o Estado e o Militarismo, absurdos que tem custado a humanidade ondas de sangue, o mundo liberto das algemas que o tem acorrentado como um novo Prometeu ao Caucazo, e onde, a águia de Zeus lhe estraçalha as entranhas, águia que é o explorador miserável, entrará na fase gloriosa de uma nova era de paz e de prosperidades. Não mais, então, os morticínios cruéis, não mais a opressão feita pela força para sufocar o grito dos trabalhadores, não mais essa luta de classes e de castas em constantes combates, porque “aparece em todo o esplendor da sua realeza futura, - afirma o notável escritor Celestino de Souza – a filha do trabalho, a “burguesia” a economia feita homem, a última palavra do progresso, a classe a um tempo industrial e intelectual.”³²⁶

Demonstrando grande conhecimento de história e literatura, as referências, metáforas e analogias utilizadas por Ruy Gonçalves também demonstram a erudição do professor. O texto assume assim um tom romântico, carregado de esperanças:

Um mundo morre, já clareia outro no horizonte. Dai lugar ao novo soberano, ao espírito humano! - o único que tem o direito de reinar: pois é a sociedade senão a inteligência em ação, a inteligência vitoriosa do passado, que ela cria e devora a cada instante para variar indefinidamente e para melhorar o espetáculo?
Dai lugar ao novo soberano, ao espírito humano! - e, em face dele, para que penejar mais retratos de reis, para que relatar mais conquistas políticas e mais guerras? Agora a história da humanidade é a história do pensamento”.³²⁷

Por fim, afirma que “Toda essa colossal remodelação virá da educação operária e, dela, transformados os obreiros da inteligência, vaiará no vastíssimo horizonte azul do universo, estendendo-se numa onda de luz, o vigoroso e triunfante sol da liberdade”.³²⁸

Com essas perspectivas em mente, é que, como vimos, Ruy Gonçalves assumiria o papel de professor na Escola da Liga Operária da Construção Civil de Niterói, em 1921. Da teoria à prática, vemos na Escola da Liga muitos dos fundamentos aqui apresentados. É a materialização de um projeto conjunto entre o sindicato e o professor Ruy Gonçalves, que já possuía esta intenção há tempos.

Não deixaria, no entanto, de prestar conferências públicas às associações operárias.

No dia 15 de outubro, Ruy Gonçalves faz uma grande conferência no Teatro Municipal de Niterói, cuja chamada leva o nome de Francisco Ferrer y Guardia. A palestra ocorre enquanto a Escola da Liga ainda encontrava-se em funcionamento. A prática de

³²⁶ Liberdade. Nº 23 01/09/1918, p. 2.

³²⁷ Liberdade. Nº 23 01/09/1918, p. 2.

³²⁸ Liberdade. Nº 23 01/09/1918, p. 2.

realizar conferências do tipo de maneira paralela à prática escolar era comum, inclusive, durante as experiências de Ferrer, que afirmava:

A Escola Moderna não se limitou à ação pedagógica. Sem esquecer por um momento de seu caráter predominante e de seu objetivo primordial, ela se dedicou também à instrução popular, organizando uma série de conferências dominicais públicas, à qual compareciam os alunos, suas famílias e grande número de trabalhadores desejosos de aprender.³²⁹

Parte da palestra é reproduzida no oitavo número do Boletim, já sob a gestão da Federação do Estado do Rio, que mostra uma grande erudição sobre a história universal. Na conferência, ele fala sobre os árabes desde a antiguidade, explicando o surgimento do islamismo, passando pelo Oriente Médio até narrar a ocupação da Península Ibérica pelos mouros:

De Gilbratar, onde tais novas chegavam rápidas e céleres, fácil fora aos árabes avançar e se localizarem, sem custo, em solo ibero.
Comandando numeroso exército de beduínos e mouros, aguerridos cohortes alvos mantos esvoaçantes e de albornozes fulgentes de padrias raras, Tarik, soltando as brisas o pavilhão com o crescente agareno, investiu galhardamente.
O reencontro de Xerez em que os alfanges moriscos saíram vitoriosos, entregou a Espanha aos árabes que, imediatamente transformaram a península inteira no seu “habitat” favorito.
A civilização árabe – diz o eminente escritor João Ribeiro – entrando em contato com a européia, trouxe novos elementos de arte, de costumes e de vidas.

Como podemos ver nesse texto da longa Conferência, que não se encerra neste número do jornal, e teria continuidade no seguinte se a publicação do Boletim não fosse interrompido, Ruy Gonçalves oferecia palestras para os trabalhadores com temas diversificados que serviriam para sua instrução. Conhecimentos gerais que significariam um início à uma formação mais erudita.

Desenvolvendo assim uma considerável influência entre os trabalhadores, Ruy Gonçalves avançava em seu objetivo de contribuir para uma maior formação e politização no meio operário. Como foi mencionado, ele chega a ser considerado pelos militantes da Liga como “o espírito forte que doutrina e ensina para vencermos na grande obra da remodelação social.”³³⁰

Talvez por sua influência diversos autores aparecem citados no Boletim da Liga e no

329 FERRER Y GUARDIA, Francisco. “A Escola Moderna”, Biblioteca Terra Livre: São Paulo, 2014, p. 103.

330 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 3, abr. de 1921, p. 4.

Boletim da Federação do Estado do Rio. Entre esses, vemos ilustrados alguns dos clássicos do anarquismo, como Kropotkin. Este chega a ter enxertos de dois de seus textos mais conhecidos nos boletins: *Palavras de Um Revoltado* e *A Conquista do Pão*.

O livro *A Conquista do Pão* de Kropotkin, que teve uma circulação ampla no meio operário, em uma determinada parte chama a atenção para a situação educacional dos trabalhadores. Sua forma de avaliar a questão não parecia diferir muito daquela que vimos pelos artigos assinados pelos militantes da Liga. Segundo esse autor,

A educação é um privilégio. Pode-se lá falar em educação, quando o filho do obreiro é obrigado a descer à mina aos 13 anos e a ajudar seu pai na fazenda? Falar- de estudos ao trabalhador, que volta à noite, quebrado por um dia inteiro de trabalho forçado! As sociedades dividem-se em dois campos contrários e nestas condições a liberdade torna-se uma palavra vã. O radical pede uma extensão maior das liberdades políticas, enquanto se apercebe que o sopro da liberdade rapidamente conduz ao levantamento dos proletários; e então recua, muda de opinião, e volta às leis de exceção e ao governo do sabre.³³¹

Percebemos uma grande consonância entre as ideias propagadas pelo anarquista russo e aquelas defendidas pela militância da Liga.

Outro autor anarquista citado nos boletins é Sebastian Faure. No número 3 do Boletim da Liga, aparece a seguinte frase dele: “A humanidade é infeliz porque o gênero humano está atacado de uma fatal e incurável perversidade”

Faure, conhecido educador anarquista, fundaram uma escola racionalista na França que levava o nome de *La Ruche*, a *Colméia*. A experiência, era de fato uma comunidade-escola, guarda grandes particularidades em relação à experiências similares, como o fato de alcançar autossuficiência econômica através do trabalho coletivo, um sistema educacional igualmente pautado na liberdade social dos alunos e uma gestão coletiva, sendo o papel do diretor transitório e apenas dedicado a executar as tarefas decididas em assembleia.

Assim, Sébastian Faure deixa claros seus ideais de militante anarco-comunista, vendo na escola a chance de construir uma célula social funcionando segundo o princípio básico deste pensamento socialista: a coletivização dos bens com a extinção da propriedade privada, com o trabalho individual de cada um organizado de acordo com o trabalho geral da comunidade, cada um contribuindo de acordo com suas possibilidades e retirando da comunidade o necessário para uma sobrevivência digna, justa e feliz.³³²

³³¹ KROPOTKINE, Pedro. “A Conquista do Pão”. Edição da “Organização Simões”. Rio de Janeiro, 1953. p. 12.

³³² GALLO, Sílvio. Educação Anarquista. Um Paradigma para Hoje. p. 185

A iniciativa não pretendia, no entanto, isolar-se socialmente. A própria escola sobrevivia através da venda de excedentes e serviços prestados ao exterior, principalmente à sindicatos. Mas também possuía um importante objetivo de propaganda socialista libertária.

A experiência, iniciada em 1904, duraria até 1917, apenas quatro anos antes do autor ser citado pelo Boletim da Liga, fato que mostra que os militantes brasileiros estavam bastante atentos às outras movimentações e experiências ao redor do mundo.

Outro anarquista relevante citado no Boletim da Liga é Jean Grave. No número 5 do jornal, aparece um capítulo inteiro de seu livro “A Sociedade Moribunda e a Anarquia”. No capítulo reproduzido, “O Direito de Punir”, ele diz:

Fazei com que na sociedade cada indivíduo tenha assegurada a satisfação das suas necessidades; que nada venha entrar-lhe a sua livre evolução; que na organização social não haja instituições de que possa servir-se para escravizar os seus semelhantes e vereis desaparecer os crimes; se ficarem algumas naturezas isoladas, bastante corrompidas para cometer alguns destes crimes que só podem ter por causa a loucura, esses indivíduos pertencerão à ciência e não ao carrasco, assassino pago pela sociedade capitalista e autoritária.³³³

Em “A Escola Moderna”, Ferrer faz referência à biblioteca que funcionava na escola. Nesse texto, ele exalta os trabalhos de Jean Grave, obras que mantinha em seu acervo:

Em resumo, a Escola Moderna foi inaugurada antes que a biblioteca criada tivesse produzido sua primeira obra, mas esta, que foi publicada pouco depois, foi uma criação brilhante que exerceu grande influência sobre a instituição recente; se trata de *As aventuras de Nono, por Jean Grave*, espécie de poema em que se compara com graciosa ingenuidade e verdade dramática uma fase das delícias futuras com a triste realidade da sociedade presente, as doçuras do país de Autonomia com os horrores do reino Argirocracia. O gênio de Grave elevou sua obra até onde não pudessem chegar as censuras dos céticos antifuturistas, assim como apresentou os males sociais com toda verdade e sem o menor exagero. Sua leitura encantava as crianças, e a profundidade de seus pensamentos sugeria aos professores múltiplos e oportuniíssimos comentários. As crianças reproduziam as cenas de Autonomia em seus recreios, e os adultos, em seus afãs e sofrimentos, viam sua causa refletida na constituição daquela Argirocracia onde Monádio imperava.³³⁴

Inegavelmente, Ferrer dava grande valor à obras como essas, e as utilizava em sua prática pedagógica. A *Escola Moderna* de Barcelona, além de manter uma biblioteca, chega a

333 Boletim da Federação Operaria do Estado do Rio, nº 5, junho de 1921, p. 3.

334 FERRER Y GUARDIA, Francisco. “A Escola Moderna”, Biblioteca Terra Livre: São Paulo, 2014, p. 88. Grifos nossos.

lançar uma editora de livros para publicar as edições que considerava mais importantes a serem divulgadas e distribuídas às escolas. José Damiro afirma que

Constatamos que a editora Guimarães & Cia. também publicou diversos títulos anarquistas em português na “Coleção Sociológica”, muitos vendidos no Brasil, tais como: A doutrina anarquista de Paul Eltzbacher; A sociedade futura e A sociedade moribunda e a anarquia de Jean Grave; A conquista do pão e Palavras de um revoltado de Peter Kropotkine; A dor universal de Sebastien Faure; O amor livre de Charles Albert; entre outros. O livro de Jean Grave, A sociedade futura também foi publicado pela editora Ferrer e era uma leitura destinada aos adultos.³³⁵

Percebemos que muitos desses autores e títulos aqui citados coincidem com aqueles mencionados pelos boletins da *Liga Operária da Construção Civil* e da *Federação do Estado do Rio*. Longe de ser uma coincidência, isso nos mostra que as grandes referências utilizadas pelos anarquistas e sindicalistas revolucionários deste lado do atlântico eram compartilhadas com os militantes europeus.

Apesar de não sabermos o que teria ocorrido com a *Escola da Liga*, esses apontamentos nos mostram um pouco acerca das perspectivas que ela carregava.

Mesmo depois da *Escola da Liga* não ter se mantido ativa, Ruy Gonçalves parece não desistir, e embarca em um projeto próprio e ainda mais ousado. Segundo Edgar Rodrigues,

Rui Gonçalves desenvolveu toda a sua atividade no plano intelectual. Fundou uma Escola Moderna, no Fonseca, Niterói, em 1922-24, conseguindo fazê-la funcionar com razoável sucesso. Também proferiu conferências nos meios operários e realizou um curso na União dos Operários da Construção Civil, do Rio de Janeiro, sob o tema: “O Anarquismo, Sua Ação e Suas Escolas”. Sua militância começou quando o movimento sofria golpes duros do governo Epitácio Pessoa, e mais de Bernardes, cuja polícia fechava tudo que cheirasse a libertário, prendendo seus responsáveis.

A Plebe publicou os estatutos da Escola fundada por Rui Gonçalves.

Rui Gonçalves fez parte de uma plêiade de intelectuais que ajudaram a divulgar o anarquismo.³³⁶

Essa nova experiência, iniciada um ano depois da *Escola da Liga*, representa uma nova oportunidade de fazer vigorar seu projeto de educação operária, agora com mais experiência e mais maturidade para encarar as dificuldades que a empreitada traria.

Edgar Rodrigues mostra-nos, em carta confidenciada ao jornal *A Plebe* de São Paulo,

335 MORAES, Joés Damiro de. “Leituras que recomendamos – o que todos devem ler”, p. 53.

336 RODRIGUES, Edgar. “Os Companheiros 5” p. 129.

que em 1924 o professor Ruy Gonçalves mantinha a experiência. Em outro endereço e sem citar o sindicato em questão, o relato nos esclarece bastante sobre as intenções do educador. Ao falar sobre Ferrer y Guardia, Edgar diz:

Em Niterói, um dos seus seguidores brasileiros - anunciava a fundação de “A Forja”, escola baseada nos métodos do ensino do grande pedagogo libertário, Francisco Ferrer y Guardia, que no ano trágico de 1909, seria fuzilado pelo governo espanhol.

Decorridos 15 anos, Rui Gonçalves, dirigia-se aos redatores de “A Plebe” nos seguintes termos: “Niterói, (E. do Rio) 30-6-24. Aos dignos camaradas - Paz e Evolução.

Tem esta por fim, comunicar-vos que, desde 18 de fevereiro está funcionando, nesta cidade, no Fonseca, uma escola racionalista denominada “A Forja” com 45 alunos.³³⁷

Aqui, o professor também comenta sua publicação literária e trajetória política, reafirmando sua maior pretensão:

Certo, o meu nome não lhes é de todo desconhecido; há 45 anos milito, ativamente, na questão social, tendo sofrido, por ser anarquista, 14 dias de prisão. Autor de vários livros entre eles “Páginas de sociologia”, “Futurismo”, “O Deportado” e modesto professor, entendi que o ensino racionalista seria o meio mais prático para chegarmos ao fim a que nos propomos: a revolução social.³³⁸

Apesar de não termos tido acesso à essas publicações, estas mostram que o professor dedicava-se também ao desenvolvimento da teoria e construía textos a fim de contribuir em sua prática pedagógica.

Na carta, Ruy Gonçalves apresentaria brevemente a situação da escola, assim como seus projetos e perspectivas sobre ela. Sem esconder as referências às quais se filia, ele diz:

A Forja” surgiu como símbolo de uma evidente promessa; é uma escola moldada à feição da “Escola Moderna”, de Ferrer. O seu programa de ensino que, oportunamente, enviarei, bem como os livros adotados que foram escrupulosamente escolhidos, revelam bem os seus fins e os seus intuítos. Sem vaidade, penso ser “A Forja” a primeira escola racionalista, de fato, que se funda no Brasil.³³⁹

Difícilmente Ruy Gonçalves desconhecia outras experiências de educação operária e racionalista no Brasil, que inspiravam-se nas obras de Ferrer. Inclusive, era próximo a Pedro

337 RODRIGUES, Edgar. “Novos Rumos”, p. 214.

338 RODRIGUES, Edgar. “Novos Rumos”, p. 214-215.

339 RODRIGUES, Edgar. “Novos Rumos”, p. 214-215.

Matera, que desenvolvera o longo projeto da *Escola Primeiro de Maio*. O próprio Ruy participara de experiências como essa – a aqui já narrada *Escola da Liga*.

Portanto, entendemos que essa afirmação representa um entendimento por parte do professor de que *A Forja* seria a experiência no Brasil que mais se aproximaria, de fato, da proposta original da *Escola Moderna*. O que ao seu entender, seria um caso único. Um dos elementos que o leva a crer isso seria, sem dúvidas, o projeto da escola da criação de um internato. Ele escreve:

A criação do seu internato (o primeiro internato operário que se cria no país) é uma tentativa extraordinária e que será levada a efeito dentro de pouco tempo. A matrícula na “A Forja” é inteiramente grátis; a escola favorece, sem nenhuma contribuição, livros, papéis, penas, lápis, enfim, todo material escolar necessário à educação do aluno. à generosidade dos camaradas daqui e do Rio, deve a “Forja” o surto que vem tendo no curto lapso de existência. Oxalá, possa “A Forja” conseguir o seu programa e desobrigar-se da responsabilidade de que a si arrogou e, assim terá resolvido o magno problema da educação racionalista - base principal da evolução consciente dos trabalhadores.³⁴⁰

Se Ruy conseguiu levar a cabo sua intenção de transformar a escola em um internato, fora de fato uma experiência única no Brasil. A possibilidade de construir uma escola que funcionasse dessa forma, de fato, possibilitaria à Ruy desenvolver uma forma de ensino integral de maneira mais profunda. Para isso, a escola parece possuir uma estrutura bem mais refinada que a experiência anterior. Ruy Gonçalves termina a carta dizendo ter a intenção de fazer uma conferência em São Paulo sobre o tema:

Aproveito a oportunidade para comunicar-lhes, também, que tenho recebido algumas cartas daí, pedindo-me para falar sobre o ensino racionalista, pretendo, se conseguir recursos para tal fim, ir até S. Paulo e fazer uma conferência cujo produto integral será destinado para auxílio de “A Plebe” semanal.

Abraçando-lhes, saúda-vos, cordialmente, o camarada Ruy Gonçalves P.S. - Peço-lhe a fineza de remeter-me o número de “A Plebe” que disser algo sobre “A Forja”.

Endereço: Ruy Gonçalves - Rua do Telhado, 412 - Fonseca - Niterói - E. do Rio³⁴¹

Apesar do periódico ter um foco central na divulgação de toda notícia e propaganda operária do país, principalmente aquelas de cunho libertário, Edgar Rodrigues diz em nota que

340 RODRIGUES, Edgar. “Novos Rumos”, p. 214-215.

341 RODRIGUES, Edgar. “Novos Rumos”, p. 215.

“Este trabalho não chegou a ser publicado por “A Plebe”, pois este foi suspenso logo após a revolução de 5-7-1924. Usamos o manuscrito do prof. Rui Gonçalves.”³⁴²

Apesar de não estar clara a relação que a escola dispõe com as articulações operárias na época, e sem poder afirmar ao certo como Ruy Gonçalves conseguiu recursos no momento para a escola, podemos perceber que ela mantém firme sua proposta inicial.

O próprio nome “Forja” pode sugerir também uma referência à *Federação Operária do Rio de Janeiro* (FORJ), e a toda a importância histórica que esta assumiu no estado.

Mas o nome carrega além disso um peso simbólico importante. Em diversos textos, vimos Ruy usar o verbo “forjar” no sentido de construção, de realização de uma grande obra. Na época da Escola da Liga, ele chega a afirmar: “A escola é a forja monstruosa em que os sentimentos do homem se aperfeiçoam e se apuram.”³⁴³

Segundo o Dicionário de Imagens, símbolos, mitos, termos e conceitos Bachelardianos, de Agripina Ferreira, “Segundo a tradição mítico-religiosa, o ferreiro é um demiurgo com poderes para forjar o cosmos.”³⁴⁴ Assim, teria a ideia do trabalho que produz, remodelando a realidade à sua volta. A constituição do ser à partir do não-ser. “A imagem do sol poente é a forja considerada no plano cósmico. Na forja do sonhador “tudo é grande: o martelo, as tenazes e o fole”. E maior ainda é o sonhador de forjas.”³⁴⁵

O nome também transparece uma alusão à ideia de politecnia característica da instrução integral, de união da educação manual com a intelectual. A maior parte das experiências libertárias buscavam unir as formas de instrução, e muitas delas contavam, de fato, com forjas para o ensino.

Assim, desde seu nome até seu funcionamento, a “Forja” seria pensada à luz de um profundo projeto de remodelação social.

342 Ibidem, p. 215.

343 Boletim da Liga Operaria da Construção Civil, nº 4, p. 4, maio de 1921.

344 FERREIRA, Agripina E. A. “Dicionário de Imagens, símbolos, mitos, termos e conceitos Bachelardianos, p. 85

345 FERREIRA, Agripina E. A. “Dicionário de Imagens, símbolos, mitos, termos e conceitos Bachelardianos, p. 85

ASMOB-MILANO
ARCHIVIO STORICO DEL
MOVIMENTO OPERAIO
BRASILIANO

1890-1965

Em 588

BOLETIM

— DA —
Federação Operaria do E. do Rio

A PERFEIÇÃO ECONOMICA ESTA' NA INDEPENDENCIA ABSOLUTA DOS TRABALHADORES...

...ASSIM COMO A PERFEIÇÃO POLITICA ESTA' NA INDEPENDENCIA ABSOLUTA DO CIDADÃO.— Proudhon.

ANNO I NICTHEROY — OUTUBRO — 1921 NUM. 8
Distribuição Gratuita

Francisco Ferrer

(Conferencia de Ruy Gonçalves, realizada no Theatro Municipal de Nictheroy, em 15 de Outubro de 1921).

No Oriente longinquo e remoto, maravilhoso paiz de encantadoras lendas que o occidente mal conhecia ainda, a religião do Propheta acabava de triumphar.

Vagamente, dessa immensa região velada de mysterio e de legenda, a noticia da victoria chegara á Europa attonita e, antes que ella se confirmasse definitivamente, no meio d'um pasmo geral, ja os arabes, com o fito de estenderem pelo mundo os dogmas do Islam, se haviam precipitado, cheios de zelo e de devotamento, em derredor das terras convizinhas, dominando-as.

Despertados, de subito, pelo rythmo pujante e excelso do novo crêdo, elles, sahindo da sua modorra habitual, sentiram, abandonando a apathia caracterista dos povos asiaticos, que a fé viva e ardente pregada pelo illustre koreschita, volvia de novo, animado pelo bafejo poderoso de supremas energias creadoras, renascendo, numa grande expressão de belleza heroica e espiritual, do somno millenar em que jazera.

A fé!...

Foi essa fé enorme e profunda, fé que jamais desampara o homem porque vive com elle e com elle morrerá, que arrastou os arabes, atravez todas as intemperies e de todas as inclemencias, a se espalharem pelo universo, para diffundirem, com o ardor dos verdadeiros missionarios, os preceitos da doutrina que despontava.

Assim emquanto as al-djihed, isto é, as guerras santas, marcavam para os mussulmanos o inicio de uma nova éra que, começara com a Hegira, surgia para elles, como um complemento daquella, o periodo das conquistas e das grandes expansões de actividade.

Mahomet conseguira disciplinar o espirito sarraceno, unido-o por laços que nunca mais seriam desatados, laços que os ligava entre si, numa confraternisação que, até allí,

fôra impossivel de realizar-se e, d'est' arte, em pouco tempo, as tribus disseminadas e nomeadas, aggregavam-se, umas ás outras, formando, em breve, um povo exclusivo com uma crença exclusiva:

' Só Deus é grande e Mahomet é o seu propheta ; Allah é o Deus unico'.

Da Asia, desde a Syria á Jerusalém, de Jerusalem á Persia e, d'ahi, á India ignota os arabes passaram á Africa adusta e inhospita e, atravessando o deserto solitario interminavel planicie de areia incendiada e ardente, vergastada sempre pelo «*simon*» implacavel, assenhorearam-se de Carthago e esmagando, mas adiante, as gentes da Mauritania chegaram, por fim, ás columnas de Hercules.

Então, aos olhos da enorme caravana de «*sheiks*» e de guerreiros, acampada ás bordas do Mediterraneo silencioso e sem ondas, todo azul, d'um azul transparente de esmalte orientai, immergiu, para lá do estreito, volento numa neova subtil e diaphana, um delicioso recanto propicio á meditação e á prece e onde o trabalho poderia desenvolver-se consideravelmente e que surgia, por entre aguas e arvores, aos beijos flávos do sol, como uma dadiva preciosa de Allah.

Era a Iberia.

A Hespanha, nessa epocha, 711 estava debaixo do dominio godo.

A monarchia visogothica a quem Clovis já havia inflingido um grande revez no qaul Alarico II perecera no combate que se ferira, aluiu-se, esboroando-se sob o poder do clero.

Esmagado, aniquilado pela prepotencia religiosa muito maior e muito mas forte que a prepotencia dos reis, o imperio agonisava pouco a pouco.

De Gibraltar, onde taes novas chegavam rapidas e céleres, facil fôra aos arabes avançar e se localisarem, sem custo, em sólo ibero.

Commandando numeroso exercito de beduinos e mouros, aguerridas cohortes de alvos mantos esvoaçantes e de albornozes fulgentes de pedrarias raras, Tarik, soltando as brisas o pavilhão com o crescente agarenno, investiu galhardamente.

O encontro de Xerez em que os alfanges

Figura 7: Capa do Boletim da Federação Operária do Estado do Rio nº 8

3.3. Lutas, Disputas e Repressão no Movimento Operário Fluminense (1921-1928)

O movimento operário que se desenha, desde fins do século XIX, com a forte presença de imigrantes e uma predominância das ideias e práticas anarquistas, será duramente reprimido, particularmente através das práticas da deportação.

As deportações existem no Brasil desde os tempos do Império. No entanto, antes estavam, em geral, ligadas a razões burocráticas mais simples, como à falta de documentação. Na república, as leis de deportação obedeciam, em sua maioria, à lógica de manutenção da ordem social ou “razões profiláticas”.

Diversas leis voltadas à expulsão de militantes operários, em especial estrangeiros, foram se desenvolvendo ao longo das décadas, acompanhando o avanço organizativo do operariado e suas consequentes conquistas. Já em 1907, a “Lei Adolfo Gordo” previa a expulsão de estrangeiros perturbadores da paz e da ordem. O ano anterior, marcado pelo *Primeiro Congresso Operário Brasileiro*, representava um salto organizativo para a classe operária, o que ameaçava a burguesia ascendente. Oscar Farinha Neto afirma que

As classes dominantes reagiram aos progressos de organização do trabalho e ao incremento das lutas de classe que se verificavam no país após a realização do Congresso Operário. Nesses dias, os patrões abriam uma ofensiva contra os sindicatos, com o fim de anular as parcas conquistas obtidas pelo operariado. Apelavam para a polícia, alegando que os acordos tinham sido assinados sob coerção. E a repressão policial (...) foi um dos principais condicionantes da fraqueza e descontinuidade dos sindicatos durante a Primeira República.³⁴⁶

Em 1913, não coincidentemente no mesmo ano do Segundo Congresso da *Confederação Operária Brasileira*, Hermes da Fonseca desenvolve uma lei de ampliação dos mecanismos de repressão aos estrangeiros militantes do movimento operário. Farinha Neto acrescenta que “A nova lei de expulsão, sancionada em janeiro de 1913, revogou alguns artigos do decreto de 1907, que dispensavam proteção aos estrangeiros. Acompanhando o incremento da atividade operária no país, o número de deportações aumentou em 1912 e 1913”.³⁴⁷

Aliando uma política de pouca intervenção econômica e estimulando o livre mercado à perseguição sistemática daqueles trabalhadores tidos como mais “problemáticos”, as duas

³⁴⁶ FARINHA NETO, Oscar. “Atuação Libertária no Brasil”, p. 33.

³⁴⁷ Ibidem, p. 58.

primeiras décadas da república foram marcadas pela livre exploração da classe trabalhadora. Addor avalia que “Na Primeira República, especialmente no período compreendido entre a promulgação da *Carta Constitucional de 1891* e os anos de 1918/1919, as relações entre o Estado brasileiro e a sociedade civil são marcadas fundamentalmente por uma postura liberal rigorosamente ortodoxa”³⁴⁸

Já com a ampliação organizativa dos setores explorados em uma força social que passa a ameaçar a situação das classes dominantes, um período de instabilidade política se inicia no final desta década. Bóris Fausto aponta que, ao tratar dos problemas sociais dos setores marginalizados da sociedade que tentam configurar-se como força social ativa, duas grandes linhas passam a se desenhar, desde 1917³⁴⁹. A primeira trata a questão social como pura e simplesmente uma subversão da ordem a ser enfrentada com medidas repressivas, ou, como ficou conhecida, como “caso de polícia”.

A violência do Estado como instrumento perpetuador das relações sociais de dominação na área industrial, ao longo da Primeira República, é um dado conhecido. Parece inútil reproduzir genericamente as referências aos atentados contra a liberdade sindical, contra o direito de expressão, que as raras exceções apenas confirmam.³⁵⁰

A greve era entendida não como um produto das forças contraditórias que materializavam seu antagonismo de classe, e sim como uma manobra conspirativa, com a finalidade única de enfraquecer o progresso nacional.

A segunda estratégia do Estado identificada pelo autor é a busca por dar alguma legitimidade à causa operária, tentando integrar os trabalhadores até certo ponto ao sistema vigente, através da outorga de um conjunto de direitos:

A temática da necessidade de fixar as relações de trabalho através de uma legislação específica ganhou impulso sob a direta influência das mobilizações operárias, tendo por cenário o Parlamento nacional. Instituída a ordem republicana como um sistema oligárquico, baseado na lealdade coronelística e na fraude, as classes populares urbanas foram relegadas a condição marginal, por variável que tenha sido seu peso no Rio de Janeiro e São Paulo.³⁵¹

De todo o modo, parece que as duas estratégias adotadas pelo Estado na amenização do conflito social por muitas vezes agiam em conjunto, na tentativa de tornar a classe

348 ADDOR, Carlos. “A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro”, p. 44.

349 FAUSTO, Bóris. “Trabalho Urbano e Conflito Social”, p. 217.

350 FAUSTO, Bóris. “Trabalho Urbano e Conflito Social”, p. 233.

351 Ibidem.

trabalhadora mais dócil, ao mesmo tempo que pune vigorosamente alguns líderes sindicais. Como Carlos Addor lembra, “separando o joio do trigo”.³⁵²

O ascenso dos movimentos operários – em especial, a greve paulista de 1917 e o movimento “insurrecional” de novembro de 1918, no Rio de Janeiro – pressionavam a chamada “questão social” para a ordem do dia.

A reação governamental veio na medida do aumento da mobilização operária. Desde o início de 1917, o chefe de polícia fazia-se de diplomata, procurando, através de contatos com as associações, aprofundar a divisão dos trabalhadores. Multiplicaram-se as ações repressivas, com a proibição de comícios, passeatas, e prisão de anarquistas.³⁵³

No entanto, a pressão exercida pelo Estado já não parecia intimidar os trabalhadores, que viam a massificação do movimento. Segundo Oscar Farinha Neto, “A repressão policial às greves, que eclodiram nos meses seguintes, teve como efeito provocar outras greves, de solidariedade a operários presos”³⁵⁴

Em contrapartida à esses avanços, Epitácio Pessoa desenvolveu desde 1919 um projeto de recrudescimento ainda maior das determinações do Estado de eliminar as dissidências e os “não-afinados” com a ordem social vigente. Este projeto é colocado acentuado em 1921, com a Lei de Repressão ao Anarquismo, decreto nº 4.269 de 17 de janeiro, que visava ceifar os principais militantes das organizações operárias.³⁵⁵

Em artigo do *Boletim da Liga* já citado aqui, “O Começo do Fim”, Antonio Marques debate esse contexto repressivo sofrido pelo movimento operário:

Fechando associações, prendendo, espancando e até assassinando trabalhadores e ainda mais, cassando-lhes esse direito universal que é a liberdade de pensamento, julga a burguesia ter resolvido esse grande problema que é a questão social, sem calcular as consequências que dessas arbitrariedades poderão advir.³⁵⁶

A liberdade de pensamento aparece em certo destaque no texto. Também ridiculariza a ideia de “ordem pública” no sistema capitalista,

A isto chamam garantir a *ordem pública*, como se pudesse existir ordem num regime que se baseia sobre a exploração do homem pelo homem.

352 ADDOR, Carlos. “A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro”, p. 44.

353 FARINHA NETO, Oscar. “Atuação Libertária no Brasil”, p. 74

354 Ibidem, p. 77.

355 AZEVEDO, Raquel de. “A Resistência Anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)”, p. 47,

356 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 2, fev. de 1921, p. 2.

Essa *ordem* existirá sim, porém, quando o capitalismo deixar de envolver com seus tentáculos venenosos a humanidade que se sacrifica e morre de fome, enquanto ele cada vez engorda mais.

Não poderá haver paz enquanto houver fartura para alguns e miséria para a maior parte, porque, essas duas entidades tão antagônicas jamais se poderão unir.

Por toda a parte os trabalhadores unem-se e procuram reivindicar seus direitos a vida e fatalmente terão de vencer, bastando para conseguir essa vitória, a sua união consciente e como arma, unicamente cruzar os braços, porque sem o impulso deles nada se move sobre a terra.

Antonio Augusto de Azevedo traz-nos um extenso artigo sobre a referida lei:

A Lei de Repressão

Acha-se finalmente realizado o grande desejo da burguesia desta “democrática” república.

Foi finalmente aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente da república, a monstruosa lei que visa abolir a liberdade de pensamento, reunião e crítica que veio equiparar a república brasileira, à antiga Rússia dos csares, onde não havia liberdade, de opinião e por isso, mesmo foi o primeiro país onde o domínio burguês deixou de existir.³⁵⁷

Percebemos aqui como a memória da Revolução Russa estava presente, e, como já foi falado, inspira o movimento operário a mobilizar-se, apontando para a transformação da realidade social como algo possível e concreto. Antonio continua, explicando os efeitos da aplicação dessa lei:

Os resultados que a aplicação dessa lei, advirão para a burguesia, não podemos prever com segurança quais sejam, sendo entretanto de esperar que não sejam muito vantajosos, porque desaparecendo para os trabalhadores a liberdade de se reunirem nas suas associações de classe, onde as reuniões eram feitas às claras e a burguesia e o governo estavam a par de tudo que nelas se tratavam, eles terão necessidade de reunirem-se por outros modos, para se defenderem da ganância patronal que mais se desenvolverá incentivada por essa lei iníqua.³⁵⁸

Reafirmando seu ideal libertário, ele adverte:

Poderão fechar associações, prender, deportar ou fazer desaparecer os propagandistas do ideal libertário, porém, o que não poderão fazer é arrancar as ideias dos cérebros em que elas se encontram, ou encarcerar o pensamento humano, porque ele é livre como o vento que nada encontra que o possa deter no espaço.³⁵⁹

357 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 2, fev. de 1921, p. 3.

358 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 2, fev. de 1921, p. 3.

359 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 2, fev. de 1921, p. 3.

Também cita a história do educador Ferrer y Guárdia, mostrando novamente que sua memória era marcante no movimento operário brasileiro:

Morre o homem mas ficam as ideias”, disse Ferrer, pouco antes de tombar varado pelas balas assassinas da burguesia espanhola, que julgava que com ele morreria a sua grande obra a Escola Moderna, entretanto, ela ficou e os proletários conscientes de todo o mundo admiram-no e tomaram o grande mártir, como modelo e exemplo de firmeza e amor à causa sagrada da emancipação da humanidade que sofre.³⁶⁰

Antonio termina o artigo de maneira inflamada e contundente, marcando sua posição:

Ideia perseguida hoje é ideia vencedora amanhã!
 Persigam-nos, persigam-nos senhores potentados e dominantes, porque a História saberá fazer justiça aos perseguidos de hoje e o desprezo das gerações futuras, será o justo castigo para aqueles que em pleno século XX, pretenderam fazer reviver os torpes processos de dominação usados nos tempos feudais e durante o domínio da Inquisição.³⁶¹
 A.A.A.

Assim, vemos que os militantes haviam clareza em perceber que os tempos seguintes seriam de dura repressão para o movimento operário.

Não podemos afirmar sobre os efeitos que a repressão ou as disputas no movimento operário tiveram na *Liga Operária da Construção Civil* e, mais precisamente, na Escola da Liga. No entanto, certamente esse clima de instabilidade teve efeitos nos trabalhos desenvolvidos por esta, como previam seus militantes.

Tal contexto repressivo eclode no governo de Arthur Bernardes. O mandato de Epitácio Pessoa termina em uma forte crise entre civis e militares, depois de ter nomeado civis para gabinetes militares. O novo presidente eleito é enfim Arthur Bernardes, assumindo em 15 de novembro de 1922 um estado de sítio, sob a pressão dos militares “tenentes”. Após o episódio dos 18 do Forte de Copacabana e a prisão do Marechal Hermes da Fonseca no 5 de julho, o movimento tenentista era uma corrente contestatória a apresentar uma grande ameaça significativa ao governo Bernardes. Ao lidar com um contexto de grande instabilidade política, à luz dos movimentos variados de oposição, ele adota posturas cada vez mais rígidas de controle social.

Arthur Bernardes, então presidente em 1922, acentuou as leis repressivas,

360 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 2, fev. de 1921, p. 3.

361 Boletim da Liga Operária da Construção Civil, nº 2, fev. de 1921, p. 3.

principalmente no que tange aos mecanismos de comunicação e propaganda do movimento operário. A “Lei de Imprensa”, em 1923, colocou sob o jugo do Estado a informação de periódicos institucionais, criando, em 1926, um mecanismo constitucional pelo qual o Poder Executivo passava a dispor de poderes “legais” de expulsão dos indesejáveis.

O quadriênio de Arthur Bernardes foi o espelho do poder oligárquico em ajuste. E por esse motivo promove ações verticais de extrema truculência contra os possíveis interesses divergentes. O empastelamento de órgãos da imprensa operária como A Plebe, ou mesmo o rígido controle da imprensa durante seu governo são sintomas de uma política discriminatória, com vistas a colocar nos “eixos” as correntes ou grupos não afinados com a velha oligarquia. Na realidade, o governo Bernardes representou uma pré-condição importante para o ambiente “democrático” após o estado de sítio, na medida em que o destroçamento da oposição permitia ao então presidente Washington Luís governar mais confortavelmente. Durante a sua presidência jornais de “circulação corrente”, sinalizavam um clima de liberdade.³⁶²

Contudo, as deportações não foram os únicos mecanismos de repressão e exílio social. A Colônia de Clevelândia, no norte do país, criada em 5 de maio de 1922, passa em 1924 a ter uma nova vocação: purgatório dos impenitentes do Estado oligárquico brasileiro. A colônia passa a abrigar presos das mais diversas variedades e motivos.

Outro mecanismo de repressão que passa a assumir um papel central para o plano de controle social desenvolvido pelo governo Bernardes seria a criação do *Departamento de Ordem Política e Social* (DOPS), no final de 24. Raquel de Azevedo comenta que

Em dezembro de 1924, com a criação do DOPS, em São Paulo, os instrumentos de controle e repressão foram se aprimorando, combinando a vigilância de sindicatos e manifestações operárias com o recurso à força na dispersão e comícios e manifestações grevistas, prisões, degredos e deportações.³⁶³

As práticas de repressão cotidianas assumidas pelo governo Bernardes deram continuidade a um *modus operandi* nada original na história da República Velha. Ao abrir espaço para seu sucessor, o próprio Arthur Bernardes admite ter sido apenas um “chefe de polícia”. Dessa forma, ao controlar as instabilidades políticas conjunturais da época, Bernardes tentou dar um clima “harmônico” e “democrático” ao seu sucessor.³⁶⁴

362 SAMIS, Alexandre. “Moral Pública e Martírio Privado”, p. 47.

363 AZEVEDO, Raquel de. “A Resistência Anarquista: uma questão de identidade (1927-1937). São Paulo:

Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. (Coleção Teses e Monografias, 3), p. 47,

364 SAMIS, Alexandre. “Moral Pública e Martírio Privado”, p. 47.

Concomitantemente, um outro importante elemento viria a fragmentar o movimento operário, de maneira significativa, primeiramente em Niterói e depois em todo o país. Não se trataria de um fracionamento decorrente da repressão comum à estratificada sociedade capitalista, mas sim de uma divergência estratégica que nasce no seio do próprio movimento operário.

As diversas vertentes e frações socialistas coexistiram desde a Primeira Internacional, já provocando diversos processos de ruptura entre os movimentos de trabalhadores, como aquele que findou a própria AIT.

No Brasil, essas divisões sempre existiram, no entanto, as correntes que disputavam com as estratégias sindicais predominantemente anarquistas eram diminutas e consideradas, pela maioria dos trabalhadores como ineficazes. Tratavam-se, principalmente de um “proto trabalhismo” e um socialismo que pregava a colaboração entre classes como caminho para a conquista de direitos dos trabalhadores.

Com a fundação do PCB em 1922, em Niterói, esse quadro viria a mudar. Fundado por muitos dissidentes do anarquismo, dentre eles Astrogildo Pereira e Otávio Brandão,

Samis comenta a nova conjuntura política que se desenhava:

No entanto, o surgimento de outra força no campo revolucionário, o Partido Comunista do Brasil, colocaria os ativistas anarquistas diante de uma realidade inteiramente nova. Aos problemas de organização viriam somar-se as disputas dentro dos sindicatos e federações e, para um panorama ainda mais complexo, tais querelas eram personificadas em antigos aliados anarquistas. Uma aguda crise golpeava, também de dentro para fora, o movimento libertário já bastante fustigado pelos empastelamentos de sua imprensa e prisão de militantes.³⁶⁵

O PCB, sendo fundado em Niterói, foca em seu primeiro momento na filiação de militantes e sindicatos à nível local. A *Liga Operária da Construção Civil* não fugiria à regra, e teria alguns de seus membros mais proeminentes convencidos do programa do partido. Muitos destes tiveram sua tradição no sindicalismo revolucionário e eram simpáticos ou adeptos do anarquismo, como os próprios fundadores do PCB.

Antonio Augusto de Azevedo é indicado ao partido pelo próprio Astrogildo Pereira, ex-anarquista que então ocupava o cargo de secretário geral, além de Manuel Cendon e José Alvez Diniz. Aceitando o convite, Antonio já em 24 de abril de 1922 ingressa no partido, tornando-se imediatamente secretário de um centro de filiação em Niterói.³⁶⁶ Antonio também proporia o nome de seu parceiro da Liga Angelo Liguori, que em 1º de junho também se

365 SAMIS, Alexandre. “Anarquismo, “bolchevismo” e a crise do sindicalismo revolucionário”. p. 38.

366 Prontuário GB, notação 18.960. Arquivo do Estado do Rio de Janeiro.

filia.³⁶⁷

Logo Niterói tornaria-se um dos principais foco dos “bolcheviques”, que a partir de lá passariam a disputar a *Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro* com os adeptos do sindicalismo revolucionário. Samis afirma que “Os anarquistas acusavam os comunistas ou “bolchevistas” de, por estarem em minoria, acolherem nas reuniões membros de sindicatos de Niterói que, segundo os libertários, não poderiam deliberar sobre uma federação claramente “local”. ”³⁶⁸

Pensamos que esta contradição está relacionada aos problemas na organização do sindicalismo fluminense da época, que desde o fechamento da FORJ em 1918 se faziam notar. Os sindicatos niteroienses deveriam estar em sua maioria vinculada à *Federação do Estado do Rio*, não à FTRJ. Ao mover os sindicatos de federação, os bolcheviques estariam em desacordo com as deliberações do *Terceiro Congresso Operário*. No entanto, como foi dito, essas subdivisões no Estado em federações específicas era visto como um recurso provisório, a ser superado em um segundo momento e que tinha como único objetivo contornar a fragmentação operária que havia sido identificada em 1920.

As disputas entre as diferentes vertentes se tornam mais intensas. Iza Salles diz que “Agora as ironias evoluíam para a agressão física. Em maio de 1923, os meios operários são surpreendidos por uma agressão ao jornalista Marques da Costa que denunciara, em sua coluna sindical de *A Pátria*, mais perseguições a anarquistas em Moscou”.³⁶⁹

Com o acirramento das tensões internas vemos a crise dessa forma de organização, que será usada como artifício de ambos os lados. Por um lado, o recente PCB aproveita essa relativa desorganização para conseguir cargos estratégicos na federação, formando uma espécie de “comitê central” improvisado, por outro, os anarquistas passariam a desistir da federação, admitindo a insuficiência de suas instâncias e denunciando o ocorrido. Para estes últimos, a FTRJ deveria ser abandonada e superada, pouco importando que tivesse sua estrutura tomada pelo partido, uma vez que a maioria da classe formasse uma federação mais ampla e mais democrática. Samis relata os acontecimentos do final de 1923:

No fim da primeira quinzena de agosto os anarquistas, sob a legenda da “Comissão Reorganizativa da Federação Local”, convocavam as associações em geral para, em assembleia, tomarem conhecimento e opinarem sobre o andamento das bases de acordo da nova Federação. A organização da deferida entidade suscitou inúmeras atitudes; até a Federação Operária do Estado do Rio de Janeiro, com sede em

367 Prontuário GB, notação 18.745. Arquivo do Estado do Rio de Janeiro.

368 SAMIS, Alexandre. “Anarquismo, “bolchevismo” e a crise do sindicalismo revolucionário”. p. 39

369 SALLES, Iza. “Um Cadáver ao Sol”. Ediouro. Rio de Janeiro, 2005, p. 143.

Niterói, convocaria seus filiados para a reorganização das classes.³⁷⁰

Percebemos aqui que, apesar do avanço do PCB em Niterói, os adeptos do sindicalismo revolucionário ainda encontravam-se em maioria na cidade, e a Federação do Estado ainda orientava-se de maneira alinhada ao posicionamento dos anarquistas.

Como sindicato de grande proeminência na Federação do Estado, é provável que a Liga tenha seguido o caminho desta, apesar de ter importantes membros aderentes ao PCB. É possível, inclusive, que as disputas internas tenham causado a dissolução do sindicato.³⁷¹ Nesse sentido, a insuficiência de fontes nos impede de traçar uma hipótese mais contundente.

Sua iniciativa escolar não é mais citada, e permanece a dúvida se ela se extingue por falta de adesão, pelas disputas, pela repressão ou por uma infeliz combinação desses fatores.

Quanto ao processo de reorganização da classe, esse não tarda a dar frutos, e

no dia 19 de agosto, após diversas convocatórias, reuniões e sugestões de emendas ao estatuto foi (re)fundada a Federação Operária do Rio de Janeiro, a FORJ. As bases de acordo definiam claramente a sua organização sob orientação sindicalista revolucionária e local. Nascia como resultado do trabalho de sete associações, recebendo adesão de algumas outras nos meses seguintes. Entretanto, a FTRJ não cessaria suas atividades. E, durante o mês que se seguiu à fundação da FORJ, os ataques mútuos entre as Federações tomaram boa parte das colunas trabalhistas de *A Pátria* e do jornal governista *O País*. Este último abrigava alguns textos assinados, sob pseudônimos, pelos comunistas.³⁷²

Essa disputa visceral que se segue entre a FTRJ e a FORJ. Ainda segundo Samis,

a fundação da FORJ e a crescente disputa entre comunistas e anarquistas não feriram de morte, de imediato, a estratégia da qual se valiam os anarquistas. Muito ao contrário, e apesar das debilidades apontadas por Oiticica, à FORJ nasceu sob o signo do sindicalismo revolucionário. O número de sindicatos filiados à nascente Federação, superou muito depressa o da rival comunista. A despeito dos apelos destes para a formação do “bloco único”, que teria na FTRJ a sua expressão carioca, muitos sindicatos importantes acabaram por se filiar a FORJ.³⁷³

Ainda que tais disputas fragmentassem e dividissem os movimentos dos trabalhadores, a década de 1920 contaria com diversas experiências de luta que, valendo-se da memória das disputas dos anos anteriores, agregariam parcelas significativas da classe trabalhadora.

Ao passo que o movimento operário criava outros contornos organizativos, com estes

370 SAMIS, Alexandre. “Anarquismo, “bolchevismo” e a crise do sindicalismo revolucionário”. p. 43.

371 Essa hipótese pode apoiar-se no fato de um prontuário da polícia sobre Antonio Augusto de Azevedo, já em 1932, dizer que ele “É um dos reorganizadores da Liga Operaria da Construção Civil, estando sempre empenhado em organizações de classe”. Prontuário RJ, notação 805. Arquivo do Estado do Rio de Janeiro.

372 SAMIS, Alexandre. “Anarquismo, “bolchevismo” e a crise do sindicalismo revolucionário”. p. 44.

373 SAMIS, Alexandre. “Anarquismo, “bolchevismo” e a crise do sindicalismo revolucionário”. p. 47-48.

novos elementos de disputas e fragmentação geral da classe, também outras movimentações de trabalhadores surgiam, frutos do contínuo acirramento da luta de classes.

Niterói não seria exceção, e as contradições sociais que permeavam os trabalhadores do porto aqui observadas seriam novamente o estopim para a revolta popular durante toda a década de 1920. Aqui vemos como o levante do navio São Paulo é acompanhado, no ano seguinte, de uma forte mobilização:

Em 1924 o levante do navio “São Paulo” interdita por vários dias a baía de Guanabara à navegação. E nos primeiros dias de 1925 uma greve geral convocada pelo comércio de Niterói contra o aumento de impostos receberia maciça adesão das classes trabalhadoras, inclusive das barcas, bondes e trens da Leopoldina.³⁷⁴

A memória do que ocorreu em 1918, com as movimentações ganhando um aspecto insurrecto, estaria bastante viva na população da cidade, ameaçando os interesses das classes dominantes, que como cedeu em 1919, acabaria por tomar uma posição mais recuada nos anos seguintes. Rangel afirma que “Tanto na greve de 1921 como na de 1925 mostrou-se mais tolerante a direção da Cantareira, não só porque ainda lhe doessem os efeitos do movimento de 1918, como também porque novas ameaças se levantaram contra seu monopólio.”³⁷⁵

No entanto, sabemos que esta afirmação não é totalmente verdadeira, sabendo que, como vimos, o ano de 1921 fora marcado por uma intensa repressão que contou, inclusive, com o assassinato de José Cancio de Souza.

Mas, de fato, nesses anos, a *Companhia Cantareira* acabaria por recuar no sentido de garantir alguns dos direitos trabalhistas reivindicados pelos trabalhadores.

No entanto, após uma década da *Batalha da Cantareira* ter passado, e continuando a adotar as mesmas práticas a cada ano seguido, como o de aumento da tarifa e mal pagamento de funcionários, a *Companhia Cantareira* decide sequer consultar as instâncias do governo, causando estranhamento até por parte dos governantes:

[...] a “Companhia Cantareira decide arbitrariamente aumentar as passagens dos bondes e barcas, a 11 de julho de 1928, sem sequer consultar os governos estadual e federal. O governador do Estado do Rio, Manuel Duarte, intimida a direção da empresa a suspender as novas tarifas e não é obedecido. Diante disso comunica oficialmente à Cantareira que não seria responsável pelas consequências do aumento.”³⁷⁶

374 RANGEL, Kátia Araújo de Marco. PELUSO, Marilena dos Reis. “A Travessia Rio-Niterói”, p. 24.

375 RANGEL, Kátia Araújo de Marco. PELUSO, Marilena dos Reis. “A Travessia Rio-Niterói”, p. 24.

376 RANGEL, Kátia Araújo de Marco. PELUSO, Marilena dos Reis. “A Travessia Rio-Niterói”, p. 25.

Os populares, como temiam os governantes, imediatamente tomariam as ruas, em uma situação extremamente similar àquela observada em 1918:

O povo, como previa o governador, revolta-se e as manifestações assumem proporção semelhante às de 1918. Multidões enfurecidas marchavam pelos bairros do centro, Icaraí, São Domingos, Ponta da Areia e São Lourenço, virando e incendiando bondes. A estação central das barcas foi protegida pela polícia mas não aconteceu o mesmo aos depósitos de carvão, invadidos e destruídos pelos revoltosos. O comércio, mais uma vez, posicionou-se a favor do povo, contra a concessionária dos transportes.³⁷⁷

O conflito, que toma proporções cada vez maiores à medida que se espalha pela cidade, irá pressionar as autoridades, bem como a *Companhia Cantareira*, até o momento em que estes recuariam sob a pressão do povo. “Três dias duraram os incidentes, até que 13 de julho a Cantareira suspende a vigência do aumento, atendendo a sugestões do Ministro da Viação. O balanço de seus prejuízos apontou nada menos que 27 bondes incendiados.”³⁷⁸

Este movimento, que novamente toma ares insurreccionais, acontece em um momento político delicado para o governo brasileiro, onde diversas crises econômicas, políticas e sociais desestabilizariam a ordem vigente. No sentido de tentar estabelecer o *status quo*, o Estado responderia com a adoção de mecanismos de controle e repressão cada vez mais acentuados.

No ano anterior, o governo revisaria leis importantes de repressão às movimentações populares, às estruturas do movimento sindical e às organizações políticas que emergiam.

A chamada *Lei Celerada*, aprovada em 12 de agosto de 1927, sob o decreto nº 5.221 seria a materialização desse processo de recrudescimento do Estado.³⁷⁹ A lei continuaria tendo como foco a vigilância de grupos advindos do meio operário, sobretudo militantes anarquistas. Tal fator se comprova na retomada da *Lei de Repressão ao Anarquismo*. Raquel de Azevedo afirma que “Em dezembro de 1927, porém, os artigos 5 e 6 do decreto de 1921 foram reeditados, aumentando a penalidade para aqueles que colocassem bombas de dinamite em edifícios públicos ou particulares ou em lugares franqueados ao público”.³⁸⁰

Com o advento do Estado varguista, durante a “revolução” de 30, tais elementos não seriam abandonados, e outros marcos da repressão política do Estado brasileiro apareceriam. Ainda segundo Raquel de Azevedo, dois destacariam-se: “Porém, o fator mais relevante contra a organização sindical era a repressão policial que se tornou mais acentuada em virtude

377 RANGEL, Kátia Araújo de Marco. PELUSO, Marilena dos Reis. “A Travessia Rio-Niterói”, p. 25.

378 RANGEL, Kátia Araújo de Marco. PELUSO, Marilena dos Reis. “A Travessia Rio-Niterói”, p. 25.

379 AZEVEDO, Raquel de. “A Resistência Anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)”, p. 47,

380 AZEVEDO, Raquel de. “A Resistência Anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)”, p. 48,

da Lei Celerada, assinada em agosto de 1927, e do estado de sítio que sucedeu a “Intentona Comunista”, em novembro de 1935”³⁸¹

Este período repressivo vivido na Era Vargas, embora atravessasse o período de tempo sob o qual este trabalho pretende debruçar-se, conecta-se com ele à medida em que a repressão vivida pelos trabalhadores niteroienses nesses dois períodos atinge à uma mesma geração de militantes.

De fato, muitos operários que viveram as lutas e movimentações durante a primeira república, e sofreram a repressão do governo nesta época, continuariam militando na década de trinta, e sofreriam novamente a repressão de um Estado totalitarista.

Em lista enviada pelo próprio Governador do Estado do Rio ao arquivo da polícia política, vemos nomes comuns à este trabalho. Na relação de “Indivíduos identificados e fotografados por extremismo”, aparece Antonio Augusto de Azevedo e na de “Indivíduos presos por suspeita de extremismo”, Deoclecio Augusto de Azevedo.³⁸²

Em sua primeira prisão pela polícia do Estado varguista, Antonio Augusto de Azevedo, em 28 de abril de 1932, fora pego pela rede de relações que possuía dentro do *Partido Comunista do Brasil*:

Preso nesta data, pelo investigador Solon, quando o mesmo, em caracter suspeito, na Ponte Central, nesta cidade, procurava ter entendimentos com outros indivíduos conhecidamente comunistas. Nas sindicancias que se procedeu em torno do mesmo, verificou-se ter elle amigo intransigente do conhecimento do comunista José Izaltino da Costa. Interrogado pelo Snr. Dr. 3º Delegado Auxiliar, declarou a referida autoridade, que era adepto do regimen socialista, porém, não adoptava as theorias comunistas. Para verificar se eram ou não verdadeiras as suas declarações, por ordem da autoridade acima referida, foi procedida em sua residência, uma rigorosa busca, onde foram encontrados varios documentos de propaganda comunista; entre estes, jornaes, boletins e livros. É um dos reorganizadores da Liga Operaria da Construção Civil, estando sempre empenhado em organizações de classe. Romou parte em um comício no dia 1º de maio de 1932, no Largo do Barreto, ficando desta forma constatado que Antonio Augusto de Azevedo, é um dos elementos dos que se empenham na propagação das theorias de Lenine. Em 1932, quando foi preso residia à Rua da Cruz nº 17, São Gonçalo.³⁸³

Vemos aqui que Antonio tem intenções de refundar a *Liga Operária da Construção Civil*, tarefa provavelmente árdua em um momento em que o sindicalismo corporativista que agia como braço do Estado havia ganhado grande parte do espaço sindical, e além disso, a

381 AZEVEDO, Raquel de. “A Resistência Anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)”, p. 46-47,

382 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Adm, notação 14.

383 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Prontuário RJ nº 805.

repressão aos movimentos dissidentes estava em alta. Além disso, Antonio Augusto de Azevedo ainda atuava em Niterói, discursando em atividades como este 1º de maio de 1932 no Barreto.

Sua outra prisão, realizada em oito de março do ano seguinte, reforça sua atuação constante no local:

Em uma reunião realizada no Cinema Brasil, no Barreto, intitulada “Frente Única e Antigerreira”, esteve presente, cuja reunião, esteve repleta de elementos comunistas. Em um comício realizado na Praça Enéas de Castro, nesta cidade, em 1-5-1932, foi visto distribuindo boletins de propaganda comunista. Vide diário nº 1-fls.-6³⁸⁴

Outro processo de encarceramento que Antonio passa, já em dezessete de julho de 1935, nos revela que a tentativa de refundar a *Liga Operária da Construção Civil* havia se concretizado:

Nesta data, foi novamente preso por ordem do Dr. 3º Delegado Auxiliar, por ter chegado ao seu conhecimento que, os Associados da Liga Operária da Construção Civil, com elementos que se acham presos, pertencentes a uma “célula” comunista, que acabava de ser varejada pelas turmas desta seção. Procedia uma busca na sede da referida associação, foram encontrados alguns moldes, diversos boletins de propaganda comunistas, inclusive um manifesto encontrado no Armazém da Cooperativa, da qual Antonio Augusto de Azevedo era encarregado. Na mesma data, foi posto em liberdade, por ordem do Dr. 3º Delegado Auxiliar.³⁸⁵

Vemos que Antonio Augusto de Azevedo continuava firmemente em sua militância, agora enquanto membro do PCB. Além dos esforços para contribuir com a organização de sua categoria, também atuava em uma cooperativa.

Angelo Liguori, companheiro da Liga que Antonio indicou para o PCB, também estaria como alvo da vigilância ideológica promovida pelo Estado varguista neste ano:

Prontuario individual de Angelo Liguori.

Angelo Liguori, Construtor, comunista, no dia 14 de Agosto de 1935(46), em uma solenidade realizada no palco do Teatro Municipal de Niterói, rematou no leilão “americano”, um cheque com o autógrafo de Luiz Carlos Prestes, cheque este que foi arrematado por Cr\$ 2.500,00. Esta solenidade marcou o início da Campanha Pró-Imprensa Popular.³⁸⁶

384 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Prontuário RJ nº 805.

385 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Prontuário RJ nº 805.

386 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Prontuário RJ nº 29.428.

Assim, ainda estando em Niterói, participa de um leilão, onde consegue arrematar um cheque assinado pelo então secretário-geral do partido, Luiz Carlos Prestes. Tal ocasião seria parte de uma atividade pela *Campanha Pró-Imprensa Popular*.

Deoclecio Augusto de Azevedo, outro dos principais articuladores da *Liga Operária da Construção Civil*, também estaria na mira do governo nesse mesmo contexto.

Abre-se o presente prontuário para Deoclecio Augusto de Azevedo, de ordem do Sr. Chefe da Secção, em virtude do ofício nº 189 – RESERVADO – do Ministério da Justiça e Negócios Interiores datado de 31-5-36, e demais documentos arquivados no prontuário da “Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo”.³⁸⁷

Em treze de agosto de 1937, acabaria sendo preso:

Por ter chegado ao conhecimento do Dr. 3º Delegado Auxiliar, ser Deoclécio Augusto de Azevedo, propagandista das teorias comunistas e que em companhia de outros indivíduos fotografados nesta delegacia, comentava favoravelmente, os acontecimentos subversivos verificados no norte do país e na capital da República, foi detido afim de ser apurado a denúncia. Há muito que esta Secção, vem observando este indivíduo, por ser sempre visto em companhia de elementos identificados nesta secção, como comunistas. Por já ter conhecimento da detenção de outros indivíduos que se empenhavam na propaganda comunista, nesta cidade, os quais eram encaminhados para à Polícia Federal, não foram encontrados elementos de propaganda do credo vermelho, na busca procedida em sua residência, sendo então, posto em liberdade, por ordem da autoridade referida, ficando sob vigilância.³⁸⁸

Assim, não tendo encontrado nada que comprovasse a filiação de Deoclecio ao PCB, a polícia acabaria por soltá-lo. De fato, nenhum indício temos de que Deoclecio possuísse afinidade com as teorias “bolcheviques”. Ao que tudo indica, ele permaneceria convicto do sindicalismo revolucionário e próximo à ideologia anarquista. Não deixaria, portanto, de incentivar a classe operária, da qual fazia parte, a organizar-se. Atuando junto a esses agentes, ele inevitavelmente também se tornaria alvo da polícia de repressão ao comunismo.

O professor Ruy Gonçalves também não escaparia da prisão nessa época. Encontramos seu prontuário, aberto em decorrência de sua prisão realizada em 21 de março de 1936, em Niterói. O documento afirma que ele foi

Preso como medida de segurança nacional, em virtude de ter publicado em um jornal editado nesta cidade, um artigo atacando o Brasil. Feito uma busca

387 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Prontuário RJ nº 24.312.

388 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Prontuário RJ nº 24.312.

em sua residência, foram encontrados os seguintes documentos subversivos: um livro de coleção com recortes de jornais, (todos subversivos), publicados em jornais e revistas; um livro “Guerra dos Sinos”, um manuscrito com dizeres “Pão Terra e Liberdade”, concitando os trabalhadores a reagirem contra os patrões alguns prospectos de propaganda comunista.³⁸⁹

Vemos aqui que Ruy Gonçalves continuou ativo ideologicamente, mesmo durante a conjuntura repressiva que se instaurou após a “revolução” de 30. Continuava publicando artigos de protestos em jornais e no trabalho intelectual. Depois de oito meses no cárcere, a polícia o libera da *Casa de Detenção*, após convencer que ele assinasse o seguinte termo:

Termo de responsabilidade que presta Ruy Gonçalves, na forma abaixo:
Aos vinte e um dias do mês de Novembro de mil novecentos e trinta e seis, Ruy Gonçalves, brasileiro, natural do estado do Maranhão, com quarenta e cinco anos de idade, solteiro, residente a rua Presidente Domiciano numero cento e quarenta e sete, nesta cidade, presente na Secção de Ordem Social, da Terceira Delegacia Auxiliar da Policia do Estado do Rio de Janeiro, onde se achava doutor Francisco de Paula Pinto, respectivo Delegado, por ter sido posto hoje em liberdade, por deliberação da referida autoridade, assume o compromisso seguinte:

- a) De não mais tomar parte em atividades comunistas.
 - b) De dar conhecimento as autoridades policiais, de qualquer trama subversivo que dele tenha conhecimento; finalmente, acatar o regime atual.
- Niterói, 21 de Novembro de 1936.
Ruy Gonçalves³⁹⁰

Esta é infelizmente a última fonte que conseguimos sobre o professor Ruy Gonçalves. O “termo de responsabilidade” que a polícia o obrigara a assinar era obviamente uma ameaça para uma eventual nova prisão.

389 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Prontuário RJ nº 5,617.

390 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Prontuário RJ nº 5,617.

Conclusão

O contexto de lutas em que a experiência da Escola da Liga se desenvolve são fundamentais para compreendermos os fundamentos nos quais esta se apoia. As greves de 1921 são, em grande medida, um desdobramento do período compreendido entre 1917 e 1920, conhecido como Alvorada do Movimento Operário Brasileiro.

Nesse sentido, percebemos a importância da incidência da estratégia do sindicalismo revolucionário nas lutas sindicais do período. À partir da luta por direitos e demandas concretas para os trabalhadores, a experiência adquirida por estes lapidam o caminho para a transformação social. Dessa forma, como vimos, a própria experiência de organização sindical carrega consigo uma dimensão pedagógica intrínseca. Corrêa afirma que

Ao participar dos sindicatos, os trabalhadores tomariam contato com a resistência, as lutas, as diferentes formas de propaganda e educação, além de conviverem diariamente com essa cultura de classe que era produzida e estimulada. Era, enfim, dentro desse processo que o trabalhador aprimoraria sua consciência de classe, compreendia a luta de classes, e se daria conta das suas tarefas de curto e longo prazo.³⁹¹

No caso da *Liga Operária da Construção Civil*, sindicato fundado em meio à esse ápice de lutas e revoltas, e que contava com o acúmulo prévio do *Sindicato dos Estucadores e Pedreiros* e do *Segundo e Terceiro Congresso Operário Brasileiro*, percebemos um acúmulo grande por parte de seus militantes sobre essa dimensão da luta sindical. O que leva os militantes da Liga a compreenderem e defenderem as associações enquanto escolas.

É também notório o fato da Escola da Liga ser formada de maneira concomitante à uma greve geral no estado do Rio de Janeiro, que se dá no início de 1921. Entendendo o processo histórico de organização, mobilização e luta do movimento operário como um processo também educativo, podemos que o momento de uma greve geral é a materialização desse acúmulo. Lenoir reforça esse aspecto:

A greve geral, última alavanca da emancipação social, arma absoluta contra o capital e a exploração, é a última fase de um longo processo educativo autocontrolado e auto-organizado pelo proletariado revolucionário. Ela nada mais é que a conclusão da educação de todos e por todos, uma aplicação do projeto sindicalista preparado de longa data.³⁹²

391 CORRÊA, Felipe. “Ideologia e Estratégia”, p. 132.

392 LENOIR, Hugues. “Educar para Emancipar”, p. 44,45.

Portanto, perceber que o momento político no qual a Liga desenvolve sua iniciativa escolar é um momento de acúmulo de forças é fundamental para percebermos os acúmulos e saberes das quais ela parte. Como Lenoir afirma, “a greve geral revolucionária é simultaneamente o exame final de uma longa educação e a confrontação dos saberes operários na gestão do mundo.”³⁹³

Além disso, podemos desenhar um quadro relativamente claro acerca da composição dos sujeitos que esta associação mobilizava. Segundo seus próprios militantes, a maior parte dos trabalhadores eram negros, pertencentes à categorias extremamente exploradas, como os pedreiros, estucadores e ajudantes. Este era o caso, inclusive, de Antonio e Deoclecio Augusto de Azevedo.

Outro elemento marcante é que quase a totalidade desses trabalhadores eram analfabetos, e os que não o eram, possuíam parca instrução. A educação básica reivindicada pela e para a classe trabalhadora era uma demanda concreta, que afetava diretamente a vida de cada trabalhador e cada trabalhadora. É nesse cenário que a Escola da Liga surge como uma proposta que parece trabalhar com esses elementos.

O papel que a escola cumpriria, portanto, se dava em dois planos. O primeiro estava diretamente relacionado à uma demanda concreta de instrução dos trabalhadores. Nesse sentido, mais pragmático, o objetivo da escola estava relacionada às diversas formas com que os sindicatos trabalhavam coletivamente para contribuir em com a minimização dos problemas vividos pelos trabalhadores. Nesse caso, a demanda de instrução dos trabalhadores.

Concomitantemente, a escola tinha uma clara proposta de envolver os trabalhadores na vida sindical, servindo como espaço de conscientização e reflexão acerca de sua realidade social. Nesse sentido, era obviamente tático para a luta sindical agregar trabalhadores que pensavam e agiam em torno de suas demandas sociais. Visava cumprir, assim, um objetivo estratégico de formar militantes para cerrar fileiras no sindicato. Ou seja, a escola também era entendida como mais uma ferramenta de acúmulo de força social para o sindicato.

Dessa forma, essas iniciativas educacionais transformavam concretamente a realidade social por eles vivida, tanto com a coletivização de saberes básicos, quanto com a construção dessa consciência de classe em torno da necessidade de uma transformação radical da sociedade.

Afinal, uma mudança profunda no campo da educação não significa apenas uma transformação no universo abstrato das consciências e mentalidades. Muito pelo contrário, essa transformação só seria capaz através de um processo de mudança material e estrutural da

393 LENOIR, Hugues. “Educar para Emancipar”, p. 45.

sociedade, de suas relações econômicas e de suas estruturas de poder. Luengo nos alerta que

Mas não devemos cair no erro ancestral de acreditar que nosso pensamento nos fará livre. Unicamente na projeção de nossa liberdade poderemos engrandecê-la e para pensar que o caminho da continuidade está assegurado, nada mais eficaz, a curto e a longo prazo, que ser todos e todas co-participantes da Escola da Anarquia.³⁹⁴

A participação de Ruy Gonçalves, enquanto professor da escola e enquanto militante anarquista que envolvia-se com o movimento operário também é um elemento importante para pensarmos nas estratégias que anarquistas desenvolviam para disseminar sua ideologia e buscar inserção social entre os trabalhadores. Em suas palestras e aulas, Gonçalves assumia o movimento operário como vetor social de sua intervenção na sociedade. As diversas referências anarquistas que o sindicato possuía e a exaltação da figura do professor podem ser compreendidas como resultado desse trabalho de propaganda.

A partir dessa prática, Gonçalves acreditava ser capaz de sedimentar de fato o caminho para um projeto libertário de emancipação social. Revela assim, em seus textos e discursos, o finalismo revolucionário que envolve os projetos que fomenta. Para ele, a educação é compreendida como um elemento chave para a revolução social, não sendo apenas um “estágio” da transformação social, mas sim um meio que se encontra presente em todo o processo revolucionário. Nesse sentido, a pedagogia libertária não é só um “fim”, mas também um “meio”.

Para os anarquistas, a educação é um dos aspectos da revolução social. Não que a educação *prepare* a revolução, mas ela em si mesma já é a revolução. A partir do momento em que se educam as pessoas para a liberdade e a igualdade no seio de uma sociedade de exploração e desigualdade, já se está fazendo a revolução, está se começando a mudar as consciências, está-se possibilitando que se veja o mundo de outra maneira, fora da ótica da dominação, o que, na perspectiva utópica, é a abertura do horizonte de possibilidades. E ver o mundo de outra forma é o primeiro passo para a transformação, pois ninguém transforma nada se não consegue ver que as coisas podem ser diferentes.³⁹⁵

Nesse sentido, *A Forja* representava para ele a materialização de um projeto mais maduro de transformação através da educação. Abarcando mais alunos e desenvolvendo uma estrutura mais sofisticada, a escola, que talvez tenha até se tornado internato, representava um avanço para o desenvolvimento de uma educação transformadora.

394 LUENGO, Josefa Martín. “La escuela de la anarquía”, p. 14.

395 GALLO, Sílvio. “Pedagogia Libertária”, p. 107.

Concebida em um momento de profundo refluxo do movimento operário e do agravamento da política repressiva do governo Bernardes, a iniciativa estudada em *A Forja* representava um foco fundamental de resistência das ideias e práticas libertárias em Niterói.

Assim, podemos entender *A Forja* como uma experiência que retrata a capacidade de luta dos trabalhadores de se reapropriar de uma riqueza que lhes é negada – a instrução – e reconstituí-la sob seus próprios moldes, através de um paradigma oposto à sociedade opressora à qual estão eles submetidos. De maneira que, parafraseando a Primeira Internacional, “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. Não à toa, essa frase consta no cabeçalho do primeiro número do *Boletim da Liga Operária da Construção Civil de Niterói*.

Nesse sentido, a estratégia predominantemente defendida nessas experiências era clara: é no interior da fábrica, nas assembléias, nas greves parciais ou gerais, nos comícios e manifestações, nas salas de aula das escolas operárias livres, nos espaços construídos pelos trabalhadores e trabalhadoras que se forja a liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADDOR, Carlos Augusto. “A insurreição anarquista no Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.
- BAKUNIN, Mikhail. Catecismo Revolucionário: Programa da Sociedade da Revolução Internacional. São Paulo: Editora Imaginário, 2009a.
- _____. A Ciência e a Questão Vital da Revolução, São Paulo: Editora Imaginário, 2009b.
- _____. O Socialismo Revolucionário. Global Editora: São Paulo, 1979.
- _____. A instrução integral. tradução: Luiz Roberto Malta. São Paulo: Imaginário: Instituto de Estudos Libertários: Núcleo de Sociabilidade Libertária do programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, 2003.
- _____. Revolução e liberdade. Cartas de 1845 a 1875. tradução e organização: Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Hedra, 2010.
- _____. Textos anarquistas. tradução: Zilá Bernd. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- BATALHA, Cláudio. O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2000.
- CASTRO, Rogério Cunha de. “Nem Prêmio, Nem Castigo! A Escola Moderna Como Ação Revolucionária dos Sindicatos Operários Durante a Primeira República. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2014.
- CODELO, Francesco. A boa educação: Experiências libertárias e teorias anarquistas na Europa, de Godwin a Neill. Volume 1: A Teoria. Tradução: Silene Cardoso. São Paulo: Editora Imaginário, 2007.
- CORRÊA, Felipe. Ideologia e estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2011.
- _____, Bandeira Negra: Rediscutindo o Anarquismo. Editora Prismas. Curitiba, 2015.
- DULLES, John Foster. “Anarquistas e Comunistas no Brasil, 1900-1935”. Tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.
- FARINHA NETO, Oscar. “Atuação Libertária no Brasil”. Achiamé. Rio de Janeiro, 2007.
- FAUSTO, Boris. Trabalho urbano e conflito social (1890-1920). São Paulo: DIFEL, 1976.
- FERRER Y GUARDIA, Francisco. “A Escola Moderna”, Biblioteca Terra Livre: São Paulo, 2014.
- HARDMAN, Francisco F. Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1983.

- GALLO, Sílvio. Educação Anarquista. Um Paradigma para Hoje. Editora da Universidade Metodista de Piracicaba: São Paulo, 1995.
- _____. Pedagogia do risco: experiências anarquistas em educação. Campinas: Papirus, 1995.
- _____. Pedagogia libertária: anarquistas, anarquismos e educação. São Paulo: Imaginário; Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.
- GOMES, Danilo. Antigos Cafés do Rio de Janeiro. Livraria Kosmos Editora. Rio de Janeiro, 1989.
- KROPOTKINE, Pedro. A Conquista do Pão. Edição da “Organização Simões”. Rio de Janeiro, 1953.
- _____. Coleção Escritos Anarquistas. São paulo Ed. Imaginário, 2000.
- _____. Palavras de um revoltado. tradução: Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Imaginário: Ícone, 2005.
- LENOIR, Hugues. “Educar para Emancipar”. Editora Imaginário, São Paulo. Editora da Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.
- LEVAL, Gaston. “Bakunin, Fundador do Sindicalismo Revolucionário”, BAKUNIN, Mickhail. “A Dupla Greve de Genebra”. Editora Imaginário, Faisca Publicações Libertárias. São Paulo, 2007.
- LOPREATO, Christina R. “O Espírito da Revolta: A Greve Geral Anarquista de 1917”. Universidade Estadual de Campinas: São Paulo, 1996.
- LUENGO, Josefa Martín. La escuela de la anarquía. Madrid: Ediciones Madre Tierra, 1993.
- LUIZETTO, Flávio. Presença do anarquismo no Brasil; um estudo dos episódios literários e educacionais – 1900/1920. (Tese, Doutorado em História). Departamento de História – Universidade de São Paulo USP / São Carlos, 1984.
- MORAES, Joés Damiro. “Leituras que recomendamos – o que todos devem ler”: impressos didáticos e ensino de história nas escolas anarquistas. In: Cadernos de História da Educação – v. 12, n. 1 – jan/jun. 2013
- _____. “Mikhail Bakunin e a Educação na AIT: Notas sobre a Instrução Integral”. No prelo.
- NAGLE, Jorge. “Educação e Sociedade na Primeira República” 2ª Ed. - Rio de Janeiro: DP&A, 2001
- Niterói – Bairros. Prefeitura Municipal de Niterói. Consulta Especial de Ciência e Tecnologia. Niterói, março de 1996.
- OITICICA, José. “Ação Direta”. Editoria Germinal. Rio de Janeiro, 1970.

- OITICICA, José. “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”. Editora A Batalha. Lisboa, 1976.
- PELLOUTIER, Fernand. “O Anarquismo e os Sindicatos Operários”. Editora Imaginário. São Paulo, 2013.
- PEY, Maria Oly (Org.). Esboço para uma história da escola no Brasil: Algumas reflexões libertárias. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.
- RAGO, Margareth. “Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar (Brasil 1890-1920)” Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RANGEL, Kátia Araújo de Marco. PELUSO, Marilena dos Reis. “A Travessia Rio-Niterói”. Niterói, 1983.
- RECLUS, Élisée. Anarquia pela educação. tradução e organização: Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Hedra, 2011.
- _____. O Brasil e a colonização. tradução: Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Expressão & Arte: Editora Imaginário, 2011.
- _____. O Homem e a terra: educação. Tradução: Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Expressão e Arte Editora: Editora Imaginário, 2010.
- ROBIN. Paul, Manifesto a los partidos de la educacion integral (Um antecedente de la Escuela Moderna). Barcelona: José J.de Olañeta Editor, 1981.
- RODRIGUES, Edgar. “Alvorada Operária”. Mundo Livre. Rio de Janeiro, 1979.
- RODRIGUES, Edgar. ABC do sindicalismo revolucionário. Rio de Janeiro: Achimé, 2004.
- _____. Novos rumos: história do movimento operário e das lutas sociais no Brasil (1922-1946). Rio de Janeiro: edições Mundo Livre, s.d.
- _____. O Anarquismo na escola, no teatro, na poesia. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.
- _____. Nacionalismo e Cultura Social 1913-1922. Rio de Janeiro: Laemmert, 1972.
- _____. Os libertários: idéias e experiências anárquicas. Petrópolis: Vozes, 1988.
- SALLES, Iza. “Um Cadáver ao Sol”. Ediouro. Rio de Janeiro, 2005.
- SAFÓN, Ramón. O racionalismo combatente: Francisco Ferrer y Guardia. Editora Imaginário. São Paulo, 2003.
- SAMIS, Alexandre. “Anarquismo, “bolchevismo” e a crise do sindicalismo revolucionário”. In: “História do Anarquismo no Brasil” Vol. 2. Carlos Augusto Addor, Rafael Deminicis (orgs.). Editora Achiamé. Rio de Janeiro, 2009.

- _____. Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002.
- _____. Minha pátria é o mundo inteiro. Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos. Lisboa: Letra Livre, 2009.
- _____. “Moral Pública e Martírio Privado” Editora Achiamé: Rio de Janeiro, 1999
- _____. Negras Tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris. Alexandre Ribeiro Samis: Hedra, 2011.
- SANTOS, Sonia M. S. B. “Niterói Através dos Tempos. Das Sesmarias aos Bairros de Hoje”. Niterói, 2003
- SAVIANI, Demerval. “História das Ideias Pedagógicas no Brasil”. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- SILVA, Pedro H. P. “A Escola Operária 1º de Maio e Pedro Matera. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2015.
- SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In: A Escrita da História: Novas Perspectivas. Org. Peter Burke. Tradução: Magda Lopes. Editora UNESP. São Paulo, 1992
- THOMPSON, E. P. A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. Formação da classe operária inglesa. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- XAVIER, Maria Elizabete S. P. “Capitalismo e Escola no Brasil”. Papyrus: São Paulo, Campinas, 1990,

PERIÓDICOS

- Boletim da Liga Operária da Construção Civil. Niterói, 1921. Disponível no Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ/UFRJ).
- Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1918. Disponível no Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ/UFRJ).
- Boletim da Federação Operária do Estado do Rio. Niterói, 1921. Disponível no Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ/UFRJ).
- Jornal Na Barricada. Periódico Anarquista. Rio de Janeiro, 1915-1916. Disponível em: <http://bibliotecaterralivre.noblogs.org/biblioteca-virtual/jornais/na-barricada/>

Liberdade. Rio de Janeiro, 1917-1919. Disponível no Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ).

Spártacus. Rio de Janeiro, 1919-1920. Disponível em:
<<http://bibliotecaterralivre.noblogs.org/biblioteca-virtual/jornais/spartacus/>>.

Voz do Povo. Órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e do Proletariado em Geral. Rio de Janeiro, 1920. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720003&pasta=ano%20192&pesq=>>>.

PRONTUÁRIOS

Governo do Estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Estado da Casa Civil. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Divisão de Acesso à Informação. Fichários DOPS:

Prontuário GB 18960, Antonio Augusto de Azevedo
Prontuário GB 8.200, Antonio Marques
Prontuário GB 9.257, Antonio Marques
Prontuário GB 15.818, Antonio Marques
Prontuário GB 18745, Angelo J. Liguori
Prontuário GB24312, Deoclécio Augusto de Azevedo
Prontuário RJ 1.433, Deoclécio Augusto de Azevedo
Prontuário RJ 805, Antonio Augusto de Azevedo
Prontuário RJ 29.428, Angelo Liguori
Prontuário RJ 5.617, Ruy Gonçalves